

**ELIENE JOMARA TOZETTO**

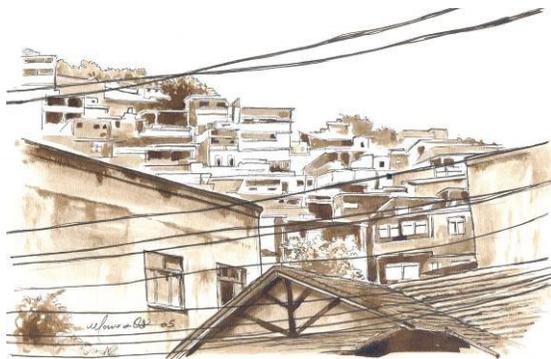
**RELAÇÕES DE ESPAÇO, LUGAR E CULTURA  
EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA  
O Caso da Favela Parque da Cidade**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências em Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Arquitetura – PROARQ, área de Teoria e Projeto da Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.Dra. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

RIO DE JANEIRO

Março de 2006



Capa.  
Foco: Eliene Tozetto  
Ilustração: Márcio de Castro

Tozetto, Eliene Jomara  
Relações de Espaço, Lugar e Cultura. O Caso da Favela Vila Parque da Cidade/ Eliene Jomara Tozetto. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2006.  
xvii, 189 f.: il.; 27,9 cm.  
Orientador: Cristiane Rose de Siqueira Duarte  
Dissertação (mestrado) – UFRJ/PROARQ/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2006.  
Referências Bibliográficas: f. 179 a 183.  
1.Espaço 2.Lugar 3.Cultura 4.Apropriação 5.Domínio  
I.Duarte, Cristiane Rose de Siqueira. II. UFRJ/PROARQ. III. TÍTULO

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**ELIENE JOMARA TOZETTO**

### **RELAÇÕES DE ESPAÇO, LUGAR E CULTURA EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA O Caso da Favela Parque da Cidade**

Dissertação Submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências em Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Arquitetura – PROARQ, Área de Teoria e Projeto da Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Banca Examinadora:

Prof. Orientador: Prof. Dra. Cristiane Rose Duarte  
Programa de Pós Graduação em Arquitetura- PROARQ/UFRJ

Prof. Dr. Paulo Afonso Rheingantz  
Programa de Pós Graduação em Arquitetura- PROARQ/UFRJ

Prof. Pós Dr. Rogério Medeiros  
Programa de Pós Graduação em Artes Visuais- PPGVA/UFRJ

RIO DE JANEIRO

Março de 2006

# sumário

## Sumário

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
AGRADECIMENTOS	ix
AS ILUSTRAÇÕES	xi
LISTA DE IMAGENS	xii
LISTA DE ANEXOS	xvii
INTRODUÇÃO	01
1. O CAMINHO PERCORRIDO	08
1.1 A Proposta	11
1.1.1 Objetivos	12
1.1.2 Questões	13
1.1.3 Justificativas	13
1.2 O Uso do Método Indutivo	13
1.3 Recorte Espacial	15
1.4 A Estratégia Escolhida: Estudo de Caso	15
1.5 Revisão Bibliográfica: A Delimitação Conceitual	16
1.6 Eventos Para Observação e Análise	17
1.7 Pesquisa Documental/ Iconográfica	18
1.8 Instrumentos de Pesquisa	18
1.8.1 Observação Participativa: O Diário de Campo	19
1.8.2 Mapeamento Local	21
1.8.3 Entrevistas Semi-Estruturadas	23
1.8.4 Levantamento Iconográfico	26

1.9 Avaliação	28
1.9.1 Formas de Avaliação dos Resultados	28
<b>2. A FAVELA EM TEORIA: ENTRE A VIDA E O ESPAÇO</b>	<b>33</b>
2.1 Experiência	36
2.1.1 Experienciar a Vida. Viver uma Cultura	39
2.1.2 Não Há Espaço Sem Cultura	42
2.1.3 Experienciar a Favela	45
2.2 Espacialidade	51
2.2.1 Espaço Físico e Espaço Social	52
2.2.2 Espaço Vivido, Espaço Experienciado, Lugar	57
2.2.3 Territorializando o Espaço	61
<b>3. O OBJETO DE ESTUDO: APRESENTAMOS A VILA PARQUE DA CIDADE</b>	<b>70</b>
3.1 Localização e Situação	72
3.2 Da Origem aos Dias Atuais: Seu Processo de Ocupação	76
3.3 A População Local e Seu Contexto Sócio Econômico	77
3.4 O Entorno da Vila Parque da Cidade	78
3.4.1 Legislação e Uso do Solo da Área e Entorno	80
3.4.2 Cobertura Vegetal	81
<b>4. DE SOL A SOL: O COTIDIANO DA FAVELA</b>	<b>89</b>
4.1 Favela e Identidade	93
4.2 O Crescimento da Comunidade	97
4.3 As Habitações e o Risco de Remoção	103
4.4 Expansão Horizontal x Expansão Vertical	110
4.5 Mecanismos e Estratégias de Interseção Entre Domínios Público e Privado	115
4.5.1 As Edificações Residenciais	119
4.5.2 As Edificações de Uso Misto	123
4.6 Espaços Livres Dentro da Comunidade	140

4.6.1 Vias de Acesso e Circulação	140
4.6.2 Os Outros Espaços de Uso Comunitário	152
4.6.3 Espaços Apropriados pelos Moradores Fora dos Limites da Favela: Como?	155
CONCLUSÕES	163
1 Valores Materiais, Estéticos e Afetivos	168
2 Formas de Apropriação	170
3 A Questão dos Domínios Público e Privado	172
4 A Espacialidade: Sua Compreensão e Vivência	174
5 A Experiência do Lugar em Seu Cotidiano	176
BIBLIOGRAFIA	179
ANEXOS	
Anexo 1      Entrevistas Semi-Estruturadas- O Questionário	184
Anexo 2      Desenhos Infantis	185
Anexo 3      Diário de Campo	187

**RESUMO**  
**ELIENE JOMARA TOZETTO**

**RELAÇÕES DE ESPAÇO, LUGAR E CULTURA**  
**EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA**  
**O Caso da Favela Parque da Cidade**

Orientadora: Prof. Dra. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Resumo de Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências em Arquitetura, Programa de Pós Graduação em Arquitetura-PROARQ, Área de Teoria e Projeto da Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** espaço, lugar, cultura, apropriação, domínio.

Pretendemos compreender, através dessa pesquisa, em um assentamento popular auto construído, a formação do lugar, além de responder à questões quanto às formas de ocupação e crescimento de uma comunidade de baixa renda e, na mesma, relacionar a dinâmica das transformações dos espaços livres e construídos com o uso dos espaços de domínio público. Serão relacionados aqui os espaços livres e construídos da favela, suas formas de ocupação e especialmente, os mecanismos e estratégias usadas pelos moradores locais para permitir a leitura dos limites entre os domínios. Tomamos como base conceitos como espaço, lugar, cultura, favela, ancrage, domínios público e privado, entre outros, subdivididos nos conceitos 'experiência' e 'espacialidade'. Os resultados apresentados fundamentaram-se nos dados colhidos através da aplicação de instrumentos selecionados segundo os preceitos do método etnográfico de pesquisa, em uma favela escolhida como estudo de caso, a Vila Parque da Cidade e deverão colaborar para a futura elaboração de estratégias de intervenção e melhoria dos espaços das favelas, através da leitura dos valores e elementos identitários dessa micro cultura formada, evitando um uso errôneo de parâmetros extraídos da cidade formal.

**PROARQ/FAU/UFRJ**  
**Rio de Janeiro**  
**Março de 2006**

**ABSTRACT**  
**ELIENE JOMARA TOZETTO**

**RELATIONS OF SPACE, PLACE AND CULTURE  
IN POOR COMUNITIES**  
**The case of Favela Parque da Cidade**

Advisor: Prof. Dra. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Resume of the Dissertation submitted as partial requirement for the obtainance of the degree in Máster of Architecture in the Architecture Post-graduation Program – PROARQ, Field: Theory and Design of Architecture, at the Federal University of Rio de Janeiro.

**Keywords:** space, place, culture, appropriation, domain.

We pretend comprehend, through this research, in a self-built popular community, the construction of the 'place' and answer to the questions about how the occupation happens, the expand of this kind of community and, there, make the relations between the dynamic of the free or built spaces transformations and the use of the public spaces. There will be made relations between this free and built spaces, their occupation in all the ways, and, specially, the mechanisms and strategies used by the inhabitants to allow the comprehension about the limits between public and private domains. There were taken concepts like space, place, culture, 'favela', 'ancrage', public and private domains, and then, subdivided in two concepts: 'experience' and 'spaciality'. The results presented were based on informations coleted by the application of instruments selected by the ethnographic method reseach, in a poor community choosed as our case study, the Vila Parque da Cidade and they must collaborate to the future elaborations of intervention strategies and improvment of this poor spaces, in agreement of the identity elements of this little culture formed, avoid a wrong use of the parametres shown by the formal city.

**PROARQ/FAU/UFRJ**  
**Rio de Janeiro**  
**March, 2006**

# agradecimentos

## Agradecimentos

O primeiro agradecimento, sem dúvida, àquela que acreditou no trabalho, 'brigou' pela sua consistência, doou sabedoria e mostrou um caminho lindo de descobertas e crescimento. Obrigada Cristiane.

Aos membros da Banca Paulo Afonso Rheingantz, membro do PROARQ, e Rogério Medeiros, membro do PPGVA, pela atenção e tempo dedicados ao presente trabalho e, principalmente, pelas críticas (sempre muito bem vindas...) e ainda a Luciana Andrade, membro do PROURB, pelas preciosas considerações feitas na Qualificação desse trabalho.

Aos colegas de turma: Dely Bentes, Bernardo, Maurício Conde, Sandra e Karine por tanta troca de experiências e aprendizados e, especialmente, a Ana Paula Dan, pela parceria nos trabalhos disciplinares e pesquisas que tanto colaboraram para essa dissertação.

Aos professores das disciplinas cursadas Vera Tângari, Paulo Afonso Rheingantz, Laís Bronstein, Guilherme Lassance, Milton Feferman e Cristiane Duarte (mais uma vez à Cris...), pelos ricos ensinamentos, pela árdua e belíssima tarefa em transformarem-nos em pesquisadores, ou mais que isso, críticos. Aos demais professores de Teoria e Projeto, do PROARQ, Beatriz Oliveira e Gisele Arteiro, pelo apoio em diversos momentos.

À Alice Brasileiro pelo sorriso adorável e pela generosidade em ceder trabalhos pessoais tão interessantes à pesquisa, à Paula Manceira e Ethel Pinheiro também por compartilhar suas pesquisas e descobertas. À Márcia Poppe, um agradecimento especial por tantos momentos de colaboração na compreensão de diversas questões importantes para o trabalho e pelas conversas e conselhos de quem já atravessou momentos tão difíceis.

À Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e à equipe do Programa de Apoio à Populações Desfavorecidas do Rio de Janeiro pelo incentivo e disponibilização de material importante nessa empreitada, especialmente à Ângela Marquardt (uma chefe muito especial) e Mariana de Moraes (uma amiga e tanto...).

À Associação de Moradores da Vila Parque da Cidade, especialmente ao Presidente da Associação Sr. Waldir Cavalcante de Oliveira e ao vice-Presidente da Associação Sr. Luiz Carlos Mendes da Silva, pela forma como nos receberam, permitindo e apoiando nossas constantes visitas à comunidade, fornecendo imagens e informações importantes para a pesquisa.

Ao Escritório Técnico Universitário, onde passei parte de meus dias nos últimos meses, por me permitir uma dedicação maior a esse trabalho, especialmente ao Alexandre Martins (nosso chefe democrático...) por pensar além.

Aos amigos de profissão, que acompanharam os momentos de estresse e exaustão ao longo desses anos, especialmente à Lucila Stuber, pelas nossas longas conversas e parcerias nas maquetes.  
À Georgiana Goulart de Carvalho, pela amizade e, especialmente pelo auxílio em vários momentos dessa empreitada.

Aos amigos Giselle Carvalho e Márcio de Castro pelas imagens lindas que dão luz a esse trabalho.

Aos meus pais, Yara e Edmar, hoje e sempre, por serem peça fundamental ao longo de todo o caminho trilhado em busca dessa conquista. Pelas palavras, pelo apoio, pela educação e especialmente, pelo amor ao meu filho.

À minha irmã Nessa, pela disposição, por muitos e muitos momentos, em fazer do meu um filho seu. Sem esse suporte, teria sido muito mais difícil.

Ao anjo chamado Anderson, que divide comigo as obrigações do dia a dia, pela paciência e carinho, pelo amor voluntário nas batalhas mais difíceis dessa guerra. Seu orgulho e admiração dá forças para prosseguir. Uma parceria por opção, a companhia dos dias mais felizes e um desejo por dias melhores, sempre.

Ao meu anjinho Lê, que nos últimos dois anos cresceu brincando no quarto enquanto eu estudava, compreendeu a necessidade das minhas saídas em busca de crescimento profissional. Aprendeu a dar tchau e jogar beijos, esperou diariamente pelo meu retorno com uma alegria (que é só dele...) e ao dormir, pediu colo, dizendo "eu gosto tanto tanto de você, mamãe", mesmo que eu não tivesse participado de seus sorrisos e suas descobertas de modo integral.

A todos que, enfim, participaram direta ou indiretamente desse trabalho.

Finalmente, mas não encerrando essa importante tarefa, um agradecimento especial ÀQUELE que está sempre ao lado fazendo do 'acaso' a oportunidade perfeita.

# as ilustrações

## As Ilustrações

Para ilustrar a dissertação, a idéia era extrair da foto sua essência, uma cor de predominância, um sorriso ou um feixe de luz iluminando nossos 'lugares'. Para tanto, as imagens selecionadas por mim, em meio a um gigantesco acervo de fotos pessoais e fotos da Associação de Moradores da Vila Parque da Cidade, seriam transformadas em desenhos feitos à mão. Ilustrações, do verbo ilustrar: decorar com desenhos, tornar ilustre<sup>1</sup>.

O desafio foi aceito pelos ilustradores Márcio de Castro e Giselle Carvalho que, após algumas conversas sobre a pesquisa, o tema escolhido e os conceitos abordados, transformaram as imagens selecionadas em ilustres apresentações desses lugares. As técnicas utilizadas foram escolhidas pelos profissionais especialmente para cada imagem.

O resultado foi mais encantador que o esperado. Com a grande sensibilidade de ambos, as técnicas usadas nas imagens coloridas foram: aquarelas, aguadas, lápis e nanquim, enquanto os roughs ( esboços rápidos) foram produzidos com canetas esferográficas, hidrocores, bicos de pena, lápis de cor e canetas de nanquim. Mais que obras de arte, as ilustrações aqui impressas são poesias contadas por traços, desenhos que incrivelmente deram vida e movimento aos relatos e análises propostas.

Aos amigos Márcio e Giselle,  
obrigada pelo tempo dedicado, pelo primoroso trabalho,  
pela parceria.

---

<sup>1</sup> Encontrado em [www.priberam.pt/blbo](http://www.priberam.pt/blbo), com acesso em 01/06.

# lista de imagens

## Lista de Imagens

### Ilustrações

1	Acesso à Comunidade pela Estrada Santa Marinha	37
2	Crianças brincando	38
3	Bar Q Tombo, Avenida Tenente Francisco Mega	40
4	Festa Junina, Estrada Santa Marinha	42
5	Festa Junina, Estrada Santa Marinha- Backlight	42
6	Crianças desenhando	44
7	Um Beco na Favela	46
8	Padaria, Av. Tenente Francisco Mega	46
9	Construção da Favela	48
10	Favela Parque da Cidade, vista pela Estrada da Gávea	52
11	Alameda Jardim	52
12	Avenida Tenente Francisco Mega	53
13	Vista de uma Residência	53
14	Entrada pelo Parque da Cidade	58
15	Alameda da Magnólia, s/ nº	59
16	Av. Tenente Francisco Mega, nº19	60
17	Av. Tenente Francisco Mega, nº21	60
18	'Má'	61
19	Mercearia do Sr. Nicolau	65
20	Vista da Cidade pela Favela	67

### Fotos

21	Localização do Território Nacional	73
22	Localização do Estado do Rio de Janeiro	73
23	Localização da Cidade do Rio de Janeiro	73
24	Foto Aérea da Favela inserida no bairro da Gávea	74

25	Foto Aérea da Favela inserida no bairro da Gávea	74
26	Becos e escadarias da Favela	75
27	Becos e escadarias da Favela	75
28	Becos e escadarias da Favela	75
29	Acesso pela Estrada Santa Marinha	77
30	Acesso pela Estrada Santa Marinha	77
31	Acesso pela Estrada Santa Marinha	77
32	Área Interna da Favela Desprovida de Vegetação	81
33	Área Interna da Favela Desprovida de Vegetação	81
34	Área Interna da Favela Desprovida de Vegetação	81
35	Vista da Favela pela Estrada da Gávea	90
36	Residência inacabada	94
37	Residência inacabada	94
38	Ultimas Residências em Madeira	95
39	Ultimas Residências em Madeira	95
40	Residências em Alvenaria	96
41	Residências em Alvenaria	96
42	Detalhe- Edificação Inacabada	97
43	Percurso da Favela	98
44	Percurso da Favela	98
45	Percurso da Favela	98
46	Percurso da Favela	99
47	Percurso da Favela	99
48	Percurso da Favela	99
49	Becos e Travessas	101
50	Becos e Travessas	101
51	Becos e Travessas	101
52	Becos e Travessas	102
53	Becos e Travessas	102
54	Becos e Travessas	102
55	Percurso da Avenida Parque da Cidade	103
56	Percurso da Avenida Parque da Cidade	103
57	Percurso da Avenida Parque da Cidade	103
58	Padaria na Avenida Tenente Francisco Mega em Dois Momentos	104
59	Padaria na Avenida Tenente Francisco Mega em Dois Momentos	104
60	Edificação de Uso Misto na Avenida Ten Franc. Mega em Dois Momentos	105
61	Edificação de Uso Misto na Avenida Ten Franc. Mega em Dois Momentos	105
62	Residência na Avenida Parque da Cidade em Dois Momentos	106

63	Residência na Avenida Parque da Cidade em Dois Momentos	106
64	Residência em Acabamento Cerâmico	108
65	Residência em Acabamento Cerâmico	108
66	Residências com cinco pavimentos	111
67	Residências com seis pavimentos	111
68	Favela Parque da Cidade com Previsão para Expansão	112
69	Entrada Principal da Comunidade- Parada de Ônibus	114
70	Av. Tenente Francisco Mega	115
71	Alameda das Margaridas	115
72	Alameda Girassol	115
73	Av. Vila Parque da Cidade	117
74	Av. Tenente Francisco Mega	117
75	Alameda Jardim	117
76	Portão Residencial	120
77	Edificação de Uso Misto- Av. Vila Parque da Cidade	123
78	Edificações de Uso Misto- Av. Tenente Francisco Mega	123
79	Edificações de Uso Misto- Av. Tenente Francisco Mega	123
80	Comércio Informal- Av. Tenente Francisco Mega	124
81	Placa Comercial em Residência	126
82	Placa Comercial em Residência	126
83	Placa Comercial em Residência	127
84	Placa Comercial em Residência	127
85	Residência Sra. M., Av. Parque da Cidade	129
86	Residência Sra. M., Av. Parque da Cidade	129
87	Residência Sr. M., Alameda das Rosas	130
88	Residência Sr. M., Alameda das Rosas	130
89	Mercadoria Exposta na Av. Tenente Francisco Mega	131
90	Mercadoria Exposta na Av. Tenente Francisco Mega	131
91	Mercadoria Exposta na Av. Tenente Francisco Mega	131
92	Edificações de Uso Misto, Av. Tem. Franc. Mega	133
93	Edificações de Uso Misto, Av. Tem. Franc. Mega	133
94	Edificações de Uso Misto, Estr. Santa Marinha	133
95	Edificações de Uso Misto- Bares, Av. Parque da Cidade	134
96	Edificações de Uso Misto- Bares, Av. Parque da Cidade	134
97	Mercadoria Exposta na Av. Tenente Francisco Mega	135
98	Mercadoria Exposta na Av. Tenente Francisco Mega	135

99	Mercadoria Exposta na Av. Parque da Cidade	136
100	Mercadoria Exposta na Av. Parque da Cidade	136
101	Mercadoria Exposta na Av. Tem. Francisco Mega	136
102	Mercadoria Exposta na Av. Tenente Francisco Mega	137
103	Comércio na Av. Tenente Francisco Mega	141
104	Entrada Principal da Favela	141
105	Bar “Qtombo”, Av. Tenente Francisco Mega	142
106	Veículos Estacionados na Av. Tenente Francisco Mega	143
107	Veículos Estacionados na Av. Tenente Francisco Mega	143
108	Piso em Pedras, Entrada da Favela pelo Parque da Cidade	145
109	Área do Antigo Mirante em Dois Momentos	146
110	Área do Antigo Mirante em Dois Momentos	146
111	Área do Antigo Mirante em Dois Momentos	146
112	Vista do “Mirante” em Dois Momentos	147
113	Vista do “Mirante” em Dois Momentos	147
114	Residência na Av. Tem. Franc. Mega em Dois Momentos	150
115	Residência Cercada por Grades- Av. Tem. Franc. Mega	151
116	Residência Cercada por Grades- Av. Tem. Franc. Mega	151
117	Campo de Futebol, Av. Parque da Cidade	152
118	Campo de Futebol, Av. Parque da Cidade	152
119	Antiga Creche Comunitária	153
120	Obras Nova Creche	153
121	Nova Creche Comunitária	153
122	Centro Comunitário em Obras	154
123	Centro Comunitário em Obras	154
124	Centro Comunitário em Obras	154
125	Entrada do Parque da Cidade	155
126	Museu Imperial- Parque da Cidade	155
127	Parque da Cidade- Espaço Usado pelos Moradores para Estacionamento	156
128	Parque da Cidade – Espaço de Lazer	156
129	Desenho Infantil Representando o Parque da Cidade	157
130	Parque da Cidade – Eventos Comunitários	157
131	Mapa de Limite da AEIS	158
132	Preparação para a Festa Junina- Estrada Santa Marinha	159
133	Preparação para a Festa Junina- Estrada Santa Marinha	159
134	Festa Junina- Estrada Santa Marinha	160
135	Festa Junina- Estrada Santa Marinha	160
136	Festa Junina- Estrada Santa Marinha	161

137	Festa Junina- Estrada Santa Marinha	161
138	Mapa da 'Festa Junina'	162

**Mapas**

Mapa 1	Favela Parque da Cidade- Localização	83
Mapa 2	Sistema Viário	84
Mapa 3	Figura e Fundo	85
Mapa 4	Gabarito	86
Mapa 5	Usos	87
Mapa 6	Cobertura Vegetal	88

# *lista de anexos*

## **Lista de Anexos**

Anexo 1	Entrevista Semi-Estruturada- O Questionário Aplicado	184
Anexo 2	Desenhos Infantis	185
Anexo 3	Diário de Campo	187

# Introdução

---

*que vá, enfim, desculpando  
alguma coisa...*

*“Um livro é como uma casa. Tem fachada, jardim, sala de visitas, quartos, dependência de empregada e até mesmo cozinha e porão.*

*Suas páginas iniciais, como aquelas conversas cerimoniais que antigamente eram regadas a guaraná geladinho e biscoito champanhe, servem solenemente para dizer ao leitor (esse fantasma que nos chega da rua) o que se diz a uma visita de consideração. Que não repare nos móveis, que o dono da morada é modesto e bem-intencionado, que não houve muito tempo para limpar direito a sala ou arrumar os quartos.*

*Que vá, enfim, ficando à vontade e desculpando alguma coisa...”*

**Da Matta, 1997:11**

# introdução

## Introdução

A favela é um conjunto de caminhos traçados pelo próprio caminhar. Um caminhar gingado como no jogo da capoeira, o jogo de todos, que não vê raça nem credo. A união de uma diversidade de culturas dividindo a mesma roda por seus representantes. No centro dela os mesmos objetivos. Nesse jogo não solitário, a música é cantada em coro e a identidade é encontrada nos lares, repletos de identidade e símbolos trazidos de suas culturas, dentro dessa “área de exclusão” (Orappa, 2000). Mais que um jogo, uma dança, que de improviso traduz a impressão de uma ensaiada coreografia. O resultado é uma aparência espacial tão orgânica como a espontaneidade da vida, tão misteriosa quanto esse cotidiano frenético. Passos que tomam, como na coreografia, as direções mais diversas, mas sempre à frente, como na “luta pelo dever” (Tuan, 1980b), formando Lugares, ou melhor, espaços repletos de identidade.

Impressões que registramos na Favela Vila Parque da Cidade. O instinto coletivo trabalha para a construção da casa, provocando, para tal, a destruição da mata nativa. O verde desaparece dando lugar às construções e às tantas roupas penduradas nos varais. Mas aí, o dever diário da casa dá espaço ao lazer. Os habitantes deixam seus lares em busca do verde perdido. O grande Parque da Cidade é o refúgio para o duro cotidiano e transforma-se em quintal, no lugar daquele que teve extraída a sua vegetação em prol da moradia. O Parque público é então adotado por todos, apesar de seu ‘aparente’ abandono.

Quanto ao espaço construído dentro da favela, este é de posse de cada um. Os moradores detêm a posse legitimada de suas moradias, mas não de seus terrenos, um conflito de propriedade. Desde os primórdios da ocupação, apropriam-se de espaços livres para todos os lados, inclusive para o alto. Há uma curiosa apropriação do espaço aéreo, todo o espaço disponível acima da última laje. E

sempre haverá uma última laje. E nesse processo cíclico, a laje, antes teto, vira piso. Mais um pouco, vira um próprio produto de comércio, vira uma negociação.

A laje na favela tem um valor significativo. A casa sobe, a família cresce. A família cresce, a casa sobe. Os usos transformam-se, o espaço muda, o domínio também. Surge o comércio. O que antes era privado torna-se público. O domínio antes público torna-se privado, ou será semi-público? As relações confundem-se para os que chegam de fora. Onde é público? E o que é privado? Até onde vai o seu direito de expansão? Até onde vai o seu dever de zelo?

A nós, estranhos, um novo mundo. Relações em incógnitas. Para os moradores, códigos claros e precisos, não só apreendidos, mas especialmente criados por eles próprios, dominados por todos, não importa a idade. As crianças brincam em meio às Travessas e Avenidas porque não há praça, os espaços para convívio são criados ali mesmo. E perguntam a nós, estranhos, em busca do que viemos, de onde somos ou quem somos. Impossível entrar nessa organização social e sair sem que se tenha ouvido aos questionamentos quem, o quê, por quê ou como? Perguntas repetidas por crianças, adultos e idosos e respondidas rigorosa e atenciosamente, afinal, estamos em território alheio.

A dissertação é uma tentativa de sanar a todas essas dúvidas, a começar pela própria denominação desse espaço, Favela. Qual será a definição mais apropriada para esta organização social, o grande palco dos acontecimentos sociais estudados nesse trabalho?

Na favela, um cotidiano de constante “apropriar”, “tomar posse”, “territorializar” palmo a palmo as distâncias necessárias para as tarefas surgidas a cada etapa de crescimento individual e coletivo. Uma relação de frutíferas negociações. Negociações por espaço, por Lugares. Por frutas, legumes, verduras, cosméticos, artesanato, sacolé. Vende-se tudo, faz-se tudo. Faz-se unha, cabelo e maquiagem, carrega-se botijão de gás por um trocado, degraus e mais degraus sempre para cima, em vias tão íngremes quanto possível, degraus tão altos que desafiam a agilidade das crianças e a saúde dos idosos.

É a cultura traduzida na favela, do latim colere, ou melhor, cultivar. É o produto do cultivo diário, é o social, é a totalidade das relações de produção, mantidos pelos grupos entre si dentro de conjuntos. A cultura, segundo Geertz (1973), faz-se da estrutura de significados historicamente transmitidos e apoiados em símbolos, são representações apreendidas e passadas uns para os outros, símbolos através dos quais os homens comunicam-se e desenvolvem o seu saber nas suas atitudes perante a vida. Ela está relacionada às questões humanas, sociais, ao conjunto de normas e regras de determinada sociedade, escritas ou não, mas sempre cultivadas pelo homem, cumpridas para uma convivência pacífica e um equilíbrio social.

É a compreensão desses códigos e valores, que fazem o cotidiano da favela, que a presente dissertação nomeada “Relações de Espaço, Lugar e Cultura em Comunidades de Baixa Renda” vem ilustrar a partir de uma extensa pesquisa, oficialmente iniciada no princípio do ano de 2004. O trabalho surge de um grande interesse pelo estudo da dinâmica social no processo de relações interpessoais entre os moradores de assentamentos populares auto construídos e os conseqüentes reflexos sobre os usos e apropriações dos espaços livres e construídos dentro da área abrangente.

Vem, portanto, desvendar o processo de “moldagem do lugar” (Duarte, 1993), nessas comunidades de baixa renda, elucidando questões a cerca das formas de ocupação e crescimento das mesmas, apropriação dos espaços nessas áreas, especialmente relacionando a elas a dinâmica das transformações dos espaços livres e dos espaços construídos, fazendo-nos compreender os limites definidos pelos moradores entre os mesmos.

Os objetivos da presente dissertação foram traçados de modo relacionado a uma série de questionamentos surgidos ao longo de um trabalho de desenvolvimento e implantação de projeto para reurbanização de comunidades de baixa renda, através do Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas do Rio de Janeiro, realizado pela Prefeitura dessa cidade, por meio de sua Secretaria de Habitação, em parceria com a União Européia.

As questões foram levantadas por nós quanto à separação semântica feita pelos moradores locais entre os domínios público e privado na comunidade informal, seus mecanismos e estratégias para permitir a leitura do que é público ou não; quanto ao mecanismo de apropriação do espaço e quanto

às transformações do espaço construído e sua influência sobre os Espaços de Uso Comunitário (termo criado por Brasileiro, 2000).

Para o desenvolvimento dessa investigação, as questões foram trazidas ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura, em 2004, ao Grupo “Arquitetura, Subjetividade e Cultura”, surgido em 1988 por meio de estudos iniciados pela Prof. Dra. Cristiane Rose Duarte, orientadora dessa dissertação e, a partir de então, uma base metodológica sólida e um cronograma foram previamente estabelecidos.

Os questionamentos levantados foram investigados em uma favela específica, a Vila Parque da Cidade, situada no bairro da Gávea, na Cidade do Rio de Janeiro, uma das cinco comunidades participantes do Programa APD-Rio, elaborado pela prefeitura dessa cidade. O motivo da escolha foi o fato de a pesquisadora haver participado, primeiramente enquanto estagiária e posteriormente enquanto arquiteta e urbanista, do processo de elaboração e implantação do projeto para reurbanização dessa comunidade, tendo acompanhado, diretamente, desde o ano de 2000, o crescimento da favela, com toda problemática surgida em torno da mesma ao longo desses anos. Somado a isso, há o fato de a comunidade escolhida, passar por uma fase, hoje, posterior à “consolidação” (fase denominada por Duarte, 1993), apresentando suas diversas formas de apropriação dos espaços e resultados das diversas transformações ocorridas, tanto nos espaços livres quanto nos espaços construídos.

Trata-se de um trabalho “Etiotopográfico”, um conjunto de métodos de pesquisa e análise do espaço construído que ainda está em desenvolvimento pelos pesquisadores do Grupo “Arquitetura, Subjetividade e Cultura”, PROARQ, UFRJ. Dessa forma, a presente pesquisa pretende contribuir às explorações deste método, procurando analisar como os espaços “falam” e transmitem informações sobre a cultura do grupo social que os criou.

A dissertação foi dividida então em cinco capítulos. O primeiro capítulo, denominado “O caminho percorrido”, denota e descreve passo a passo, todas as escolhas realizadas do que diz respeito aos materiais e métodos utilizados ao longo da pesquisa. O capítulo tem seu início com a Proposta para a elaboração da presente pesquisa, com ênfase para os seus objetivos, questões levantadas para

as investigações e justificativas quanto à sua importância para a elaboração de futuras estratégias de intervenção e melhoria do espaço em comunidades de baixa renda. Posteriormente são descritos e justificados a escolha pelo Método Indutivo de pesquisa, o Recorte Espacial selecionado, a Estratégia de Estudo de Caso, a Delimitação Conceitual, os Eventos observados, a Pesquisa Documental/ Iconográfica e os Instrumentos de Pesquisa com suas Formas de Avaliação.

O segundo capítulo, “A favela em Teoria: Entre a Vida e o Espaço” traz a fundamentação teórica do trabalho, onde uma bibliografia básica foi escolhida para a delimitar conceitualmente as questões trabalhadas ao longo do processo de pesquisa e auxiliar nas posteriores análises.

O capítulo foi subdividido em duas partes “Experiência” e “Espacialidade”, relacionadas entre si na prática cotidiana da comunidade de baixa renda estudada. Veremos na primeira parte, “Experiência”, a delimitação dos conceitos “experenciar” e “vivenciar”, interagindo com os conceitos “cultura” e “favela”.

Na segunda parte, “Espacialidade”, veremos a delimitação dos conceitos “espaço”, “lugar”, “apropriação” e “território”. Tais conceitos tornam-se fundamentais ao longo do trabalho de análise dos eventos observados na favela.

Para o cumprimento dessa tarefa de delimitação conceitual, diversos estudiosos foram referenciados com seus textos, entre eles, Tuan (1980a e b), Hall (1990), Schulz (1998), Moles e Rohmer (1978), DaMatta (1997), Fischer (1994), além dos trabalhos produzidos nesse Programa de Pós Graduação, como os textos de Duarte (1993), Brasileiro (2000), De Paula (2003), entre outros.

No terceiro capítulo, denominado “O objeto de Estudo: Apresentamos a Vila Parque da Cidade”, veremos a qualificação física, social e geográfica da comunidade de baixa renda escolhida como cenário para a investigação proposta. O capítulo é subdividido em itens que descrevem sua localização e caracterização física, seu processo de ocupação e crescimento, a população residente e o seu contexto sócio e econômico, o entorno da favela com sua legislação e uso do solo e cobertura vegetal existente tanto no território interno da comunidade quanto externo à mesma. Além

de algumas imagens para a visualização da favela, apresentam-se ainda, ao final do segundo capítulo, diversos mapas de caracterização física da Vila Parque da Cidade.

O Capítulo Quatro, “De sol a Sol: o cotidiano da favela”, veremos todas as questões teóricas apontadas no segundo capítulo relacionadas aos resultados obtidos pela aplicação dos instrumentos de pesquisa, resultando em uma série de análises que vêm desvendar as questões inicialmente surgidas e assim, o alcance dos objetivos traçados no princípio desse longo caminho. Diversas imagens auxiliam na visualização das questões abordadas para análise.

A última parte dessa dissertação, “Considerações Finais” encerra o trabalho retomando e concluindo todas as discussões aqui levantadas, sob o olhar da pesquisadora.

Por fim, apresenta-se a Bibliografia básica consultada para a elaboração de todo esse trabalho, além do questionário aplicado aos moradores da comunidade Vila Parque da Cidade, dos desenhos infantis coletados em algumas das visitas realizadas à comunidade e de um pequeno trecho do Diário de Campo, que vem a descrever os momentos de observação da pesquisadora na comunidade, anexados ao trabalho.

O trabalho aqui desenvolvido pretende, através da compreensão e identificação das diversas formas de apropriação dos espaços de uso comunitário, espaços livres e construídos no interior dos limites da favela escolhida como caso para os estudos, colaborar, despretensiosamente, na elaboração de futuras estratégias de intervenção e melhoria do espaço nas comunidades de baixa renda, que funcionem após suas implantações nessas áreas, respeitando a cultura local, seus valores, leis e regras, muitas vezes não escritos, mas vividos pelos moradores, evitando o uso errôneo de parâmetros da chamada ‘cidade formal’.

# Capítulo 1

---

## o Caminho Percorrido

*“Tudo acaba mas o que te escrevo continua.*

*O que é bom, muito bom.*

*O melhor ainda não foi escrito.*

*O melhor está nas entrelinhas.”*

**Água Viva**

**Clarisse Lispector**

No presente capítulo veremos o desenvolvimento das entrelinhas desse trabalho de investigação, que teve como princípio questões levantadas ao longo do acompanhamento de um processo de urbanização de uma favela da Cidade do Rio de Janeiro e investigadas junto ao Grupo 'Arquitetura, Subjetividade e Cultura', do Programa de Pós Graduação em Arquitetura, como veremos adiante.

Para que pudéssemos desvendar as questões acerca dos mecanismos de transformação dos espaços livres da favela e seu processo de apropriação dentro de um sistema próprio de relações sociais onde os domínios público e privado têm códigos específicos para a definição de seus limites, fizemos escolhas quanto a todas as etapas de pesquisa a serem percorridas.

Um trabalho desenvolvido por meio de mecanismos e instrumentos aplicados, selecionados após um estudo sobre os diversos métodos de pesquisa.

O presente capítulo apresenta-se assim, dividido e ordenado à medida das escolhas realizadas e decisões tomadas quanto ao caminho a ser percorrido. Primeiramente, o capítulo apresenta a Proposta dessa pesquisa, subdividindo-se em Objetivos, Questões e Justificativas para o tema escolhido.

Na etapa seguinte, definida a proposta, o capítulo apresenta e descreve o método a ser utilizado, em "O Uso do Método Indutivo", seguido pelo "Recorte Espacial" e "A Estratégia Escolhida: O Estudo de Caso", em que tem justificada a escolha da estratégia utilizada bem como os motivos pelos quais a favela Vila Parque da Cidade foi eleita como cenário, ou melhor, recorte espacial selecionado como caso a ser estudado e investigado para responder os questionamentos iniciais.

Em mais uma etapa, a "Revisão Bibliográfica" vem explicitar a delimitação conceitual a ser utilizada como fundamentação teórica para, junto aos resultados obtidos das demais etapas a serem trilhadas nessa caminhada, justificar as análises realizadas e, finalmente, atingir os objetivos propostos em nossas conclusões.

Com a escolha dos autores e suas obras, cujos estudos fundamentam nossos pensamentos, descrevemos então os eventos a serem observados e analisados no recorte espacial anteriormente escolhido e, simultaneamente, iniciamos uma pesquisa documental nesse capítulo descrita, como forma de comprovar a veracidade dos fatos observados e analisados a partir de registros formais e oficialmente reconhecidos.

Por fim, duas últimas etapas são contempladas nesse primeiro capítulo. Os “Instrumentos de Pesquisa” são descritos, um a um, em suas características principais e formas de aplicação realizadas ao longo desses dois anos de pesquisas, ou melhor, o modo como a pesquisadora aplicou o instrumento, a reação da população local e participação da mesma durante a aplicação de cada instrumento, seu tempo de duração, período e frequência.

A última etapa, então, denominamos “Avaliação” e consiste na descrição das diversas formas em que avaliamos todos os resultados obtidos pelos instrumentos de pesquisa aplicados, para o desenvolvimento das análises e conseqüentes conclusões, juntamente com a fundamentação teórica.

# capítulo 1

## 1. O Caminho Percorrido

### 1.1 A Proposta

*“É difícil encontrar uma ocupação na qual a informação sistemática sobre comportamento humano não seja relevante.” (SOMMER & SOMMER, 1997: 01)*

Em 1998 nascia o Programa de Apoio a Populações Desfavorecidas do Rio de Janeiro, o APD-Rio, como um programa piloto do núcleo Bairrinho da Secretaria de Habitação da Prefeitura dessa cidade. O Programa veio com uma proposta inovadora quanto à criação de Componentes Sociais que colaborariam para a implantação do Programa Favela Bairro em algumas comunidades carentes do Rio de Janeiro, com apoio financeiro da União Européia. Os componentes então seriam:

- Componente Habitat - responsável pela coordenação e acompanhamento da elaboração e execução dos projetos urbanos a serem implantados no local;
- Componente Trabalho e Renda - responsável pela coordenação e acompanhamento da elaboração e execução de cursos profissionalizantes e de capacitação aos moradores locais;
- Componente Desenvolvimento Social - responsável pela coordenação e acompanhamento de programas de educação e conscientização dos moradores locais para diversos aspectos, como por exemplo, conservação do bom estado de seu bairro;
- Componente Micro-crédito - responsável pela coordenação e acompanhamento de programas facilitadores de crédito para empreendimentos comerciais ou investimentos residenciais dos moradores em sua comunidade.

Ao longo dos anos de existência do programa, extinto em 2004, diversos trabalhos foram desenvolvidos junto ao Instituto dos Arquitetos do Brasil- RJ, com o intuito de estudar melhor o

processo de crescimento das comunidades de baixa renda e criar programas de Melhoria Habitacional nas mesmas.

Realizamos seminários, debates e implantamos finalmente, de modo experimental, um Programa de Melhoria Habitacional nas comunidades participantes do Programa APD-Rio.

A partir de 2004, questões emergiram dessas muitas discussões, sendo aqui trazidas para o prosseguimento dos estudos e seus esclarecimentos, contando com a experiência e o auxílio do Grupo 'Arquitetura, Subjetividade e Cultura', no âmbito do qual, o presente trabalho está inserido. Os estudos desenvolvidos nesse grupo de pesquisa existem hoje após uma longa construção de conhecimento iniciada com pesquisas de Cristiane Rose Duarte e prosseguiram ao longo do desenvolvimento de uma série de outros trabalhos do PROARQ<sup>2</sup>, sobre valores e significados dos espaços vivenciados e experienciados pelos moradores, desde 1988.

### **1.1.1 Objetivos Desta Pesquisa**

Como objetivo geral, nosso estudo pretende compreender o processo de “moldagem do lugar” (Duarte, 1993) em um assentamento popular auto construído; elucidar questões a cerca das formas de ocupação e crescimento de uma comunidade de baixa renda e, na mesma, relacionar a dinâmica das transformações dos espaços livres e construídos com o uso dos espaços de domínio público, de uso comunitário, ou melhor, espaços de convívio.

Os objetivos específicos traçados ao longo do desenvolvimento do trabalho são:

1. relacionar o espaço construído com o uso dos espaços de convívio, compreendendo os limites dados pelos moradores entre ambos;
2. analisar a apropriação dos espaços de uso comunitário por parte dos moradores locais, identificando suas diversas formas.

---

<sup>2</sup> Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### **1.1.2 Questões**

Para atender a cada objetivo específico, uma questão foi formulada, por meio das quais, prosseguiram os trabalhos de identificação da estratégia de pesquisa, o método escolhido, o recorte espacial e ainda os instrumentos de pesquisa, que seguem:

1. Como é feita a separação semântica entre os domínios público e privado numa comunidade informal? Quais mecanismos são usados? Quais estratégias dos moradores/ usuários para permitir a leitura do que é público ou não?
2. As transformações do espaço construído local exercem influência sobre os usos dos EUCs (Brasileiro, 2000), os Espaços de Uso Comunitário na Favela Vila Parque da Cidade?
3. Como se dá o mecanismo de apropriação do espaço na cidade informal?

### **1.1.3 Justificativas**

A compreensão e identificação das formas de apropriação dos espaços de uso comunitário em comunidades de baixa renda colaboram na elaboração de futuras estratégias de intervenção e melhoria do espaço nas mesmas, através de uma leitura dos valores e elementos 'identitários' da micro cultura local, evitando o uso errôneo de parâmetros da chamada 'cidade formal'.

Para tal, antes de descrevermos os procedimentos metodológicos utilizados, faz-se necessário justificarmos a escolha dos métodos de pesquisa e o delineamento da estratégia adotada para a realização do estudo.

## **1.2 O uso do método indutivo**

A pesquisa proposta surgiu de nosso grande interesse em uma análise da subjetividade e da cultura que permeiam a construção do espaço de uma comunidade de baixa renda, tema estudado no grupo de pesquisa do PROARQ, já mencionado anteriormente, liderado pela prof.dra. Cristiane Rose Duarte.

Trabalhamos em informações coletadas em campo no espacial escolhido, a Vila Parque da Cidade, na observação de um dado objeto e análise sobre o mesmo, ou melhor, uma pesquisa baseada no método indutivo.

Segundo Lakatos e Marconi (1991: p.47), a indução é *“um processo mental, por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”*. (Lakatos e Marconi, 1991:47)

Na indução, existe a crença da existência de certa regularidade das coisas, de que o futuro será como o passado. Assim, é baseada em observações feitas neste passado, fazendo com que a repetição gere uma expectativa de regularidade.

Ao analisar e qualificar uma cultura, ainda tomamos algumas precauções quanto ao que Brasileiro (2004) chamou de Relativismo Cultural e Etnocentrismo. O primeiro vem a ser o entendimento do funcionamento de uma cultura guardando-se as proporções entre as diferenças que existem entre culturas diversas, ou melhor, respeitar as regras e normas de cada cultura, suas características próprias independentemente dos valores pessoais de cada pesquisador e da cultura em que o mesmo está inserido. Segundo Santos, *“só se pode propriamente respeitar a diversidade cultural se se entender a inserção das culturas particulares na história mundial”* (Santos apud Brasileiro, 2003).

Por outro lado, há que se ficar atento para também evitar que a ocorrência de opressão e repressão aos povos, como exemplo, seja considerada normal, a partir de uma perspectiva de relativismo cultural, nem todos os fatos deverão ser vistos por essa mesma perspectiva (Brasileiro, 2003).

Como consequência de uma falta de atenção quanto ao Relativismo Cultural, o pesquisador pode cometer o erro do Etnocentrismo, ou melhor, supervalorização da própria cultura em detrimento das demais (Brasileiro, 2003).

*“...um dos grandes problemas do antropólogo ao estudar a sociedade complexa moderna é conseguir identificar os diferentes códigos existentes e, ao mesmo tempo, procurar verificar até que ponto e como estão interligados e se formam, constituem uma totalidade que possa ser descrita e analisada (...). [Mas], há que não pressupor uma homogeneidade e sim identificar as relações entre*

*os códigos ou culturas ou subculturas existentes e examinar as relações entre eles, fazendo a pergunta sobre quando, onde e como pode-se falar num predomínio de uma sobre a outra” (Velho & Castro, 1979, p.23).*

### **1.3 Recorte Espacial**

A pesquisa surge de um interesse observado em uma Comunidade de baixa renda, chamada Vila Parque da Cidade, a qual pudemos observar durante alguns anos, ao longo de trabalhos realizados na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A comunidade transformou-se em cenário para os estudos propostos pelos diversos motivos seguintes:

- a comunidade, junto à outras quatro, como integrante do grupo de pequenas favelas a serem beneficiadas pelo Programa Bairrinho da PCRJ, fez parte do Programa de Apoio à Populações Desfavorecidas do Rio de Janeiro, do qual a pesquisadora fez parte, no princípio como estagiária de arquitetura e, posteriormente, como arquiteta integrante do núcleo “Habitat”;
- a Vila Parque da Cidade foi objeto de discussão em diversos seminários sobre Habitação Popular e Melhorias Habitacionais, promovidos pelo Programa APD-Rio, com o apoio do Instituto dos Arquitetos do Brasil/RJ, entre outras instituições;
- localizada em um bairro na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, a comunidade apresenta características de um assentamento popular bastante consolidado, com um número significativo de residências e funcionando hoje com um sistema de organização comunitária através de uma Associação de Moradores local;
- a comunidade passa hoje por um processo de Regularização Fundiária, através de um programa promovido pela Prefeitura local, o que ainda reafirma o caráter permanente de suas habitações e a consolidação do processo de apropriação do espaço pelos moradores.

### **1.4 A estratégia escolhida: Estudo de Caso**

Nossas análises e conclusões partem de dados específicos locais e promovem um estudo específico para a determinada comunidade de baixa renda. Isso não significa que haja uma impossibilidade de partirmos de dados colhidos e estudados na referida comunidade para analisar e compreender processos semelhantes em outras comunidades. Concordamos com Jacobs (1961), que diz que a

possibilidade de que as teorias sejam discutidas e novas idéias sejam formuladas a partir do estudo de um caso, sendo ele uma pequena tribo, um objeto arquitetônico, um vilarejo ou uma grande cidade<sup>3</sup>.

Retomando nosso recorte urbano, escolhido para ser nosso estudo de caso, a Vila Parque da Cidade, podemos dizer que trata-se de um caso imerso em um contexto da vida 'real', ou melhor, um fenômeno estudado 'em campo', relacionado à complexa dinâmica a qual se intercepta. O processo de ocupação e apropriação do espaço definido por nós estará sempre relacionado ao modo de vida da sociedade local, sua cultura, história e origem.

Os estudos de caso ainda possuem outras características que pudemos perceber ao longo do desenvolvimento do trabalho, como a possibilidade de identificar links causais entre fatores socio-físicos e os eventos (como na pesquisa de Jacobs, são como estudos de construção de teorias com propostas tanto exploratórias como explanatórias). A pesquisa do estudo de caso deve ser guiada por um desenvolvimento teórico, ou melhor, a pesquisa completa deve projetar uma questão sobre a qual está sendo estudado, o suficiente para sugerir as informações a serem coletadas e os critérios a serem utilizados para análise.

A crítica ao estudo de caso diz que não se pode generalizar o estudo para outros casos. Apesar disso, há uma capacidade de generalização da teoria, de forma que um experimento pode ser generalizado à teoria e esta ser testada em outros experimentos. Conforme pudemos constatar na pesquisa de Jacobs, já citada anteriormente, no que diz respeito à aplicabilidade de sua pesquisa, mesmo tendo ela sido feita sobre o caso da cidade de Nova Iorque.

### **1.5 Revisão Bibliográfica: a delimitação conceitual**

Iniciamos a pesquisa pela tão (não mais) importante tarefa de compreender, por meio de tantos autores, conceitos mascarados pelas questões que provocam a existência desse trabalho. Essencialmente, trata-se da evidente e intrínseca relação entre arquitetura e vida cotidiana.

---

<sup>3</sup> Jacobs reside na cidade de Nova Iorque e, por esse motivo, escolheu essa cidade como base, em seu livro que tomamos como exemplo de um estudo de caso bem sucedido, para explorar a dinâmica urbana e contribuir com a vitalidade da vida nas cidades. Sua pesquisa causou um grande impacto no trabalho de arquitetos e planejadores em diversas partes do mundo, já que trouxe interessantes questões teóricas urbanas que puderam ser discutidas e aplicadas.

Segundo Hertzberger (1996), a primeira é vivida e praticada por todos através de suas percepções individuais e coletivas. Trata-se de experienciar a arquitetura, um fenômeno que observamos ao estudar a Vila Parque da Cidade, seu crescimento, formas de ocupação e apropriação dos espaços físicos.

Dessa forma, fez-se necessário buscar conceitos que complementem e esclareçam dois grandes indicadores dessa inerente relação: *experiência e espacialidade*.

Através do delineamento desses dois indicadores, traçamos os conceitos “cultura”, “favela”, “espaço”, “lugar”, “apropriação”, “pertencimento”. Outra questão abordada para fundamentação teórica do trabalho é a formação do território, que ocorre com o processo de apropriação do espaço e surgimento de um sentimento de pertencimento a um lugar.

Foi realizada então uma investigação teórica por diversos autores como Tuan (1980a e 1980b), Norberg-Schulz (1998), Fischer (1994), Rapoport (1977), Hall (1990), Moles e Rohmer (1978), entre outros. Além desses, outros textos nos fizeram compreender melhor os conceitos estudados, especialmente trabalhos produzidos no Programa de Pós Graduação em Arquitetura da UFRJ, como os textos de Alice Brasileiro, Miriam Gomar, Cristiane Duarte, Kátia de Paula, Ethel Pinheiro, entre outros, e ainda o trabalho de Franci Soares, produzido no Programa de Pós Graduação em Urbanismo da UFRJ, sob a orientação da prof. Cristiane Duarte.

### **1.6 Eventos para Observação e Análise**

Em campo, através de uma série de instrumentos pré estabelecidos, descritos mais adiante, foram coletados uma série de dados, posteriormente analisados e avaliados à luz dos conceitos pesquisados, nos seguintes eventos observados:

- crescimento físico da comunidade e consolidação e permanência das famílias residentes na mesma;
- elementos simbólicos representativos da cultura local;
- uso e apropriação do espaço pelos habitantes locais;
- alteração no comportamento, tendo como suporte a interrelação espacial das ruas da comunidade;

- alteração no aspecto das ruas, fachadas, edificações.

### 1.7 Pesquisa Documental/ Iconográfica

A pesquisa documental foi realizada com o objetivo de elucidar questões a cerca do processo de ocupação e desenvolvimento da comunidade Vila Parque da Cidade. Para tal, se fez necessária a ajuda da Secretaria Municipal de Habitação, e do IPLANRIO, Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A, contribuindo com o fornecimento de documentos, levantamentos e diversas informações adquiridas sobre a comunidade e ainda, a contribuição da empresa Tecnosolo, compartilhando conosco informações do Diagnóstico Físico-Urbanístico realizado na favela no processo inicial de levantamento da área para a posterior implantação do Programa Favela Bairro no local, através do Programa APD-Rio e ainda um acervo de documentação coletada ao longo dos anos de acompanhamento do desenvolvimento do referido programa pela mestranda, em período anterior ao ingresso nesse Programa de Pós-Graduação.

A Associação de Moradores da Vila Parque da Cidade também contribuiu com diversas informações relevantes a cerca do crescimento da comunidade.

### 1.8 Instrumentos de pesquisa

Desenvolvemos um trabalho apoiado na estratégia do estudo de caso, a partir de uma diversidade de instrumentos que nos permitam a coleta de dados de diferentes fontes de informação, possibilitando a validação da pesquisa proposta, a geração de resultados e respostas aos questionamentos prévios e suas conclusões. Uma série de instrumentos de pesquisa foram elaborados para atender a cada objetivo específico dessa dissertação.

Quando questionamos a cerca dos mecanismos e estratégias usadas pelos moradores para permitir a diferenciação do que é público ou privado entre os domínios exercidos na favela, precisamos buscar respostas nos dados obtidos pelas **entrevistas semi-estruturadas**, pela **pesquisa iconográfica**, e pela **observação participativa**, instrumentos que reportam-nos a um contato direto com o morador, sua experiência e cultura.

Novamente as **entrevistas semi-estruturadas** e a **pesquisa iconográfica** estiveram presentes entre os instrumentos escolhidos na pesquisa por dados que demonstrassem a influência provocada pelas transformações da arquitetura local sobre a apropriação dos espaços de uso comunitário na favela e vice versa.

Por fim, com o intuito de desvelar o processo de apropriação do espaço na cidade informal em suas diversas formas, lançamos mão de todos os instrumentos de pesquisa aplicados por nós ao longo desses últimos anos na favela. São eles: **observação participativa**, **representação gráfica** (tanto através de execução de mapas técnicos como através de coleta de desenhos da comunidade realizados pelas crianças), **entrevistas semi-estruturadas** e **pesquisa iconográfica**.

Junto aos instrumentos, tão importante e presente foram a **fundamentação teórica** e a **pesquisa documental**, como fontes de informação para revelar os resultados encontrados para cada uma das questões principais trabalhadas na dissertação.

### **1.8.1 Observação Participativa- o Diário de Campo**

A primeira técnica utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi a nossa freqüente visita ao local de estudo, o *'trabalho de campo'*. Tal trabalho se trata de um estudo pessoal no qual o pesquisador reside, convive, em meio à sociedade que se pretende estudar e descrever (Edgerton, 1931). Esse não é simplesmente um método, mas sim um conjunto de procedimentos que requerem um certo tempo, sendo o principal deles a observação. Seguindo os passos do método indutivo, o processo de pesquisa aconteceu através da observação dos fenômenos, ou melhor, foram observados fatos e pistas físicas e comportamentais que nos permitiram anotar as relações espaço pessoal.

Ao longo desse período de trabalho em campo, segundo Edgerton (1974), é muito importante que o pesquisador esteja todo o tempo disponível em contato com os moradores locais, convivendo e dialogando com os mesmos, procurando estar o mais invisível e inserido ao 'meio' quanto possível, para que a análise do 'outro' seja realizada com o olhar do 'outro', entendendo a cultura local.

O contato constante com a favela Vila Parque da Cidade iniciou-se em 2000 com as primeiras vistas para reconhecimento de campo para a implantação do Programa Favela Bairro no local. As visitas eram realizadas em uma frequência de uma visita a cada semana, normalmente realizada às terças feiras. A frequência aumentou para duas visitas por semana realizadas às terças e sextas feiras, ao longo do período de obras, iniciado em 2002. Além desses, outros dias eram programados para eventos e reuniões comunitárias realizadas entre os anos de 2000 e 2003, normalmente marcados nos sábados.

A partir do mês de março de 2004, quando iniciamos os estudos sobre o tema proposto no PROARQ, a frequência de visitas à favela Vila Parque da Cidade fixou-se em uma visita semanal, às quartas feiras, para a realização de anotações em nosso 'caderno de campo'. Foram registradas, ao longo de todo o ano de 2004 e primeiros seis meses de 2005, todas as observações relevantes à cerca da movimentação dos habitantes pela comunidade, seu uso e apropriação, através de descrições, rápidos croquis ou eventuais registros fotográficos, além de um importante registro da data, hora, local e dia de semana em que se realizou a visita, para que, posteriormente, pudéssemos fazer uma análise comparativa, tendo como base todos esses fatores. Foram realizadas no total quarenta e duas fichas de anotações. Alguns exemplos de fichas escritas nesse período encontram-se no Anexo 3 dessa dissertação.

Entre os anos de 2004 e 2005 as anotações foram realizadas em um mesmo ponto, um dos mais movimentados da favela, na Avenida Tenente Francisco Mega, a principal de acesso à comunidade, exatamente em frente a uma banca de frutas e legumes que ocupa e que, conseqüentemente, afunila nesse ponto a Avenida. Tal escolha deu-se ao fato de podermos, nesse local, observar muitas pessoas que chegam e saem da comunidade, devido à proximidade do ponto de transporte público e acesso à comunidade, além do movimento de parte do comércio, já que, na Avenida Tenente Francisco Mega concentram-se muitas edificações de uso misto, como veremos adiante.

A princípio, o horário escolhido para as anotações era entre as 11:00h. e as 13:00h, um horário de saída e entrada das crianças na escola, horário de término e início de jornada para muitas pessoas. Com o tempo, os horários variaram para que pudéssemos observar as nuances da movimentação nos diversos momentos do dia. Estivemos na comunidade antes das 9:00h. e depois das 18:00h. Em dias normais de semana, não estivemos na comunidade após as 21:00h.

A partir do mês de setembro de 2005 ao mês de fevereiro de 2006 as visitas semanais à comunidade passaram a acontecer aos sábados e, eventualmente domingos ou feriados. Nesse período as visitas eram realizadas sempre entre as 9:00h e as 16:00h., em que pudemos perceber uma movimentação diferente na favela devido a alteração do dia de visita.

As anotações não foram silenciosas, eventualmente dialogávamos com moradores, muitas vezes curiosos por nosso trabalho, e, especialmente, com o funcionário da venda do Sr. Nicolau, onde estivemos grande parte dos dias de anotações. Durante os meses de setembro e outubro ainda contamos com a colaboração da estudante de arquitetura Aline Pitrowsky, que voluntariamente participou dessa primeira fase da pesquisa, realizando suas anotações em outro ponto importante da comunidade: a entrada à favela pela Estrada Santa Marinha, onde está localizada a Associação de Moradores e uma loja onde são vendidos produtos artesanais elaborados pelos moradores locais. O local é de bastante movimentação não só pelos moradores da favela, mas também para os usuários e funcionários do Parque da Cidade e do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, por ser acesso principal aos mesmos. Ao longo da Estrada também estão localizados muitos bares e outros tipos de comércio. A estudante, nesses dois meses, realizou suas anotações nos horários entre as 11:00h. e as 13:00h.

Nos primeiros meses a população local estranhou um pouco nossa presença constante. Precisamos pedir autorização para o presidente da Associação de Moradores com o intuito de evitar sérios estranhamentos por parte de alguns moradores, afinal, estávamos anotando, desenhando e fotografando a movimentação da população local.

Após algumas semanas, os moradores passaram a nos reconhecer e interagir conosco, também como personagens de sua comunidade. Quando não aparecíamos notavam nossa ausência, assim como quando mudávamos nosso horário de visita, tal fato era percebido pelos habitantes.

### ***1.8.2 Representação Gráfica da Favela***

A representação gráfica da favela foi realizada em duas etapas, sendo, a primeira, execução de **mapas urbanos**, e a segunda, coleta de **desenhos infantis**.

### 1.8.2.1 Mapas Urbanos

Os mapas urbanos foram executados pela própria mestranda em busca de apreensão de todo o espaço físico da favela Vila Parque da Cidade, procurando levar ao leitor uma visualização rápida e precisa quanto a espacialidade local, facilitando assim a compreensão das análises e conclusões. Para tanto, foram desenvolvidos os mapas que seguem:

- **localização**, demarcando a Favela Vila Parque da Cidade no bairro onde está inserido, com destaque para a via principal de acesso à favela;
- **acesso e circulações**, destacando e denominando as vias de acesso à favela, bem como, as vias internas de circulação e acesso às residências, além do sentido de expansão da comunidade;
- **figura e fundo**, com a representação do adensamento local através de manchas sobre os espaços livres de edificações;
- **usos**, diferenciando por cores as edificações localizadas dentro da Área de Especial Interesse Social na qual a favela está contida em seguintes usos: residencial, comercial, prestação de serviços e, individualmente, os institucionais Centro Comunitário, Creche, Associação de Moradores local e Igreja;
- **gabarito**, indicando por cores o número de pavimentos de cada edificação;
- **cobertura vegetal**, mostrando graficamente a quantidade de espécies vegetais existentes na favela e em seu entorno mais próximo;

As informações pertinentes para a elaboração dos mapas foram coletadas pela própria mestranda entre os meses de setembro e novembro do ano de 2005 e os mapas estão impressos ao final do capítulo 3.

### 1.8.2.2 Desenhos Infantis

Os desenhos são uma representação gráfica do imaginário dos moradores locais, em nosso caso, crianças, e foram aplicados com o intuito de compreender de que forma o habitante vê seu meio, quais são seus referenciais, marcos e limites, quais são os elementos simbólicos que constroem a paisagem local.

Foi explorada através desse instrumento a forma como o habitante vivencia o espaço e interage com o mesmo, de que forma o espaço é apropriado e qual a importância de determinados elementos físicos apontados pelos moradores.

Para a realização do desenho, as crianças, de ambos sexos, receberam um papel em branco fornecido pela pesquisadora. Foi solicitado então um desenho da Favela Vila Parque da Cidade, tanto através de imagens quanto verbalmente, quando necessário. Estivemos munidos de gravador no momento do desenho e as crianças foram solicitadas a explicar ou interpretar sua representação. Dessa forma, foi evitado à pesquisadora interpretações aleatórias, buscando compreender exatamente à medida da explicação fornecida pelo morador. Ao longo da aplicação, a pesquisadora apresentou eventuais perguntas para uma melhor compreensão dos desenhos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de forma que a quantidade de mapas não influenciou na qualidade dos resultados obtidos. A solicitação para execução dos desenhos, inicialmente feita a moradores de todas as idades, não foi atendida pelos moradores adultos, sendo apenas um o morador que colaborou fazendo um rápido desenho. Os demais desenhos são fruto da colaboração infantil para a pesquisa, o que nos fez denominar esse trabalho por coleta de “desenhos infantis”. Mesmo assim, muitas crianças não quiseram fazer desenhos por vergonha. Ao final do trabalho, conseguimos obter vinte e cinco desenhos. Alguns deles encontram-se ao final dessa dissertação, no Anexo 2.

### **1.8.3 Entrevistas Semi-estruturadas**

As entrevistas semi-estruturadas foram planejadas com a intenção de compreender como os habitantes vêem e relacionam-se com a comunidade em que vivem, como formam seu ambiente e quais são suas maiores qualidades e os maiores problemas, como entendem a melhoria habitacional dentro de suas realidades e quais são suas satisfações ou insatisfações com o local em que habitam.

Dessa forma, as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora e gravadas para posterior transcrição, evitando que alguma informação pudesse ser perdida. As conversas não foram extensas, mas sim objetivas, dando liberdade de resposta ao morador, e permitindo a pesquisadora

acrescentar alguma questão pertinente não previamente formulada. As questões foram pensadas para uma fácil compreensão, em português simples e claro, para que o morador pudesse colaborar com o trabalho realizado sem medo.

O questionário, aplicado a 80 moradores em suas próprias residências, um número equivalente a 11% das moradias locais, e foi dividido em três etapas: a primeira sobre **o morador e sua origem**, a segunda sobre **o espaço da comunidade** e a terceira sobre **as edificações**.

As primeiras questões, sobre **idade, sexo, há quanto tempo reside na Vila Parque da Cidade e se reside com mais familiares**, não visaram um levantamento estatístico ou demais avaliações, tiveram apenas como objetivo o reconhecimento do morador e de sua moradia.

Ainda com o intuito de conhecer um pouquinho sobre a participação do morador na história e processo evolutivo da Vila Parque da Cidade, questionamos a cerca da **forma como sua família passou a fazer parte da comunidade, ou melhor, de onde, por quê e como vieram morar no local pesquisado**. Essa informação foi colocada para auxiliar na compreensão da sensação de pertencimento ao lugar e trouxe importantes revelações, como veremos mais adiante.

A segunda etapa da entrevista teve como objetivo coletar dados a respeito das considerações feitas pelo morador em relação ao espaço da comunidade, suas qualidades e problemas, lembrando que o foco aqui não é apenas o espaço físico, mas também o espaço social. Assim sendo, questionamos **o que o morador gosta e não gosta na comunidade e o que falta nela**. As questões abertas deram ao morador, propositalmente, a arbitrariedade de uma resposta voltada não apenas a problemas físicos e estruturais locais, mas também considerações a respeito das relações interpessoais e organização comunitária. Dessa forma, pudemos compreender as relações de afeto do morador com seu bairro, qualificar o que para ele são os aspectos positivos ou negativos da favela, e assim, evitar julgamentos equivocados e pré conceituais quanto ao espaço oferecido pela favela, comparando-a erroneamente ao espaço oferecido pela chamada 'cidade formal'.

Ainda nessa etapa, uma última questão sobre **quais são as coisas que o morador faz nas ruas da favela além de usá-la como caminho para chegar ou sair de casa**, o morador relatou de que

forma usa e apropria-se do espaço oferecido pela favela, ou se, simplesmente, usa os espaços comunitários apenas como vias de acesso e circulação.

Em uma última etapa, foram feitos alguns questionamentos a cerca das edificações e suas modificações ao longo do período em que o morador reside na favela. Como primeira pergunta, o morador deveria relatar se a sua moradia sempre foi, arquitetonicamente, desde o seu período como habitante da favela, da maneira pela qual apresenta-se a nós hoje, ou se o morador fez algumas modificações. Para tal, questionamos **como era sua residência, no momento de sua chegada à favela e quais as modificações ocorridas**. Como complemento, ainda questionamos **o por quê dessas modificações**, trazendo à tona aspectos psicosociais ou necessidades físicas e estruturais, consideradas pelos moradores, para melhoria habitacional.

Como última questão, foi solicitado ao morador que definisse com palavras ou apenas mostrasse-nos **até onde é sua casa e a partir de onde começa a rua**. Posteriormente, como complementação, questionamos **até onde o seu vizinho pode ampliar a sua residência**, ou mesmo **até onde o morador pode aumentar a sua residência, caso queira**. No caso de fazer **uma varanda ou um pórtico, até onde é possível? Se ele sente-se incomodado com a presença de sujeira e lixo na rua, e em caso de sujeira de cachorros, por exemplo, até onde o morador lava?** Assim, pudemos avaliar de que forma o morador vê os limites entre os domínios público e privado na favela e constatar que, quando o morador fala sobre os limites entre sua casa e sua rua, não está relatando o que existe de fato em seu espaço construído e o que acontece nas relações internas da comunidade entre os moradores, nessa “lei” não escrita, mas conhecida por todos que ali habitam.

A entrevista foi aplicada aos sábados, entre 9:00h. e 16:00h. No primeiro dia, havia uma grande expectativa quanto à abordagem dos moradores para a realização das entrevistas. Não havíamos estabelecido um perfil para o morador, ao contrário, pretendíamos conversar com o maior número de habitantes de diferentes idades, entre homens e mulheres.

Logo na Avenida Tenente Francisco Mega, entramos em alguns estabelecimentos comerciais sem muito êxito. Os primeiros comerciantes abordados não puderam colaborar com a pesquisa. Ainda nessa avenida conseguimos nossa primeira entrevista. Um senhor parado em frente à mercearia do Sr. Nicolau respondeu pacientemente a todo o interrogatório.

Mais à frente, entrevistamos um grupo de moradores parados em um bar da Avenida Parque da Cidade e assim prosseguimos o trabalho, solicitando colaboração de habitantes locais encontrados em meio à caminhada. O resultado foi aquém ao esperado nesse primeiro dia. Muitas pessoas não quiseram colaborar com a pesquisa e francamente negavam a solicitação, o que nos fez perder o receio da invasão ou incômodo aos moradores e seus lares.

No segundo dia de entrevistas, depois das primeiras experiências, já preparados para respostas negativas quanto a colaboração ao trabalho, solicitamos entrevistas a todas as pessoas encontradas pelo caminho, inclusive àquelas que víamos dentro de suas casas, através das janelas. A partir de então as entrevistas fluíram de melhor forma, não caçávamos mais colaboradores, eles próprios indicavam parentes e amigos em outras residências para participar. O resultado começou então a superar as expectativas.

Mesmo não tendo estabelecido um perfil de morador ou residência, nos últimos dias, intrigados com as fachadas de determinadas casas, batemos à porta de cada uma delas para a tentativa de uma entrevista, pois, com questões tão objetivas a serem desvendadas, sentimos a necessidade de questionar moradores responsáveis por determinadas construções na comunidade. O resultado foi igualmente positivo.

Além do planejado, aconteceu o acréscimo de perguntas mediante a necessidade de melhor compreensão das respostas dadas ou complementação de algum dado interessante colocado pelo entrevistado.

#### **1.8.4 Levantamento Iconográfico**

Por fim, foi realizado um levantamento iconográfico através de uma coleção de fotos de arquivo da Associação de Moradores da Vila Parque da Cidade, um registro fotográfico realizado no ano de 1999, fotos registradas ao longo de todo o processo de implantação do Programa Favela Bairro e ainda registros fotográficos e filmagens realizados nos anos de 2004, 2005 e início de 2006, período de desenvolvimento dessa presente dissertação.

As fotos e as filmagens nos revelam a evolução da Favela Vila Parque da Cidade, os moradores em suas atividades cotidianas e eventos importantes, além da implementação das obras para melhorias locais.

### ***A utilização das Imagens***

Os focos escolhidos pela mestrandia, em meio ao imenso arquivo de fotos, tiveram como objetivo retratar a favela em suas diversas formas, destacando fachadas, volumes, usos e ocupações, cultura e cotidiano local.

Na pesquisa etiotopográfica<sup>4</sup>, baseado especialmente na observação participativa, as imagens são fundamentais no desenvolvimento das análises e demonstração das conclusões a que chegamos. Assim, as imagens foram usadas em duas maneiras distintas: reprodução das imagens fotográficas do arquivo, como são originalmente, e desenhos feitos à mão, baseados também em registro fotográfico.

As imagens fotográficas extraídas do arquivo e inseridas originalmente no trabalho foram selecionadas especialmente para a visualização dos casos usados como exemplificação das teorias e análises. São retratos da favela como ela é, segundo o nosso foco, mas revelando todos os seus detalhes abrangidos nas imagens, permitindo uma leitura e interpretação do espaço e seus elementos tão múltipla quanto o número de observadores.

Os desenhos feitos à mão, baseados em focos selecionados também por nós, foram usados para ilustrar, de modo lúdico e artístico, as demais seções dessa dissertação. Para trabalhar os relatos e descrições, percebemos, após alguns ensaios, que a infinidade de elementos observados nas imagens, ganhariam destaque em desenhos à mão, evitando a soma excessiva de informações e diversidade qualitativa entre as mesmas.

Para tal, os ilustradores Márcio de Castro e Giselle Carvalho aceitaram o desafio e estudaram, através de materiais fornecidos pela mestrandia, os conceitos tratados na dissertação, seu tema e

---

<sup>4</sup> Etiotopografia- trata-se de um conjunto de métodos de pesquisa e análise do espaço construído que ainda está em desenvolvimento pelos pesquisadores do Grupo Arquitetura, Subjetividade e Cultura, PROARQ, UFRJ. Como forma de contribuição às explorações deste método, nossa pesquisa procurou analisar como os espaços “falam” e transmitem informações sobre a cultura do grupo social que os criou.

objetivos principais para, posteriormente, ilustrarem o trabalho com o auxílio do olhar da pesquisadora. A partir do conhecimento a cerca do trabalho como um todo e, acompanhando o desenvolvimento do mesmo, os profissionais elegeram as técnicas utilizadas de acordo com cada imagem selecionada, aplicando seus critérios profissionais e sensibilidade.

As imagens coloridas foram feitas com as técnicas de aquarelas, aguadas, lápis e nanquim, enquanto os roughs (esboços rápidos) foram produzidos com canetas esferográficas, hidrocores, bicos de pena, lápis de cor e canetas de nanquim.

Posteriormente, as ilustrações foram digitalizadas pelos próprios profissionais para que os mesmos pudessem avaliar o resultado de impressão das cores em função dos originais, e assim, garantir a qualidade gráfica do trabalho.

O trabalho apresentado, em termos gráficos, é o resultado de uma parceria com os ilustradores que desenvolveram suas técnicas através da liberdade que lhes foi dada para a interpretação e ilustração das imagens, assim como a escolha das técnicas utilizadas e qualidade de digitalização.

## **1.9 A Avaliação**

À luz dos conceitos tratados por diversos autores em suas vastas e interessantes experiências, os eventos observados foram analisados e avaliados através do resultado obtido pelos instrumentos de pesquisa escolhidos para o caso.

Além da fundamentação teórica, um estudo do levantamento documental e histórico local também colabora para o entendimento do surgimento, crescimento e desenvolvimento da favela, seu ambiente e estrutura física e sócio-espacial, e, conseqüentemente, para chegarmos às avaliações e conclusões pertinentes.

### ***1.9.1 Formas de Avaliação dos Resultados Fornecidos pela Aplicação dos Instrumentos de Pesquisa:***

#### **1.9.1.a Observação Participativa**

A construção de um diário de campo realiza-se em longo prazo, através do relato rotineiro dos eventos observados em cada uma das inúmeras visitas, isto é, quando não é possível que o pesquisador esteja inserido em seu objeto não como visitante, mas como habitante.

Como um dos mais ricos e importantes instrumentos, das narrativas são extraídos exemplos cotidianos do processo de ancrage ocorrido na comunidade, domínio e territorialização dos espaços de uso comunitário, especialmente através de seus diversos usos. Avaliados também, dessa forma, foram a movimentação e participação comunitária no dia a dia da favela, além do controle social do ambiente realizado pelos moradores e crescimento comercial.

O diário de campo permitiu ainda o uso de suas informações para uma avaliação a cerca da arquitetura local, seus elementos marcantes e materiais construtivos.

### **1.9.1.b Representação Gráfica da Favela**

#### **- Mapas urbanos**

Localização- o mapa de localização permitiu não somente entender o acesso do transeunte à comunidade estudada, mas também avaliar a acessibilidade em si, quanto ao nível de dificuldade enfrentada pelo morador para chegar à comunidade e, por outro lado, sair da mesma em direção aos equipamentos urbanos disponíveis em seu entorno. Ainda possibilitou uma avaliação quanto à disponibilidade desses equipamentos urbanos, quanto à existência e ao número de Escolas Municipais, Ambulatórios ou Centros Médicos públicos, Shopping Centers, entre outros.

Acessos e Circulação- Esse mapa permitiu avaliar o potencial de acessibilidade da comunidade em seu interior, número de vias de acesso e circulação e sua distribuição. É possível, apenas ao observar o mapa, fazer uma análise quanto à existência e quantidade de vias carroçáveis ou planas, contra o número de vias formadas por escadas, e quanto à largura das mesmas.

Figura Fundo- Através do mapa de Figura e Fundo, pudemos avaliar visualmente o estágio atual em que encontra-se a comunidade em termos de adensamento. Pudemos considerar, através do mapa o caráter da comunidade quanto aos espaços livres disponíveis para circulação, ventilação e iluminação das habitações locais.

Usos- Discriminando os usos de cada edificação, o mapa de usos permite uma avaliação do caráter residencial ou comercial da área pesquisada, bem como geração de trabalho e renda local nos últimos anos e acessibilidade dos moradores locais ao comércio ou à demais instituições dentro da própria comunidade.

Gabarito- O processo de adensamento da comunidade pode ser avaliado não apenas através do mapa de figura e fundo. O mapa de gabarito fornece informações quanto ao número de pavimentos em cada edificação, possibilitando uma avaliação da espaciosidade encontrada, ou melhor o reflexo do crescimento vertical da comunidade nos últimos anos e, conseqüentemente, seu nível de adensamento.

Cobertura Vegetal- Esse mapa permitiu uma avaliação quanto à área de degradação da mata nativa, existência ou não de espécies vegetais ao longo das vias internas da comunidade, bem como em seu entorno imediato.

#### **- Desenhos Infantis:**

Os desenhos infantis, aplicados posteriormente às entrevistas, permitiram identificar os pontos referenciais ou marcos ou símbolos importantes para os moradores da comunidade, a maioria crianças, exceto por um morador adulto que pode colaborar. Tal identificação permitiu uma avaliação quanto à formação de uma identidade na comunidade, quanto ao sentimento de pertencimento do morador na comunidade, o processo de apropriação dos espaços de uso comunitário e formação de seus territórios. Ainda através dos desenhos, puderam ser identificados e avaliados os elementos simbólicos representativos da cultura local.

#### **1.9.1.c Entrevistas Semi-Estruturadas**

##### **Primeira etapa: o morador e sua origem**

Essa etapa da entrevista, em suas primeiras questões, por visar apenas conhecer o morador, não forneceu dados pertinentes à avaliação, apenas, à identificação.

As respostas obtidas na última questão dessa etapa, quanto à origem do morador e o porquê de seu agrupamento à comunidade, foram avaliados sob a luz dos conceitos de pertencimento e

apropriação do espaço, transformação do mesmo em lugar e conseqüente fixação do morador na comunidade, o processo de ancrage.

### **Segunda etapa: o espaço da comunidade**

Na segunda etapa foi avaliado o espaço físico e também o espaço social apresentado pelo relato dos moradores. Questões quanto aos elementos positivos ou negativos na comunidade, assim como o que falta na mesma, foram avaliados qualitativamente, a cerca do envolvimento afetivo do morador com seu bairro, tomando como fundamentos o estudo sobre experiência aqui apresentado, sobre o sentimento de pertencimento e ainda o processo de transformação do espaço em lugar.

A última questão formulada, a cerca da utilização do espaço de uso comunitário pelo morador e pelos comerciantes, foi avaliada sob a luz dos conceitos de apropriação e territorialização do espaço, colaborando para a compreensão de como o morador torna-se usuário dos espaços oferecidos em sua comunidade, transformando-a, dando, a esses espaços, funções secundárias à principal compreendida como acesso e circulação.

### **Terceira etapa: as edificações**

As respostas fornecidas na última etapa da entrevista foram, de um modo geral, avaliadas em complementação à avaliação feita das observações registradas no caderno de campo, quanto às edificações hoje existentes na comunidade. As avaliações também tiveram como base o estudo dos conceitos de apropriação e pertencimento, ancrage, territorialização, transformação dos espaços em lugar, estudados dentro da categoria “espacialidade”, e, ainda, o estudo do conceito “experiência”, conforme delineamos no capítulo 2.

A última questão e as demais questões complementares, também a cerca das edificações, nos possibilitou avaliar os limites residenciais impostos pelos moradores e os mecanismos usados para tal. Os mesmos conceitos guiaram as avaliações.

Todas as questões, em cada uma das três etapas do questionário, puderam ser avaliadas de forma qualitativa apesar do pequeno número de entrevistados.

#### **1.9.1.d Levantamento iconográfico**

Todo o levantamento iconográfico foi usado como base para avaliação de todos os eventos observados, como um registro ou um congelamento dos mesmos, em um dado momento. As

imagens permitiram, no período dedicado à avaliação e conclusão dos dados coletados, a revisão imagética dos fatos registrados, além de eventuais comparações.

Todos esses instrumentos, acima descritos, devidamente coletados e avaliados, correlacionados uns aos outros, formam a base para as avaliações dos eventos observados, como vimos nesse capítulo.

O capítulo seguiu denotando o método de pesquisa escolhido e o seu uso, o recorte espacial usado como cenário para a pesquisa proposta e a estratégia selecionada para o desenvolvimento da pesquisa: o estudo de caso. O caso escolhido então, a favela Vila Parque da Cidade, descrito no capítulo 3 dessa dissertação, passou a ser investigado para que pudéssemos chegar às devidas conclusões, através de uma série de etapas atravessadas.

Como vimos nesse capítulo, foram selecionados e aplicados os diversos instrumentos de pesquisa usados para a coleta de dados, relacionado às questões que fundamentam essa pesquisa e os objetivos a serem alcançados. Os instrumentos foram aqui descritos, através de suas principais características, formas de aplicação e suas primeiras constatações.

Tais passos metodológicos aqui descritos tiveram o intuito de fazer compreender o modo pelo qual os resultados obtidos serão utilizados, juntamente à fundamentação teórica apresentada no próximo capítulo, para as devidas análises e constatações importantes, apresentadas mais à frente, para a formulação de nossas conseqüentes conclusões.

# Capítulo 2

---

## *a Favela em Teoria: entre a Vida e o Espaço*

*“Um bairro extremamente confuso, uma rede de ruas, que anos a fio eu visitava, tornou-se para mim, de um só lance, abarcável numa visão de conjunto, quando um dia uma pessoa amada se mudou para lá. Era como se em sua janela um projetor estivesse instalado e decompusesse a região em feixes de luz.”*

*(BENJAMIN, 1995:3)*

A Favela por si só é um somatório de vidas, histórias, origens, culturas. Um trabalho árduo de geração de uma micro cultura, com suas leis próprias, não escritas, mas cotidianamente vividas, dentro da sua lógica e equilíbrio social. Sua espacialidade é particular, espontaneamente gerada e curiosamente cultivada. Mais que caminhos, as favelas são formadas por estreitos desvendar de mistérios, em uma movimentação diária aflita por transformações. A favela traduz, em seus percursos, o resultado das experiências vividas por cada um de seus habitantes.

Traduz em residências, de construções não planejadas, a princípio precárias, o sonho da habitação. Traduz no comércio, criado para atender a necessidade do “ganha-pão”, para vencer a distância entre o “morar” e o “trabalhar”, para atender à importância da educação para seus descendentes.

O crescimento da favela dá-se simultaneamente como o crescimento da própria residência em si. Enquanto o primeiro ganha, aos poucos, novas construções, o segundo ganha, aos poucos, novos materiais e compartimentos. Ambos recebem novas famílias a agregarem-se, unirem-se na batalha diária, vindas de fora, ou oriundas da própria comunidade.

Assim, delineamos a Favela Vila Parque da Cidade, a partir de um arcabouço teórico que segue nesse capítulo, fazendo-nos compreender o sistema social chamado favela, em seu processo de crescimento e desenvolvimento. Para tal, o capítulo divide-se em duas partes: “Experiência” e “Espacialidade”.

A primeira parte tem como objetivo traçar a definição para o conceito “Experiência” atravessando questões importantes como os atos de experienciar e vivenciar.

O que chamamos por vivência, de um modo geral, o conjunto de emoções, está relacionado diretamente à experiência e assim, responsável e objetivamente ligado à idéia de “Cultura”. As diversas culturas, aqui conceituadas de forma generalizada e bastante ampla, agem, coletivamente e ‘instintivamente’, com suas características próprias, para a formação de uma micro cultura específica. Nesse caso, a micro cultura à qual estaremos nos referindo ao longo da pesquisa será a cultura da “Favela”, um conceito fundamental para trazer à luz o modo como analisamos essa forma de organização social, e, por fim, a sua dinâmica experiencial.

O espaço tratado por nós na segunda parte do segundo capítulo, se encontra sob o título “Espacialidade”, onde iniciamos pelo que chamamos de “Espaço Físico” e “Espaço Social”. A experiência da qual falamos na primeira parte é relacionada aqui ao espaço físico da favela, também anteriormente conceituada, gerando o espaço social, um espaço vivido e experienciado, conseqüentemente responsável pelo que conceituamos enquanto “Lugar”.

Esse último será por nós aqui descrito conforme as palavras de Tuan (1980b) enquanto um espaço que adquire significado, identidade. Através das definições de “Espaço” e “Lugar”, será possível compreender a relação entre espaço e cultura, a vivência da cultura da favela.

As transformações de espaço em lugar ocorrem por conseqüência de um processo contínuo de apropriação dos espaços e territorialização. Os mecanismos de apropriação do espaço na Favela Vila Parque da Cidade serão elucidados a partir da descrição do conceito “Apropriação”, com o auxílio de Moles e Rohmer (1978), que tratam do assunto enquanto um processo de enraizamento, ou melhor “ancrage” (“ancoragem” em português) e Fischer (1994) que fala sobre o conceito como um processo psicológico.

O processo de territorialização é então, nessa dissertação, estudado segundo as idéias de Rapoport (1972) para “instinto territorial” e complementado pela descrição de “formação de território” por DaMatta (1997) enquanto duas categorias sociológicas: a rua e a casa.

Outros diversos autores ainda serão fundamentais para a compreensão, nesse primeiro capítulo, da relação entre espaço e cultura, vivência e experiencição da favela, através das práticas de apropriação, territorialização dos espaços e formação do lugar.

# experiência

## 2.1 Experiência

*“a arquitetura não pode ser outra coisa senão o interesse pela vida cotidiana, tal como vivida por todas as pessoas. (...) Tudo o que um arquiteto faz ou deliberadamente deixa de fazer (...) sempre influencia, intencionalmente ou não, as formas mais elementares das relações sociais. (Hertzberger, 1996:174-214)”*

Hertzberger (1996) reforça o elo entre a *arquitetura* e a *vida cotidiana*, como ele próprio diz, *tal como vivida por todas as pessoas*, que se pratica habitualmente, todos os dias, através de percepções individuais e coletivas, vivências. A vida cotidiana integrante e indissociável da arquitetura, suporte espacial ou cenário que influi e é influenciado pelos acontecimentos do dia a dia.

A esse conjunto de conhecimentos adquiridos pelas pessoas, através de suas percepções e vivências, ao longo de suas vidas, chamamos **experiência**, palavra originária do latim “experientia”, cujo significado relaciona-se a uma habilidade, a uma prática do indivíduo (Cunha, 1982 apud de Paula, 2000:84). Para Scruton (1979:203):

*“(...) experimentar a arquitetura é sentir o significado do espaço construído.”*

Segundo Machado (1996), não se encontra com facilidade uma descrição adequada para ‘experiência’, porque separa pessoa e mundo que, para ele, são relacionados em um só processo,

*“implica fenômeno perceptivo e não pode ser estudado como um evento isolado, nem pode ser isolável da vida cotidiana das pessoas. É, portanto, o homem quem percebe e vivencia as paisagens, atribuindo a elas significados e valores. (1996:98)”*



1. Acesso à Comunidade pela Estrada Santa Marinha.  
Foco: Eliene Tozetto.  
Ilustração: Márcio de Castro.

Segundo o dicionário da Real Academia Galega, além de integração da personalidade dos sujeitos às suas percepções e vivências, experiência também é visto como sabedoria prática adquirida diretamente através dos sentidos ou mesmo contato com situações reais que facilitam e potencializam as aprendizagens do sujeito<sup>5</sup>.

O conceito pode ser complementado pela definição dada pelo Dicionário de Filosofia Ferrater Mora, onde experiência é descrita como apreensão por um sujeito de uma realidade, uma forma de ser, um modo de fazer, uma maneira de viver, é um modo de conhecer algo antes de pré conceituá-lo. O Dicionário de Filosofia diz ainda que a experiência é uma apreensão sensível da realidade externa, é o saber adquirido com a prática (como no caso da profissão e outras experiências de vida), é, acima de tudo, a confirmação dos juízos sobre a realidade por meio de uma verificação. É esse saber adquirido com a prática que pretendemos desvendar na favela Vila Parque da Cidade e, mais ainda, compreendendo esse conceito, desvendar a própria prática cotidiana vivida nesse local.

Para tal, faz-se necessária a imersão em uma busca pela definição precisa e objetiva do conceito “experiência”, que pode ser feita em uma diversidade de situações, o que nos fez encontrar experiência definida como um fato interno, sentimental, quando na experimentação de uma dor ou alegria; como experiência científica, quando é um conjunto de conhecimentos adquiridos por observação científica; como experiência do passado, quando a experiência pessoal parte da

---

<sup>5</sup> Tradução livre da autora.



2. Crianças brincando  
Foco: Eliene Tozetto  
Ilustração: Giselle Carvalho

memória; como experiência do já visto, chamada de *déjà vu*; e ainda como experiência psicodélica, quando gerada pelo consumo de drogas alucinógenas.

Entre todas as nuances do conceito encontradas, apesar da multiplicidade de sentidos para o mesmo termo, encontramos similaridades quando tratam-no como apreensão de fatos em vivências próprias. Dessa forma, atualmente, encontramos o termo 'experiência' diretamente relacionada ao conceito de 'vivência', ou seja, o conjunto de sentimentos, afetos, emoções, etc., que um indivíduo humano experimenta e que vai acumulando em sua memória. (Mora 1998:205)".

Além do mais, vivência e experiência estão diretamente relacionados a comportamento, todos constituindo eventos a serem observados sobre o indivíduo, não de forma individual, mas sempre inserido em uma situação coletiva, em um cenário social (Günther: 2003).

Retomando o dicionário em busca do verbete 'vivência', encontramos seu significado como todo o fato de consciência, na medida em que seu sujeito se apreende a si mesmo (de modo reflexo ou não reflexo) como encontrando-se numa determinada situação psíquica<sup>6</sup>. Ou, mais claramente, experiência subjetiva de um indivíduo; expressão de uma emoção ou sentimento; fenômeno psíquico

<sup>6</sup> Busca em [www.ceismael.com.br/oratoria0.28.htm](http://www.ceismael.com.br/oratoria0.28.htm) em 18 de outubro de 2005.

que faz com que o sujeito interiorize uma situação ou um feito, com algo que faz parte, sentindo-se como um elemento constitutivo da situação<sup>7</sup>.

A vivência é, finalmente, nossa participação no fenômeno da vida, nosso trabalho diário em contribuição para o crescimento da humanidade, é a interação entre o ser e o mundo através do exercício de suas habilidades e obrigações. Conforme Tuan (1993), “*A vida é vivida e não é um desfile do qual nos mantemos à parte e simplesmente observamos*” (1993:161), e, segundo ele próprio, pela experiência com o meio ambiente, emoções e pensamentos, o ser conhece e constrói a própria realidade. Assim, percebemos que, quando falamos em experiência, referimo-nos à vivência e vice-versa. O ser interage com um ambiente e experiencia o mesmo, fazendo seus julgamentos e vivendo sua cultura.

A arquitetura, como *invólucro do eu* (de Paula: 2000), que conforta e protege, que reflete não apenas as necessidades do ser, mas também seus sonhos e sua cultura, tem papel fundamental no processo de experientiação do ambiente. Pelas palavras de Tuan:

*“A arquitetura é uma continuação do esforço humano para aumentar o conhecimento através da criação de um mundo tangível que articula as experiências, tanto as sentidas profundamente como aquelas que podem ser verbalizadas, tanto as individuais como as coletivas” (Tuan, 1983:112)*

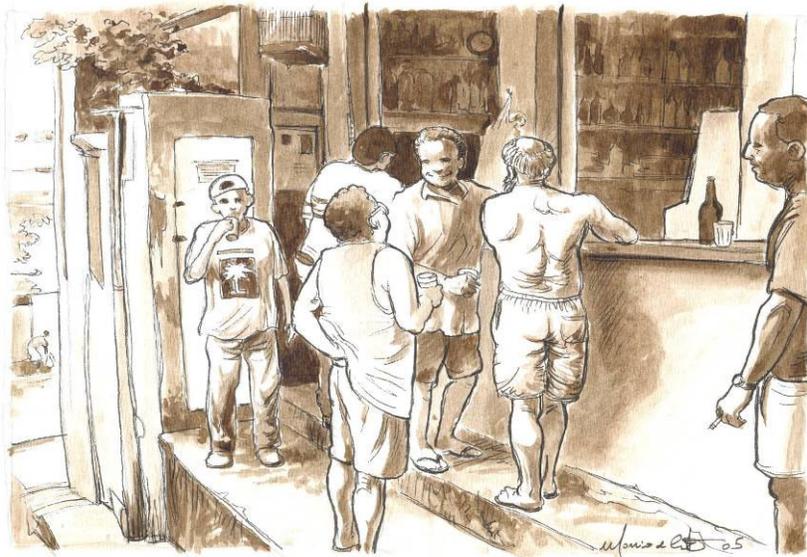
Segundo Machado (1996), a pessoa vivencia a paisagem e apreende seu conteúdo subjetiva e afetivamente, através de sua experiência pessoal, compondo, com todos os tipos de experiência vividos, o que ele chama de quadro individual da realidade, considerando o homem como um ser único, compreendendo o mundo de forma única.

### **2.1.1 Experienciar a Vida. Viver uma Cultura.**

*“Cultura é comportamento cultivado, ou seja, a totalidade da experiência adquirida e acumulada pelo homem e transmitida socialmente, ou ainda, o comportamento adquirido por aprendizado social” (KEESING apud MARCONI & PRESOTTO, 1987, p. 43)*

---

<sup>7</sup> Segundo o Dicionário da Real Academia Galega em [www.edu.xunta.es/diccionarios/pl/listadefiniciona.jsp](http://www.edu.xunta.es/diccionarios/pl/listadefiniciona.jsp), consulta em 19 de outubro de 2005.



3.Bar "Qtombo", Avenida Tenente Francisco Mega.  
Foco: Eliene Tozetto.  
Ilustração: Márcio de Castro.

Keesing, citado por Marconi e Presotto (1987), relaciona cultura e experiência, a primeira como acúmulo da segunda, que deve ser (e é) transmitida naturalmente, através de gerações de grupos sociais e apenas assim deve ser compreendida: como comportamento com caráter de sistema adquirido, apreendido e não instintivo ou mesmo genético.

Dessa forma, segundo Marconi & Presotto (1987), é desprovido de cultura apenas o recém-nascido, por não ter sofrido ainda o processo de 'endoculturação', e o Homo ferus, por ter sido privado do convívio humano. Os demais indivíduos humanos, que não esses, experienciam os espaços e vivem uma cultura.

A origem do verbete cultura vem do termo em latim colere, 'cultivar'. O termo tem seu uso como 'cultivo de gêneros agrícolas', mas pode também estar relacionado atualmente às 'relações humanas, sociais, ao conjunto de normas e regras de uma sociedade, cultivadas pelo homem' (de Paula, 2000).

Na busca por algumas definições para 'cultura', as de Geertz e de Laplantine nos pareceu bastante adequadas:

*"(...) estrutura de significados historicamente transmitidos e apoiados em símbolos, um sistema de representações apreendidas e expressas em formas simbólicas com a ajuda das quais os homens comunicam, transmitem e desenvolvem o seu saber nas suas atitudes perante a vida"* (Geertz, 1973, p.89).

*“O social é a totalidade das relações (relações de produção, de exploração, de dominação...) que os grupos mantêm entre si dentro de um mesmo conjunto (etnia, região, nação...) e para com outros conjuntos, também hierarquizados. A cultura por sua vez não é nada mais que o próprio social, mas considerado dessa vez sob o ângulo dos caracteres distintivos que apresentam os comportamentos individuais dos membros desse grupo, bem como suas produções originais (artesanais, artísticas, religiosas...)” (Laplantine, 2000:120)*

Ainda segundo Laplantine (2000), a cultura é um conjunto de comportamentos, ‘saberes e saber-fazer’ que caracterizam um grupo humano ou mesmo uma sociedade. Essas atividades seriam adquiridas e transmitidas ao próximo através de um processo de aprendizagem.

Cultura, portanto, é o modo de vida de uma sociedade, é um conjunto de costumes, hábitos e regras que vão desde a língua e termos locais, crenças e moral ao modo de agir. Está diretamente ligado a experiências individuais e coletivas. Logicamente, todo o espaço experienciado é provido de cultura. Culturalmente, as pessoas têm modos próprios para expressar sentimentos ou reagir a acontecimentos naturais, além de formarem suas próprias visões de mundo (Rapoport, 1972). Esses padrões culturais refletem-se em códigos, dando significado à vida do homem.

Portanto cada cultura, em cada sociedade, faz suas escolhas, determina seus valores e influi na vida dos novos descendentes dessa mesma sociedade, como um círculo vicioso e interminável.

*“Cada cultura tem, na verdade, a sua própria concepção, a sua própria organização, a sua própria linguagem do espaço cujas particularidades devem ser consideradas na sua relação com o seu sistema de valores”.* (Fischer, 1994:56)

Nascemos e pertencemos à cultura à qual fomos apresentados. A cultura não se relaciona à genética, mas sim a heranças de modos de vida e comportamentos de nossos antepassados. Tomamos decisões do momento em que nos levantamos nas primeiras horas do dia até o último momento do mesmo, e todas elas resultam de uma forma de pensar e agir apreendida ao longo da vida. São decisões simples como o que comer, o que vestir, como cumprimentar alguém ou mesmo com quem conversar, mas todas elas carregadas de significados culturais. A cultura imprime valores, atua sobre a formação da personalidade, provoca a tomada de determinadas decisões dos homens e suas formas de conduta. Os grupos culturais *‘são formados por indivíduos que se reconhecem como membros de uma identidade única, que dividem uma mesma visão de mundo,*



4 e 5 Festa Junina – Estrada Santa Marinha.  
Foco: Eliene Tozetto. Ilustração: Giselle Carvalho.

*compreendem e se articulam através de lógicas próprias de comportamentos, expectativas e crenças'* (Duarte, 1993). Em acordo às palavras de Laplantine (2000:126), podemos afirmar que:

*“o peso da cultura não se manifesta apenas nas formas diversificadas de comportamentos e atividades facilmente localizáveis de uma sociedade para outra (como a alimentação, o habitat, a maneira de se vestir, os jogos...), mas também nas estruturas perceptivas, cognitivas e afetivas, constitutivas da própria personalidade”.*

### **2.1.2 Não Há Espaço Sem Cultura**

*“Para compreender o espaço de um ponto de vista psicossocial, deve ter-se em conta a realidade da cultura: não há espaço sem cultura”.* (Fischer, 1994:55)

Da mesma forma em que não há espaço sem cultura, não haveria o homem sem cultura e ainda não haveria cultura sem o homem, eles formam ‘um sistema entrelaçado, indissociável’ (Brasileiro, 2000). O desenvolvimento do homem e da cultura aconteceu simultaneamente ao longo da história (Marconi & Presotto, 1987 e Geertz, 1989). As ilustrações impressas nesse capítulo retratam a cultura dos habitantes da favela Vila Parque da Cidade, que será, com auxílio do suporte teórico aqui desenvolvido, analisada no capítulo 4 dessa dissertação.

*“Quando o homem se desenvolveu culturalmente, se domesticou e, neste processo, criou toda uma nova série de mundos, um diferente do outro. Cada um destes mundos tem sua própria coleção de dados sensoriais (...).”<sup>8</sup>* (Hall, 1990:6)

Concordamos com a afirmativa de Hall (1990), e percebemos rapidamente, quando somos inseridos em um grupo social do qual não fazemos parte, ao qual não pertencemos, a individualidade desses ‘dados sensoriais’, ou códigos.

Com o intuito de categorizar essa coleção de dados sensoriais, tomamos as classificações dadas por Marconi & Presotto (1987) para componentes básicos da cultura, que, apesar de representarem de certa forma uma herança, estão sempre em modificação, e refletem no comportamento dos grupos sociais, citadas por Brasileiro (2000):

.Conhecimentos: conhecimentos práticos, referentes à organização social.

.Crenças: fé, leis religiosas ou convicções.

.Valores: “grau de importância dado a situações, emoções, objetos, atos etc.” (Brasileiro, 2000:5), juízo de valor.

.Normas: preceitos ou modelos usados na determinada sociedade, princípios que servem como regras.

.Símbolos: marcas ou sinais de poder evocativo, sinais próprios de comunicação.

A cultura, em seus componentes básicos, forma-se tendo como principais responsáveis o tempo e o espaço. Esse último está diretamente associado ao seu uso, e não se deve dissociar sua dimensão social de sua dimensão cultural. A influência gerada pelo espaço sobre o comportamento, segundo Fischer (1994) não se limita a caracteres físicos, mas também a questões existenciais.

*“O espaço social é o conjunto dos comportamentos e das relações que se desenvolvem num dado território e que caracterizam as diversas modalidades de ações no interior de uma organização definida do espaço”.* (Fischer, 1994:64)

---

<sup>8</sup> “As man developed culture he domesticated himself and in the process created a whole new series of worlds, each different from the other. Each world has its own set of sensory inputs (...).”



6. Crianças desenhando  
Foco: Eliene Tozetto  
Ilustração: Giselle  
Carvalho

Ainda segundo Fisher, todo espaço social é um espaço vivenciado e hierarquizado. Observando a favela, cenário e foco do interesse dessa pesquisa, através da imersão de seus atores sociais, podemos dizer que, como toda organização social, tem uma ordem única e é dotado de uma urbanidade, ou seja, um conjunto de formalidades que regem o procedimento dos indivíduos dentro da sociedade, com suas características e modos de vida próprios, experiências, vivências e, por fim, cultura.

O meio influencia o ser e este, transforma os espaços, cria lugares “*socialmente produzidos*”, constrói contextos a partir de experiências individuais e coletivas, gerando uma identidade comportamental e, portanto, cultural. Um exame do indivíduo não pode ser realizado, assim, à deriva de seu contexto urbano e vice-versa. A relação homem-ambiente pode ser trabalhada sob dois ângulos: o homem organiza e produz o seu meio a partir de fatores educacionais, de condicionamento, de normas sociais e econômicas, e, da mesma forma, o meio ambiente influencia o comportamento humano já que ele é dotado de valores. No campo da análise com base na psicologia ambiental, o espaço atua como um “modelo social de organização da atividade humana, operando ao mesmo tempo como instrumento funcional e como cultura”. (Fischer, 1994).

O presente trabalho faz-nos imergir em questões que permeiam a chamada cultura de massa e a cultura popular (Brasileiro, 2000). A primeira, uma cultura produzida e consumida pela sociedade surgida após a revolução industrial e ganha amplitude através dos meios de comunicação,

exercendo grande influência sobre a população e colabora para as modificações ocorridas nas diversas culturas. A segunda, chamada popular é produzida livremente, às vezes, coletivamente. Como o próprio nome, é a cultura pertencente, usada, feita e estimada pelo povo. Como exemplo, a festa junina, um dos eventos importantes vivenciados por nós em nosso processo de endoculturação<sup>9</sup> para a realização dessa pesquisa.

A cultura pela qual penetramos, procuramos compreender e assimilar, não é a mesma que foi há algum tempo passado. A cultura muda constantemente, e tal “regra” não é diferente em caso algum, e ainda tende a modificar-se mais ou menos velozmente quando acareada por outra (Duarte, 1993). Brasileiro (2000) confirma tal fato e comenta a colocação de Laraia (2000): “a cultura muda porque os homens, ao contrário das formigas, têm a capacidade de questionar os seus próprios hábitos e modificá-los”.

Tais transformações acontecem, especialmente, por que os indivíduos que reagem da mesma forma diante de um acontecimento, não perdem suas características individuais, elas não limitam-se a reagir segundo seus padrões culturais. Dessa forma, a cultura estudada deve ser localizada dentro de seu tempo.

*“A cultura permite traduzir melhor a diferença entre nós e os outros e, assim fazendo, resgatar a nossa humanidade no outro e a do outro em nós mesmos. Num mundo como o nosso, tão pequeno pela comunicação em escala planetária, isso me parece importante” (Da Matta: 1986, p.127).*

### **2.1.3 Experienciar A Favela**

Para que possamos, por fim, qualificar e avaliar a Vila Parque da Cidade, tomando como base o arcabouço teórico aqui apresentado, faz-se necessário evidenciar questões já desveladas por outros autores, referentes à favela de um modo geral.

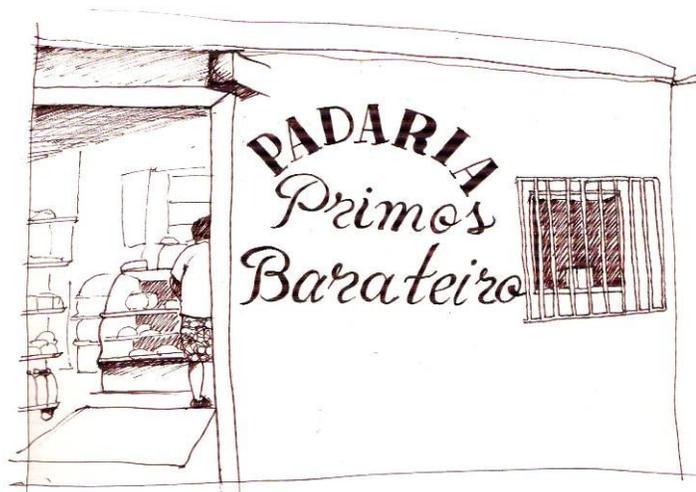
No processo de ocupação da favela as habitações são bastante precárias e as transformações são grandes ao longo dos anos que se seguem às suas primeiras instalações. O morador se consolida

---

<sup>9</sup> Entrar, vivenciar, fazer parte de uma cultura para poder falar sobre a mesma.



7. Um beco na favela.



8. Padaria na Av. Tenente Francisco Mega.

Foco: Eliene Tozetto. Ilustração: Giselle Carvalho.

no local e a habitação que parecia temporária não mais o é. O morador ganha permanência e sua família cresce dentro da própria comunidade. A questão identitária acaba por dificultar a migração desses moradores das favelas para outras áreas da 'cidade formal', mesmo que tal fato seja economicamente possível. Foi observado em uma vasta pesquisa realizada nas favelas do complexo da Maré, no Rio de Janeiro, a dinâmica do processo de desenvolvimento da habitação da favela. Constatou-se que tal processo segue *“segundo uma lógica precisa, se multiplica e atinge seu grau de estabilidade”* (Duarte, 1993), sempre tomando como ponto de partida a posse de uma propriedade, *“condição considerada essencial na busca da imagem paradigmática e estável da vida na aglomeração urbana”* (Duarte, 1993), não importando o quanto precária a mesma possa ser.

Lembrando que, atingir sua estabilidade não representa estagnar. Ao contrário, construir e reformar são duas constantes na vida do homem.

*“As culturas comportam-se como a madeira verde e jamais constituem totalidades acabadas (...) e os indivíduos, tão simples quanto os imaginamos, nunca o são o suficiente para não se situar em relação à ordem que lhes atribui um lugar: só exprimem sua totalidade de um certo ângulo”.* (Auge, 1993:26)

Vale destacar as fases de transformação habitacional observadas na pesquisa realizada por Duarte, desde a ocupação à consolidação dos moradores na favela. Na primeira fase, chamada 'abrigo', todos vivem em um único abrigo e não há infra-estrutura urbana. Tempos depois, inicia-se a fase 'célula', em que o morador consegue através de "gatos" (instalações informais) eletricidade e água

encanada. Na fase seguinte, “primeiras modificações”, a casa perde seu caráter provisório e o morador passa a se relacionar com a vizinhança. Finalmente, a “consolidação”, em que os moradores se reúnem entorno de comissões, buscando melhorias urbanas para seu bairro. Ainda nessa fase é comum um quarto se destinar a um dos filhos, de forma provisória, quando este se casa. Tal condição se modifica quando se constrói, em uma fase posterior chamada “reprodução da célula”, um banheiro para o casal e um acesso independente à sua casa. Forma-se, nesse momento, uma nova célula.

Tais transformações também puderam ser observadas ao longo do nosso período de convívio na Vila Parque da Cidade, como veremos mais adiante. Para compreender essa cultura fomos em busca de definições quanto à organização social chamada ‘favela’, em seu conceito.

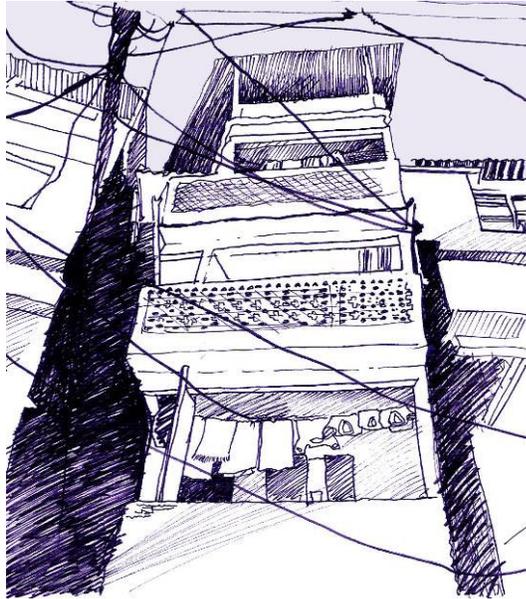
Favela é uma etimologia surgida através de soldados que vieram, após Canudos, ao Rio de Janeiro, pedir licença ao Ministério da Guerra para morar com suas famílias no morro da Providência. Tal morro passou a ser chamado de morro da Favela, talvez por alguma semelhança ao morro de onde os soldados vieram, que tinha o mesmo nome por haver nele uma grande quantidade da planta favela, euforbiácea, que ocorre no nordeste e sudeste do Brasil (Carvalho, 2004). O nome da planta se generalizou então para todo conjunto de habitações populares de baixa renda, onde se utilizam materiais improvisados e reaproveitados em construções precárias. Segundo o dicionário Houaiss (2001), favela significa:

*“... 4 p. ext. B pej. lugar de mau aspecto; situação que se considera desagradável ou desorganizada”*

Essa última definição extrapola as características físicas e construtivas do objeto, dando-lhe impressões e definições relativas ao ponto de vista de determinado observador, a partir de um pré conceito do que seria um ambiente agradável ou organizado, e portanto, não deve ser generalizada. É a percepção de um ser sobre o objeto e portanto, segundo Fischer (1994), um julgamento, uma forma de pensarmos o objeto em relação ao nosso ‘sistema de referência’, reafirmando o peso da cultura e valores que possuímos.

Portanto, preferimos nos abstrair de um juízo de valor, e adotar uma definição dada por Duarte (2000) quanto à favela:

*“(...) numa conceituação generalizada, pode-se dizer que as favelas são aglomerados de casas auto-construídas em invasões ilegais de terrenos públicos ou privados, geralmente não dotados de infra-estrutura urbana.” (Duarte, 1993:11)*



9. Construção da Favela  
Foco: Eliene Tozetto  
Ilustração: Giselle Carvalho

A definição é ainda mais completa através das palavras de Brasileiro (2001:13):

*“um conjunto de moradias auto-construídas geralmente em local de propriedade alheia, sem oficialização da propriedade e basicamente ocupado por populações de baixa renda, cujas construções fogem muitas vezes aos padrões recomendados em normas construtivas vigentes e apresentam, em grande número, baixas condições de habitabilidade. Normalmente, esses aglomerados não possuem infra-estrutura urbana formal, sendo mais comum a infra-estrutura informal.”*

Em ‘Os Sertões’, Euclides da Cunha descreve em texto repleto de metáforas o que lhe parece retratar um arraial, aqui, comparado à favela em suas características físicas e crescimento vertiginoso:

*“... O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as colinas (...)A edificação rudimentar permitia à multidão sem lares fazer até doze casas por dia (...) Aquilo se fazia a esmo, adoidadamente (...) tinha o aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido*

*sacudido por um terremoto (...) Não se distinguem as ruas. Substituiu-as dédalo desesperador de becos estreitíssimos, mal separando o baralhamento caótico dos casebres feitos ao acaso, testadas volvidas para todos os pontos, cumieiras orientando-se para todos os rumos, como se tudo aquilo fosse construído, febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos..."<sup>10</sup>.*

O crescimento da favela dá-se espontaneamente, sem nenhum plano diretor ou qualquer proposta de organização socio-espacial para as edificações surgidas. Apesar de parecer um crescimento desordenado não o é porque há, segundo Duarte<sup>11</sup>, uma ordem intrínseca; há uma lógica, uma ordem que, apesar de estar invisível para nós, faz todo o sentido para seus moradores. O que denuncia, ao fim, uma série de edificações, geralmente desrespeitando normas mínimas de ventilação ou iluminação (segundo os padrões definidos em nossa 'cidade formal'), permitindo uma invasão mútua entre residências, de várias formas, não apenas física. Pode acontecer, como exemplo, apenas pelo olhar, como já comentada por Rapoport, aqui descrita por Hall e citada por Fischer:

*"(...) o indivíduo franqueou uma espécie de barreira invisível para lá da qual se torna um intruso. Referindo-se ao contexto americano, Hall mostrou igualmente que alguém que fale com outra pessoa no patamar da sua porta é considerado como estando sempre fora da sua casa: desde que o momento em se pisa a soleira da porta, é-se considerado como estando no exterior; em contrapartida, noutra cultura, estar na soleira de uma porta aberta, com a possibilidade de ver o interior, será considerada uma intrusão porque o simples olhar é já tido como o franqueamento do limiar e portanto a invasão do território de outrem. Neste caso, o limiar crítico já não é estabelecido pelo fato de se estar no interior ou no exterior, mas a partir do olhar que se pode lançar para o interior." (Fischer, 1994:58)*

Além disso, para os setores oficiais, trata-se de um espaço marginal, não é parte da chamada 'cidade formal' e, portanto, não há rígida fiscalização. Dessa forma, na comunidade estudada veremos a existência de um pequeno comércio de drogas a céu aberto, o que, para os moradores locais, não representa a existência de tráfico de drogas, intenso e dominador, como em muitas outras favelas. Como um espaço marginal, a favela é um espaço fronteiro, determina o limiar de territórios, exprime 'comportamentos de transgressão' (Fischer, 1994):

*"(...)o espaço marginal, pelo fato de escapar à intensidade de um controlo social, pode ser o lugar de experiências sociais baseadas em códigos e redes, através do qual os indivíduos*

---

<sup>10</sup> Grifo nosso.

<sup>11</sup> Em notas de aula da disciplina Teoria e Projeto do Lugar, cursada em 2004, PROARQ.

*ou os grupos experimentam condutas e estabelecem contatos criando as suas próprias formas de socialização”. (Fischer, 1994:176)*

A favela é, por fim, a imagem da cultura feita pelo e para o povo, que deve ser traçada somente enquanto for experienciada, vivida, conforme as palavras da música ‘Favela’<sup>12</sup>: Favela/ Só quem vive nela/ Sabe como ela é/ As roupas na corda/ Representam a bandeira da favela, é,/ São os ternos dos burgueses/ Dependurados, secando ao sol do subúrbio/ Os que trabalham as leis/ Prá dona Maria/ (...)/ Quem lava e passa sua roupa todo dia/ Pra manter o luxo/ (...)/ Vai deixando o lixo pra dona maria limpar...

---

<sup>12</sup> Letra e música de autoria de: Toni Garrido, da Gama, Lazão e Bino.

# espacialidade

## 2.2 Espacialidade

*"a espacialidade do homem tomada em seu conjunto se compreende como habitar"*  
(Bollnow, 1969:246)<sup>13</sup>

A espacialidade, para Bollnow (1969), deve fundamentar toda discussão arquitetônica como uma das categorias primárias na qualificação cultural do homem. O espaço, para ele, define-se primeiramente e essencialmente pela habitação humana, não de forma homogênea, mas sim articulada e, apenas em segundo plano, de forma metafísica ou cósmica.

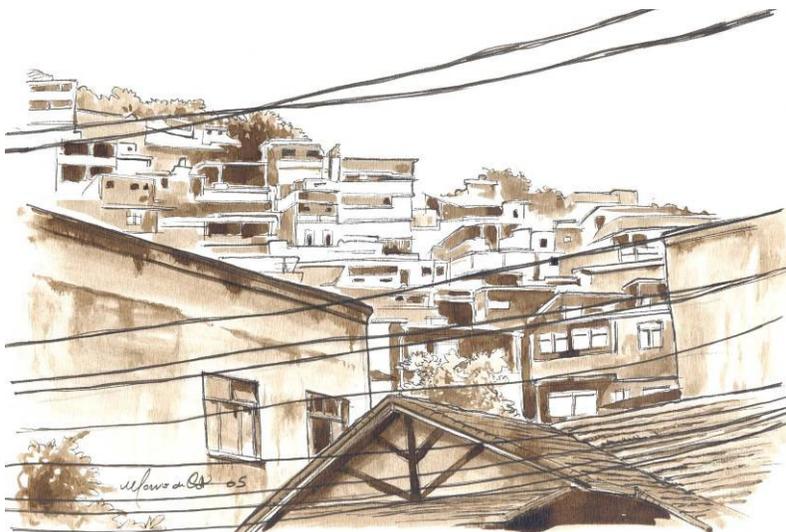
Esse será o modo pelo qual observaremos o espaço, no processo de *retroalimentação entre comportamento e experiência das pessoas e o espaço físico* (Günther) <sup>14</sup>, considerando não apenas o impacto das pessoas sobre o espaço, mas também o impacto do espaço sobre as pessoas, em suas dimensões sociais (comportamento e experiência) e dimensões físicas (o espaço físico propriamente dito).

Essas dimensões sociais ou psicológicas e dimensões físicas, para Günther (*op.cit.*), podem ser investigadas por meio de quatro conceitos: espaço pessoal, territorialidade, apinhamento e privacidade. Exceto privacidade, cada um dos conceitos, em seu artigo, pressupõe duas formas de

---

<sup>13</sup> Bollnow, Otto Friedrich. L'homme et l'espace. Fondements révolutionnaires pour une anthropologie de l'espace et du bati. 1969.

<sup>14</sup> Em Günther, Hartnut- Mobilidade e Affordance como Cerne nos Estudos Pessoa Ambiente- Estudos de Psicologia 2003, 8(2). Universidade de Brasília.



10. Vista da favela pela Estrada da Gávea.  
Foco Eliene Tozetto. Ilustrações: Márcio de Castro.



11. Alameda Jardim.

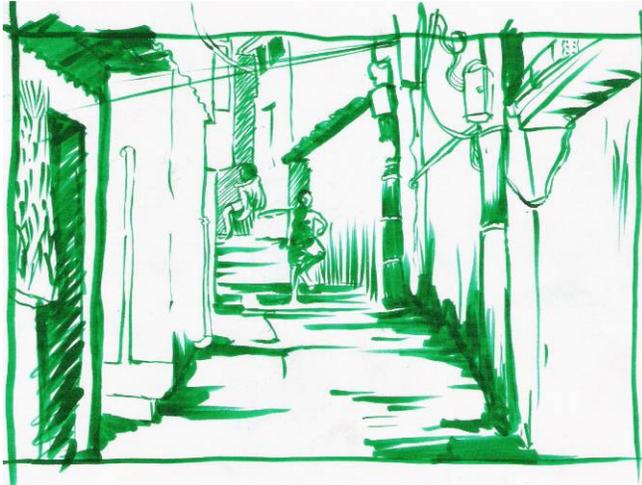
avaliação: uma subjetiva (avaliando o indivíduo não apenas como individualidade, mas como inserido em um grupo) e uma objetiva (cujas propriedades são avaliadas de acordo com o espaço físico).

Günther ainda cita Gibson (1979) por sua teoria da affordance, referindo-se ao que é oferecido ao organismo e que interage com o mesmo. Para Gibson, com seus estudos em psicologia experimental e percepção visual, as affordances são o meio (como o ar), as substâncias (como a água e a matéria sólida), as superfícies, os objetos e as outras pessoas e animais. São, portanto, o ambiente, tudo o que nos cerca e influem em nossas atitudes, modos de vida, crenças e valores. Para os indivíduos, as affordances mais importantes são as outras pessoas, influenciando na forma pela qual os indivíduos apreendem e relacionam-se entre si e com o meio e ainda na própria espacialidade.

Em nosso trabalho, vamos investigar os conceitos: espaço, espaço pessoal, lugar e territorialidade, como forma de abraçar as questões posteriormente surgidas em torno da espacialidade encontrada na Favela Vila Parque da Cidade.

### **2.2.1 Espaço Físico e Espaço Social**

*“A longitude do tempo depende da direção de nossa mente. O tamanho do espaço, da sensibilidade de nosso coração. Portanto, para um homem de mente livre, um só*



12. Avenida Tenente Francisco Mega.

Foco: Eliene Tozetto. Ilustração: Márcio de Castro.



13. Vista de uma residência.

*dia pode ser maior que mil anos; e para quem possui um coração aberto, uma pequena habitação pode ser tão ampla como o espaço que há entre o céu e a terra”. (Aforismo de Saikotan)*

Com o intuito de definir o verbete espaço, um conceito variante em um leque amplo, iniciamos uma pesquisa por definições precisas em diversas ciências.

Segundo a Astronomia, o espaço é o “universo todo além do invólucro atmosférico da Terra”, ou, segundo a Música, é um “intervalo entre uma linha e outra na pauta musical”, ou ainda, segundo o dicionário da Língua Portuguesa, espaço é um “*lapso de tempo*”, “*quantidade de tempo, duração*”.

Essas definições para Espaço são bastante amplas e pouco concretas, remetem à idéia de infinitude, imprecisão. Englobam o espaço físico e o espaço social. Nos parece um tanto adequado quando falamos em favela no sentido de um espaço em constante transformação, ganhando identidade e características de uma organização urbana, com limites, vias, marcos e pontos nodais<sup>15</sup>, criado e definido de forma espontânea, sem padrões de desenho urbano, como quadras e lotes muito bem demarcados. Um espaço provocador de uma ‘imagem pública’, tratado por Lynch (1997) como “*imagens mentais (...) que se pode esperar surjam da interação de uma única realidade física, de uma cultura comum e de uma natureza fisiológica básica*”.

Para Hall (1990:6), o espaço não pode ser visto como algo homogêneo a toda a humanidade: varia com a cultura e com o próprio ser humano.

<sup>15</sup> Classificações tratadas por Kevin Lynch em *The Image of The City*, 1918.

*“Quando o homem se desenvolveu culturalmente, se domesticou e, neste processo, criou toda uma nova série de mundos, um diferente do outro. Cada um destes mundos tem sua própria coleção de dados sensoriais (...).<sup>16</sup>”*

Pessoas de diferentes culturas usam seus sentidos de modos diversos e possuem percepções espaciais diversas. Como diz Fuão (2004):

*“O espaço “para mim” ao contrário do espaço em si, só existe porque estou aqui. (...) Ele em si é tão plástico e imaterial como o próprio tempo, variando com os indivíduos, com os povos, com as épocas, e, principalmente, com os pontos de vista”. (FUÃO, 2004:3)*

A percepção e a sensação podem ser, assim, afetadas e aperfeiçoadas pelo espaço.

A percepção espacial é um processo complexo, é a experiência do homem em relação ao seu entorno, com muitas variáveis envolvidas, pois tal relação se dá variando conforme situações do dia a dia.

Portanto, quando falamos de percepção humana em arquitetura, estamos tratando a forma pela qual o ser humano nota e entende o espaço, se insere no mesmo, define seus percursos e toma o seu lugar. O percurso é dado pelo deslocamento, podendo este ser aleatório ou induzido. Mesmo que de modo aleatório, tendemos a nos deslocar à frente, vislumbrando e desvendando o futuro.

Espaciosidade, derivação de ‘espaço’, define-se por uma qualidade aplicada ao mesmo, conforme sua leitura ou percepção, segundo Tuan (1980b), associa-se à sensação de liberdade. É uma qualidade do espaço físico, mas pode estar associada ao espaço social na medida em que o indivíduo tem sua privacidade ou individualidade preservada ou invadida. Fisicamente, conforme veremos adiante, na favela estudada não encontramos quase espaço entre as moradias, coladas umas nas outras lateralmente, assim, os cheiros se misturam e os sons também. Para nós visitantes, o espaço que existe é labiríntico. Se não bem conhecemos a comunidade, nos perdemos

---

<sup>16</sup> “As man developed culture he domesticated himself and in the process created a whole new series of worlds, each different from the other. Each world has its own set of sensory inputs (...).”

em meio aos becos já que não há quadras definidas. Os caminhos vão sendo definidos pelas próprias habitações, ao longo do crescimento da favela.

O labirinto, espaço físico, aqui usado como sensação, interpretação e qualidade de um espaço vivido, é comentado por Fuão, quando questiona sobre o sentido do espaço<sup>17</sup>, e interroga “em que sentido?”, em que viaja através de uma trilha que começa pela mitologia, em seus imensos e complexos labirintos, onde o ser busca uma saída que o leva à loucura ou à diversão. Tal labirinto formado pelo espaço da favela, que habitualmente nos confunde e nos leva à loucura quando não estamos familiarizados e provoca a diversão e solução aos que infiltram-se pelos becos em fuga, como a fuga do tráfico de drogas. O labirinto da favela torna-a impenetrável à ordem pública.

*“o labirinto serve-se de uma representação racional-a geometria clássica- para explicar uma outra geometria espacial existente, nem sempre visível de se representar, conformada por dobras sobre dobras. A função da dobra, como a do labirinto é ocultar, cegar”. (Fuão, 2004)*

Segundo Tuan:

*“(...) o sentimento de espaciosidade depende do contraste” e “(...) a cultura e a experiência têm uma grande influência na interpretação do meio ambiente.” (TUAN, 1980b:63)*

Apinhamento trata-se de *um estado psicológico que inclui estresse e a motivação de sair de uma situação percebida subjetivamente como densa* (Bell et al apud Günther, 2003). Para qualificar o espaço, então, falaremos em *alta densidade*, a ser compreendida como o alto número de habitantes por unidade de espaço.

Especialmente por tratar-se de uma questão objetiva, alta densidade nem sempre está diretamente relacionada a apinhamento, uma denominação subjetiva. Exemplo claro para essa subjetividade são os moradores imigrantes de cidades pouco povoadas para regiões bastante povoadas em nossa cidade ou mesma em outra grande cidade do país, em busca de oportunidades. Para eles, um lugar denso pode representar a possibilidade de conquista de um espaço próprio, trabalho, crescimento. Sua antiga cidade, repleta de espaço físico devido à baixa densidade, não traz novas alternativas para a vida dos moradores, já que estes permanecem ‘presos’ à falta de emprego, falta de comida,

---

<sup>17</sup> Em *O sentido do Espaço. Em que sentido, em que sentido?* Matéria exibida em Vitruvius, disponível na Internet e consultada em 07/2004.

impossibilidade de cultivo ou outro tipo de produção. A vasta terra não representa crescimento, traz limitação. Segundo Tuan, o homem sabe melhor como deve se “comportar” em um ambiente construído por ele próprio do que quando na própria natureza. A arquitetura pode ensinar e torna-se um meio ambiente depois de alcançada. O espaço arquitetônico faz crescer a “*capacidade humana de sentir, ver e pensar*” (TUAN, 1980b:123) e talvez isso represente mais a espaciosidade do que um espaço propriamente amplo e pouco denso. Ainda segundo Tuan:

*“O espaço é o símbolo comum de liberdade no mundo ocidental. O espaço permanece aberto; sugere futuro e convida à ação.”* (TUAN, 1980b: 61)

Portanto, podemos entender apinhamento então como uma sensação pessoal de limitação espacial, da forma mais ampla possível, a comunidade em que a população vive cheia de planos, esperanças e expectativas não pode jamais parecer-lhe apinhada. Ao contrário, contém a ‘espaciosidade’ que os moradores mais antigos vieram buscar nessa área e a mesma que moradores mais jovens sentem quando a ‘dominam’. Quando Tuan (1980b) afirma que apinhamento é “*saber-se observado*”, entendemos que apinhamento consiste em uma situação de ‘ameaça’ à sensação de domínio ou controle que qualquer pessoa possa ter em relação a um espaço. Sensação de incapacidade ou impossibilidade de realizar seus sonhos e aspirações. Dessa forma, enquanto a comunidade representar a possibilidade um crescimento pessoal a cada um de seus moradores, dentro de um processo evolutivo de transformação de espaços em lugares (conforme veremos a frente) não poderá ser visto como um lugar apinhado, mesmo que para nós seja a definição mais adequada para tal realidade.

*“O mundo nos parece espaçoso e amistoso quando concilia nossos desejos, e limitado quando eles são frustrados.”*(TUAN, 1980b:74)

Sendo o espaço denso ou não, em acordo com Norberg Schulz (1971; 1998), podemos dizer que o espaço é uma dimensão existencial. Para Schulz, os dois conceitos mais usados na literatura contemporânea (espaço como geometria de três dimensões e espaço como campo perceptual) são apenas abstrações da experiência do dia a dia: o espaço concreto.

O Espaço do qual falaremos é um espaço gerado espontaneamente por moradores que vivem em condições de precariedade.

Retomamos então os ensinamentos de Schulz e suas teorias que usaremos aqui como base para nossa análise. Segundo Schulz, os objetos, orientados pelo homem de forma cognitiva e afetiva, estão distribuídos no mundo através de relações como “dentro x fora” e “separado x junto” e provocam um equilíbrio dinâmico entre ele e seu entorno. Assim, o espaço não é uma categoria particular de orientação, mas sim um aspecto para qualquer orientação. Tais termos, definidos pelas civilizações, comunicam relações espaciais e não são abstratos, têm uma relação direta com o homem e sua *posição* no mundo. Dessa forma, o espaço arquitetônico pode se definir como concretização do espaço existencial.

Schulz ainda utiliza as idéias de Piaget para explicar o processo da percepção espacial, que varia de acordo com as situações as quais o homem faz parte, como uma combinação entre *assimilação* e *acomodação*, sendo *assimilação*, a ação do organismo em torno dos objetos e *acomodação*, o estado oposto. O equilíbrio entre as partes é denominado *adaptação*.

Esta importância do entendimento do espaço pela experimentação humana também é descrita pelo geógrafo Tuan:

*“A arquitetura é uma continuação do esforço humano para aumentar o conhecimento através da criação de um mundo tangível que articula as experiências, tanto as sentidas profundamente como aquelas que podem ser verbalizadas, tanto as individuais como as coletivas”.* (TUAN, 1980b:112)

O sentido do espaço e sua vivência se atrelam ao tempo. Também se atrelam, em escala menor, ao sentido de distância.

### **2.2.2 Espaço Vivido, Espaço Experienciado, Lugar**

*“Um bairro extremamente confuso, uma rede de ruas, que anos a fio eu visitava, tornou-se para mim, de um só lance, abarcável numa visão de conjunto, quando um dia uma pessoa*

*amada se mudou para lá. Era como se em sua janela um projetor estivesse instalado e decompusesse a região em feixes de luz.” (Benjamin, 1995:35).*

O espaço da favela se transforma em lugar ao passo que ganha identidade. Assim será usado o conceito “lugar” nas análises realizadas posteriormente quanto aos mecanismos que provocam a transformação de espaços em lugares na comunidade de baixa renda. Para os que moram lá, trata-se de um espaço repleto de significados. O espaço significa a realização de conquistas ao longo de um tempo. Portanto, trata-se de um ‘espaço vivido’, ou melhor, um lugar.

*“Porque para mim as clareiras não dizem nada, a não ser desolação, eu pensava, que aqueles que a tinham produzido, com seus braços fortes e machados obedientes, não podiam contar outra estória. Mas, quando eles olhavam os horríveis tocos, pensavam em uma vitória pessoal. As lascas, as árvores com incisões circulares na casca e os miseráveis troncos cortados, falavam em suor honesto, de trabalho persistente e recompensa final. A cabana era uma garantia de segurança para ele, a mulher e as crianças. Em resumo, a clareira, que para mim era simplesmente um feio quadro na retina, para eles era um símbolo flagrante de lembranças morais e contava um verdadeiro hino ao dever, a luta e ao sucesso”. (Willian. In: TUAN, 1980a:74).*

Tuan (1980a) cita a passagem descrita por Willian para comentar a grande lacuna que existe entre a percepção do nativo e do visitante. O que foi julgado pelo visitante apenas de modo estético, de forma negativa, sem valor algum, representa o resultado de muito trabalho e esforço do nativo. Para esse último, representa essencialmente seu lugar.



14. Entrada pelo Parque da Cidade.

Foco: Eliene Tozetto.  
Ilustração: Giselle Carvalho.

*“A avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. É a visão de um estranho.”* (Tuan, 1980 a)

Do mesmo modo nós, estranhos, elegemos a Favela Vila Parque da Cidade para nossa pesquisa e entramos sem cerimônia dispostos a observá-la, mas, principalmente, sob um olhar o mais próximo possível de um nativo, despindo-nos de julgamentos ou pré conceitos comuns ao visitante. Fixamos nos em alguns pontos estratégicos e, com o tempo, passamos a categorizá-los também como nossos lugares.

Sem dúvida, damos vida aos espaços e os transformamos em lugar. Segundo Tuan (1980b: 151), *“o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”*.

Nada pode ser mais carregado de significado que nosso lar. Quando buscamos as definições de lugar nos dicionários, encontramos sua correspondência à ‘casa’ ou ‘residência’. O lugar está, então, relacionado à vivência. Se a amada de Walter Benjamin, conforme passagem no início do texto, se mudar, o bairro perderá todo o sentido novamente, voltando a ser extremamente confuso e irritável.

*Segundo Norberg-Schulz (1976), o lugar é derivado, de certa forma, do Caráter. Ele denota a*



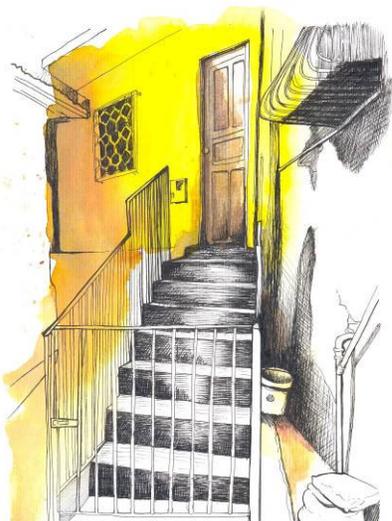
15. Alameda da Magnólia.

Foco: Eliene Tozetto.  
Ilustração: Giselle Carvalho.

*atmosfera, é o como as coisas são, o particular de cada ambiente, é mais do que apenas uma localização, tem uma identidade particular, um “espírito”, um genius loci.*

Uma das definições que encontramos para o conceito “lugar”, e que resume tudo o que tratamos sobre o tema, é a representação oriental em ideograma para o termo: o ‘ma’.

O ‘Ma’ é um ideograma constituído por duas partes: as partes exteriores juntas representam as folhas de uma porta ou portão, parte usada normalmente em qualquer ideograma relacionado com entradas ou portões, representam também os enormes portões dos templos budistas. A parte interior do ideograma representa a lua. As duas partes juntas designam a *“delicada visão da luz da lua que se filtra através do interstício de uma porta”* (Nitschke, Günter: 1969)



16. Av. Tenente Francisco Mega, 14.



17. Av. Tenente Francisco Mega, 21.

Foco: Eliene Tozetto. Ilustração: Giselle Carvalho.

Ele é descrito no texto de Nitschke (1969), e define-se pelo aforismo de Saikotan:

*“A longitude do tempo depende da direção de nossa mente. O tamanho do espaço, da sensibilidade de nosso coração. Portanto, para um homem de mente livre, um só dia pode ser maior que mil anos; e para que possui um coração aberto, uma habitação pequena poderá ser tão ampla quanto o espaço que existe entre o céu e a terra”.*



18. Má.

Fonte: "Má: El Sentido Japonés del Lugar", 1969.

Ilustração: Giselle Carvalho.

### 2.2.3 Territorializando o Espaço

*"(...) O território não existe em si mesmo: só tem realidade através daquele que nele está e que o torna objeto de conhecimento. (...) Se pode definir território como um campo topológico, ou seja, o corte de um espaço físico em zonas subjetivas, delimitadas pela qualidade das relações estabelecidas com ele."* (Fischer, 1994:23)

Território é definido, segundo o dicionário, como sendo a "área dependente de um país, província, cidade" ou como uma "área de uma jurisdição". Tais definições são precisas, porém geográficas. Nessa pesquisa, falaremos do território em seu conceito antropológico. Não aquele que define um país ou estado, mas sim o espaço ocupado pelos usuários, identificado como os mesmos se apropriam dele e onde sentem-se pertencentes.

Gifford (1997) traz uma definição que foge da precisão geográfica. Para ele, território é um *"conjunto de comportamentos e atitudes por parte de um indivíduo ou grupo, baseados em controle percebido, tentado ou real sobre um espaço físico definível, objeto ou idéia, que pode implicar em ocupação habitual, defesa, personalização e demarcação"* (Gifford apud Günther, 2003).

A delimitação do território inicia-se no que entendemos por 'Espaço Pessoal'. O termo usado por Hall (1990) é o primeiro limite definido pelos indivíduos entre si próprio e seus semelhantes.

Esse espaço pode ser definido como uma bolha, *“no interior da qual cada um de nós se encontra e a partir da qual se estende a sua relação no espaço circundante, pela utilização de uma grande variedade de atitudes corporais segundo os lugares ou as conversas”* (Hall, 1990:114).

Para Robert Sommer (1973) o espaço pessoal define-se como uma área com limites invisíveis, apenas uma barreira contra a maior aproximação de intrusos, mas não deve ser delimitado por uma esfera, com igual extensão para todas as direções, pois, como exemplo, as pessoas toleram mais facilmente uma maior proximidade de um estranho ao seu lado do que na sua frente.

Espaço Pessoal assemelha-se ao conceito de privacidade tratado por Altman (1975), como “controle seletivo do acesso a si mesmo ou a seu grupo” (Altman apud Günther, 2003).

Extrapolando os limites do espaço pessoal, buscando por conceitos ainda mais amplos para o território, o concebemos do modo como é visto por Fischer (1994), como um espaço físico delimitado que, por menor que seja, define uma atividade específica e acolhe um ser ou um grupo. Tais espaços são normalmente ocupados de modo a serem controlados e passam a ser uma ‘zona de influência’, uma extensão do ‘eu’ que ocupa.

Rapoport (1972) fala sobre ‘instinto territorial’, onde a soleira define um território, uma “esfera de espaço individual”. Através da soleira, segundo Rapoport (1972) de caráter sacro, há uma demarcação do interior/exterior, o “meu espaço”/ “não meu espaço”.

São espaços resultantes de um processo de territorialização, a formação do território. Um processo que, segundo DaMatta (1997), evidencia duas ‘categorias sociológicas’, a casa e a rua, como instrumentos que ajudam na compreensão da sociedade brasileira, em seus modos de organização, como ela vive e constrói a si próprio a cada momento, suas ações e seus valores.

*“Quando digo então que ‘casa’ e ‘rua’ são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por*

*causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.” (DaMatta, 1997:15).*

A territorialização passa a ser, por fim, uma apropriação, um domínio pessoal e um prolongamento dos seres que habitam nos determinados espaços.

Quando falamos em domínio, entendemos a ação do ambiente sobre o ser humano e vice versa, através de sua atuação e influência sobre o espaço. O homem domina seu espaço e, individual ou coletivamente, formam-se e transformam-se no mesmo. O espaço em domínio será então chamado um espaço ‘habitado’ ou, conforme vimos em anteriormente, um lugar.

O espaço, além de suas várias definições, entre elas algumas comentadas, em especial o espaço habitado, pode ser visto como palco para o desenvolvimento de determinadas atividades, um campo que contém um domínio específico, atuado pelos seus ocupantes.

Esse domínio fica claro quando falamos sobre a apropriação de um espaço. O processo de apropriação de um espaço pelo ser humano acontece quando o mesmo exerce domínio sobre tal espaço.

Para Fischer (1994):

*“A apropriação é um processo psicológico fundamental de ação e de intervenção sobre um espaço, a fim de o transformar e personalizar; este sistema de influência sobre os lugares engloba as formas e tipos de intervenção sobre o espaço que se traduzem em relações de posse e apego”. (Fischer, 1994:80)*

Ainda segundo Fischer (1994), a apropriação pode ser expressa por um ‘estilo de ocupação’ por parte de um ou mais indivíduos sobre um espaço. Ela pode se traduzir em modificações físicas, em formas de ocupação, ou mesmo através de um domínio e controle psicológico. Quando nos apropriamos de um espaço, estamos materializando nosso universo imaginário, imprimindo nossa ‘marca’, fazendo do espaço, nosso ambiente.

Para Moles e Rohmer (1978), a apropriação do espaço é o enraizamento, do francês *ancrage* (ancoragem), que o indivíduo realiza em todo e qualquer sistema social. Para ele, a noção de influência ou dominação de um espaço é instintivamente fundamental para o ser.

Frossard (1998) fala também sobre o *ancrage*, configurando-o a partir da construção do ser a partir da representação de seus ambientes e suas transformações ocorridas em sua vivência e obtenção de novos conhecimentos.

Para essa apropriação do espaço em um lugar, Moles e Rohmer (1978) usam o termo *Point ici*, chamado segundo Proshansky, “Place identity”. *Point ici* é o aqui, em oposição a outros lugares, é um domínio de influência reconhecido e é, principalmente, uma constante prática social.

*“(...) o Point ici é um complexo original de estímulos e de ações suscetíveis de se perpetuarem ou de se renovarem através da vitalidade” (Moles e Rohmer, 1978:79).*

Sendo apropriações individuais ou coletivas, Altman, citado por Fisher (1994), os classifica em *território primário*, espaço ocupado de modo claro e identificável, estável e onde seus ocupantes permanecem por longo tempo; e *território secundário*, espaço nem totalmente privado ou totalmente público, mas lugares sociais onde grupos se reúnem, segundo suas regras e normas. A formação desse último pode ser observada em clubes, bares, salas de aulas, locais de trabalho, entre outros, e acontece por meio da necessidade de socialização dos indivíduos entre si e com o meio, conforme as palavras de Pinheiro (2004):

*“(...) é fato que a vida cotidiana de uma cidade necessita de espaços de convivência para se expor, solidificar e expressar as relações entre homens e ambiente (...). (Pinheiro, 2004:04)*

Espaços de convivência formam-se não apenas em territórios secundários, formam-se, principalmente, em espaços chamados públicos. Esses espaços em teoria pertencem a todos, mas são ocupados por determinados grupos, vistos como “proprietários”, mesmo que temporariamente, transformando-os em territórios.

Espaços públicos, termo usado dentro da chamada ‘cidade formal’, para Low (apud Vieira, 2001) devem ser compreendidos como um *processo no qual existe um alto grau de conflito, onde a experiência individual é produto das diversas forças sócio-políticas e culturais.*

Há ainda os espaços de “uso comunitário”. Esse termo foi usado por Brasileiro (2000) para caracterizar os lugares que não pertencem à chamada “cidade formal” e nem são vistos como espaços privados, públicos ou constitucionais. Observados especialmente em comunidades de baixa renda, esses espaços, sobre os quais falaremos mais adiante, mas podem aqui ser incluídos.

Nas favelas, como exemplo, podemos identificar claramente a formação desses territórios. A começar pelas habitações, territórios primários, espaços ocupados pelos indivíduos, portanto apropriados pelos mesmos e transformados assim em seus lugares (Tuan, 1980). Esses territórios têm seus limites aparentemente definidos, primeiro por instalações bastante precárias. É uma condição transitória.

Segundo Duarte (1993b) a precariedade é um termo de difícil definição, e que não deve ser comparado, mesmo com a maior riqueza de detalhes que uma descrição teórica possa ter, ao que significaria viver propriamente a situação de precariedade, às vezes de penúria. De toda a forma, constatou-se um paralelo entre o que seria o ‘estado de precariedade’<sup>18</sup> e uma situação percebida



19. A mercearia do Sr. Nicolau  
Foco: Eliene Tozetto  
Ilustração: Giselle Carvalho

como provisória, de forma que a população, tendo sua condição precária como provisória, suporta de melhor forma e por mais tempo, sua situação de vida.

Como modo de vida temporário, com o passar dos anos, os materiais de pouca durabilidade deram lugar aos mais resistentes e os moradores ganharam permanência na comunidade. Ainda segundo Duarte (1993), isso ocorre, pois, nesse momento o morador percebe que saiu de uma fase transitória, iniciando a então materialização de seus espaços criados ainda precariamente, definindo seus usos. Não falamos mais em moradias temporárias, sair do bairro, para o morador, passa a ser uma questão inviável.

Com o crescimento de suas famílias, as habitações ganham mudanças ainda mais significativas. Fase denominada por Duarte (1993) como 'estabilidade e reprodução da célula', em que, o morador já definitivamente fixado na comunidade, expande sua casa gerando moradias à famílias de seus filhos ou para aluguel. Os materiais de construção são duráveis e as fachadas começam a ganhar revestimentos que retratam maior 'status' à família residente.

Retomando os conceitos de território e as idéias de Rapoport (1972), tais residências, com suas janelas e portas coladas ao limite das vias de circulação, criam uma lacuna entre o que seria, para o habitante, o "meu espaço" e o "não meu espaço". Além de afastar fisicamente, evitam uma invasão dos olhares indiscretos, mesmo somente por alguns instantes, sobre seus territórios, nesse caso, seus lares.

Externamente aos espaços residenciais, principalmente na Favela, encontramos os espaços já mencionados anteriormente, chamados por Brasileiro (2000) de espaços de uso comunitário, onde pudemos observar também um processo de territorialização. Tais espaços não são privados, já que formam as vias de acesso e circulação dentro da Comunidade de baixa renda, mas também não são públicos enquanto não reconhecidos oficialmente pelo órgão da Prefeitura local. Pelas palavras de Brasileiro (2000):

---

<sup>18</sup> Duarte cita em seu texto Rossel (1989), relacionando a palavra precariedade à noção de vulnerabilidade, ameaça, incerteza, provisoriedade e privação.

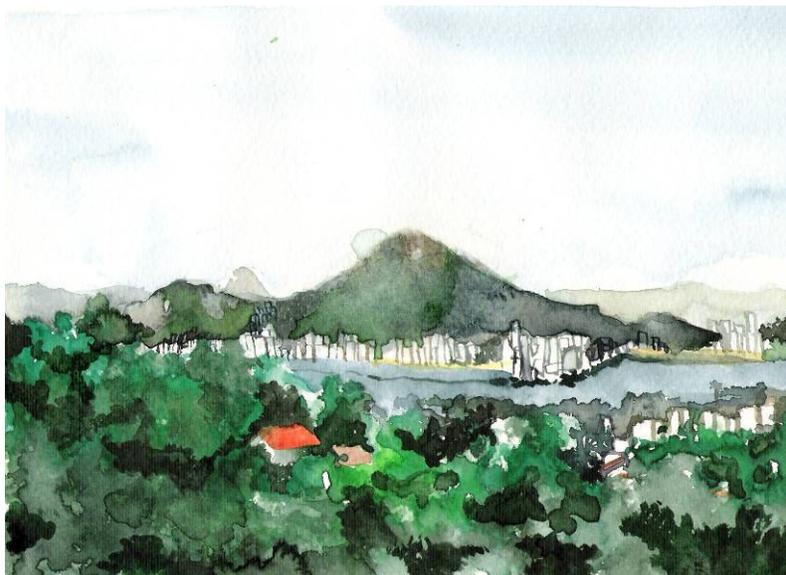
*“O espaço de uso comunitário será compreendido como o conjunto de espaços que complementam o objeto ‘casa’, pois junto com ela, formam o locus que se constitui na base do ato de HABITAR (seja em pequena escala, como num conjunto habitacional, seja numa escala maior, como a própria cidade).”(Brasileiro, 2000:9).*

Dessa forma, espaços de uso comunitário, ainda segundo Brasileiro, são os espaços “públicos” que complementam e se articulam com o ato de morar, sendo vias, travessas, ruas ou avenidas, equipamentos urbanos de uso comunitário, como praças, postos de saúde, creches, entre outros.

São, portanto, as vias e travessas que marcam os caminhos dentro de uma comunidade de baixa renda. Na Vila Parque da Cidade, como exemplo, são aquelas que direcionam os moradores às suas residências, aquelas que nos permitiram “passear” por entre as cerca de setecentas e vinte moradias.

*“Todo o território comporta assim uma função social: designa não só o uso que cada qual faz dele, mas também qual é o seu lugar” (Fischer, 1994:28).*

Marcelo Yuka<sup>19</sup> deixou em sua letra para “Instinto Coletivo”, música tocada pelo grupo “O Rappa”,



20. Vista da cidade pela favela  
Foco: Eliene Tozetto  
Ilustração: Giselle Carvalho

trechos de clara denotação dessa formação de um território do qual tratamos, onde os moradores sentem-se pertencentes ao local onde vivem e assim exprimem suas culturas<sup>20</sup>. Yuka retrata união

<sup>19</sup> Ex morador de uma grande favela da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Yuka é o autor de letras de músicas que questionam a nossa sociedade em seus diversos aspectos e a violência que vivemos nos dias de hoje.

de uma comunidade em torno de uma roda de capoeira, jogo/luta criado pelos escravos negros que aqui viveram. O jogo é o folclore, é sua cultura, instiga alegria, ataca e domina o momento vivido. Não faz seleção, os une em um sentimento de pertencimento ao lugar onde vivem, seus lares como suas identidades dentro de uma 'área de exclusão'. Por fim, reafirma a existência de seus lugares tão fortemente marcados e apropriados pelas suas culturas.

Fischer (1994) fala sobre esse "vivido sócio espacial", mostrando uma interdependência entre comportamento e espaço, afirmando que o espaço vivido se constrói a partir da prática de apropriação do espaço.

É a vivência e a experienciação do espaço, conforme vimos no princípio do capítulo 2. Nesse capítulo, o qual chamamos de "A Favela em Teoria: Entre a Vida e o Espaço", delineamos conceitos importantes para fundamentar as análises realizadas no último capítulo dessa dissertação, através de textos e publicações de autores e estudiosos do tema escolhido. O capítulo foi dividido em duas partes, sendo a primeira "Experiência" e a segunda "Espacialidade".

A primeira parte teve como intuito a definição dos conceitos "experiência", "vivência", "cultura" e "favela" para a compreensão do ato de experienciar e vivenciar a micro cultura encontrada na favela, resultante de um somatório de experiências individuais ou mesmo familiares trazidas de outras localidades, de diferentes culturas, que vêm, aqui, dividir o mesmo espaço, respeitar umas às outras, conviver.

Como consequência, conforme vimos no capítulo, temos a formação de uma nova cultura, nesse caso, na favela Vila Parque da Cidade. O entendimento a cerca desses conceitos, aplicados ao objeto de estudo, contribuirá para elucidar os mecanismos usados pelos moradores do local para encontrar um equilíbrio social, usando leis criadas por eles próprios, num convívio pacífico, movido a regras e códigos específicos. Somente pela compreensão dessa experienciação da favela, ou a vivência dessa cultura, é que se pode desvendar os mistérios das relações entre os domínios

---

<sup>20</sup> Termo já definido em capítulo anterior como um conjunto de comportamentos de um grupo social, onde todos aprendem e transmitem seus conhecimentos e suas atividades.

públicos e privados dentro dessa organização, o modo pelo qual os moradores definem e impõe o limite de suas propriedades, até onde pode ou não expandir sua posse, o que é de todos e o que é de cada um.

Para dar continuidade a esse trabalho de busca por conceitos que nos façam compreender as 'negociações dos domínios espaciais' dentro da favela, fez-se importante a segunda parte do primeiro capítulo "Espacialidade", onde tratamos primeiramente dos espaços físicos e sociais, os espaços construídos e os espaços vividos de um modo geral, sendo eles de domínio público ou privado, espaços residenciais ou espaços de uso comunitário (conceito delineado por Brasileiro, 2000).

Os espaços existenciais, dotados de identidade foram vistos aqui, nesse capítulo, enquanto 'lugares' (Tuan, 1980), os diversos lugares que serão analisados posteriormente, resultantes de um processo de apropriação, também delineado na segunda parte desse capítulo. O último conceito estudado, mas não menos importante, foi "território", um conceito fundamental para a leitura espacial da favela escolhida e compreensão de seu processo de territorialização, dentro da experiência espacial realizada pelos habitantes locais e suas vivências. A formação dos territórios, em sua conceituação, colabora para a identificação da mesma e dos domínios público e privado em si, praticados cotidianamente, através de suas leis e regras, na favela escolhida para a pesquisa, a Vila Parque da Cidade, apresentada e descrita, física, geográfica e socialmente, no próximo capítulo.

# Capítulo 3

---

## o Objeto de Estudo: apresentamos a Vila Parque da Cidade

*“Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas.*

*Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo. Como que se sentiam ainda na indolência de neblina as derradeiras notas da última guitarra da noite antecedente, dissolvendo-se à luz loura e tenra da aurora, que nem um suspiro de saudade perdido em terra alheia. (...)*

*(...) das portas surgiam cabeças congestionadas de sono; (...); começavam as xícaras a tilintar; o cheiro quente do café aquecia, suplantando todos os outros; trocavam-se de janela para janela as primeiras palavras, os bons-dias; reatavam-se conversas interrompidas à noite; a pequenada cá fora traquinava já, e lá dentro das casas vinham choros abafados de crianças que ainda não andam. No confuso rumor que se formava, destacavam-se risos, sons de vozes que altercavam, sem se saber onde. (...)*

*O rumor crescia, condensando-se; o zumzum de todos os dias acentuava-se; (...). Sentia-se (...) o prazer animal de existir, a triunfante satisfação de respirar sobre a terra”.*

**O Cortiço**  
**Azevedo, Aluísio, 1998:25**

Um acordar alegre de jovens, adultos e idosos, já nas primeiras horas do dia, misturado aos sons de crianças pequeninas em seus abafados choros e correria de outras tantas a brincarem pelos espaços disponíveis, dentro ou fora de suas casas. Um 'zumzum', conforme a terminologia usada por Euclides da Cunha, que tem seu início nas primeiras horas do dia e poucos momentos de interrupção. Assim encontramos a Favela Vila Parque da Cidade, uma comunidade de baixa renda escolhida como caso para o estudo a que se propõe essa dissertação, entre inúmeros casos que podemos encontrar na Cidade do Rio de Janeiro.

No presente capítulo, descrevemos física e geograficamente a favela escolhida para o estudo de caso, iniciando pela sua localização física dentro do bairro em que está inserido: o Bairro da Gávea, na Zona Sul dessa cidade. Através de mapas e fotos aéreas é possível perceber sua proximidade à área urbana reconhecida, a 'cidade formal', assim como os serviços e equipamentos urbanos disponíveis em todo o seu entorno. Também se torna possível a visualização da vegetação existente (a ainda área nativa da Mata Atlântica) ao seu redor e extinta, com o processo de ocupação, em seu interior. Em mais uma subdivisão desse capítulo tentaremos compreender, por meio de pesquisas realizadas na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na sua Secretaria de Habitação, e por meio de documentos e relatos dos moradores, de que forma deu-se o processo de ocupação e expansão dessa comunidade. O sentido de crescimento da comunidade pode ser observado no mapa de Sistema Viário que ainda proporciona a visualização das vias e Alamedas sobre as quais a comunidade está dividida e organizada.

Ainda nesse capítulo trazemos questões quanto à legislação e uso do solo na comunidade e seu entorno assim como questões a cerca da população local e o seu contexto sócio econômico. Poderão ser observados ainda, em mapas geográficos, os diversos usos das edificações locais, as alturas a que chegam tais edificações, e a densidade encontrada na comunidade provocada pelo crescimento das mesmas. A identificação e descrição do nosso objeto de pesquisa, assim como a sua leitura espacial, nesse capítulo, será fundamental para a posterior análise quanto à dinâmica das transformações espaciais ocorridas ao longo do processo de crescimento e desenvolvimento da favela, sobretudo quanto às questões que permeiam a identificação dos espaços de domínio público e privado dentro dessa ordem social.

## capítulo 3

### 3. O Objeto de estudo: Apresentamos a Vila Parque da Cidade

A Vila Parque da Cidade é uma comunidade de baixa renda habitada por uma população diversificada, proveniente do próprio Rio de Janeiro e dos principais estados da região Nordeste e Sudeste. Trata-se de uma ocupação antiga, que foi instalando-se pela encosta do morro onde antes florescia a exuberante Mata Atlântica da Serra da Carioca.

#### 3.1 Localização e Caracterização Física

A Vila Parque da Cidade localiza-se nos bairros do Alto da Boa Vista e da Gávea, na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro. Com o primeiro não há comunicação formal, pois se estende, entre eles, a densa Mata Atlântica, área de proteção ambiental que inclui o Parque da Cidade.

Por tal motivo, mesmo em dias de altas temperaturas na cidade, encontramos um clima ameno no interior da comunidade com boa ventilação.

A sua ligação efetiva com o restante do bairro da Gávea e com demais bairros da VIª Região Administrativa se faz pela Estrada da Gávea, e ainda localiza-se bem próximo ao Complexo da Rocinha, maior assentamento popular do Rio de Janeiro.

Podemos identificar no mapa 1, a localização da Favela Vila Parque da Cidade dentro do bairro da Gávea, a Estrada da Gávea (de acesso à mesma) e algumas edificações principais em seu entorno. No mapa 2, é possível compreender o desenho da Favela com suas estreitas vias de acesso e circulação e seus principais acessos. Os mapas seguem ao final do capítulo.

Essa ocupação irregular da área de proteção ambiental inclusive do Parque da Cidade possui como atratividade não somente a vida junto às áreas verdes e a posição altaneira que ocupa, mas sua



21. Localização do Território Nacional  
Fonte: Google Earth, 2006

22. Localização do Estado do Rio de Janeiro

23. Localização da Cidade do Rio de Janeiro

proximidade ao mercado de trabalho, normalmente no bairro da Gávea, constituído pelo privilegiado espaço residencial, cultural e de lazer existentes no bairro. Em consequência, houve um extremo adensamento das moradias, com o aproveitamento de todos os espaços da região ocupada, mesmo aqueles não recomendáveis para a construção de benfeitorias.

Segundo um levantamento topográfico, realizado pela empresa Tecnosolo em 1998, registrou-se a presença de 740 edificações, abrangendo área de ocupação de 22.885 m<sup>2</sup> e área livre, incluindo o sistema viário, de 10.841 m<sup>2</sup>. A área total da favela é de 33.726 m<sup>2</sup>. Os números revelam um grande adensamento, que podemos observar nos mapas 3 e 4, de Figura e Fundo e Gabarito. Esse último mostra o grande crescimento vertical causado pelo adensamento. Assim, graficamente podemos perceber o que os números relatam: um grande número de residências em confronto à área não tão extensa ocupada pela favela. Por esse motivo, as habitações ganharam, com o passar dos anos, cerca de dois pavimentos além do pavimento de acesso, em sua grande maioria. Um menor número de habitações ganhou três pavimentos além do principal e ainda podemos observar algumas habitações que chegam, no total, com cinco ou seis pavimentos.

A área ocupada é cercada de condomínios residenciais de alto padrão econômico e, o relacionamento entre os moradores da comunidade e os moradores do bairro formal da Gávea, é harmonioso e pacífico. Trata-se de um assentamento irregular de muita tranquilidade<sup>21</sup>.

Ao iniciarmos nossas visitas à Comunidade, descobrimos haver um ponto para venda de drogas, o que provoca a permanência de meninos ao longo de todo o território ocupado observando a

<sup>21</sup> Ao longo desses cinco anos de convívio, não presenciámos ou soubemos a respeito de qualquer acontecimento que colocasse em risco a segurança do local.

presença de estranhos no local. Mesmo assim, a segurança é sempre apontada como uma das maiores qualidades da comunidade.<sup>22</sup>

Apesar da existência de um ponto para venda de drogas, a Associação de Moradores local e os próprios moradores empenham-se para evitar maiores influências dos moradores da Favela da Rocinha, situada no bairro de São Conrado, também na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, vizinha à 'nossa' comunidade, e impedir que haja uma prática intensa e não pacífica do tráfico de drogas dentro dos limites da Vila Parque.

De toda a forma, percebemos uma relação amistosa também entre os moradores da Vila Parque e os moradores da Favela da Rocinha, especialmente quando, ao longo das festividades juninas na comunidade, apresentaram-se grupos de dança de meninas da Rocinha. Uma atração alegre e bastante elogiada por todos. Assim como uma prática habitual da Favela da Rocinha, aqui os turistas vindos de todas as partes do nosso país e do mundo, conhecem a Favela Parque, andando pelas curiosas e estreitas vias e travessas, tirando fotos e consumindo os produtos artesanais produzidos pelos moradores locais. O que, mais uma vez, confirma o caráter pacífico do local que abriga ainda, estudantes dos cursos de Arquitetura e de Fotografia da Pontifícia Universidade

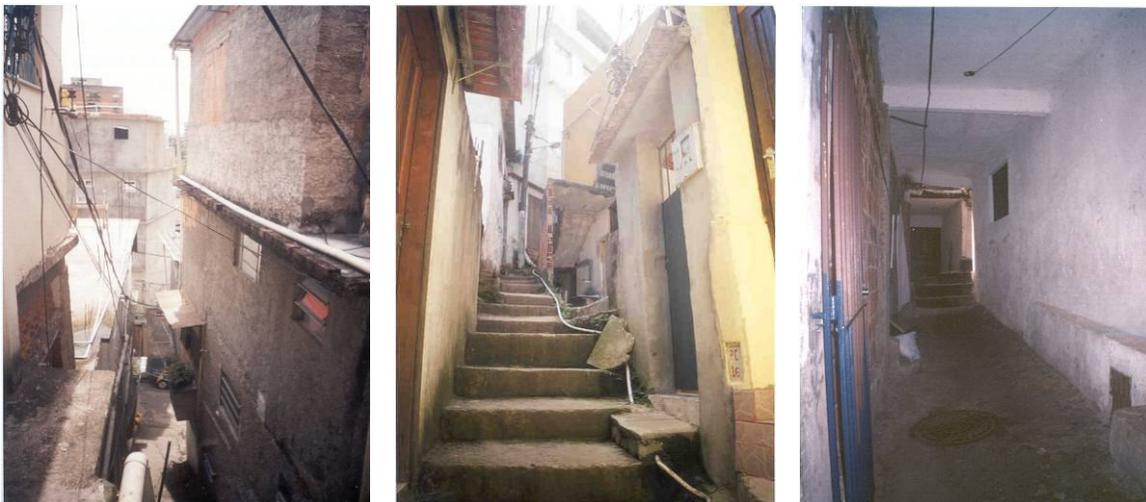


24 e 25 Foto aérea da favela no Bairro da Gávea.

Fonte: Google Earth, 2006.

---

<sup>22</sup> Conversando com alguns moradores, nos surpreendemos quando fomos questionados quanto à nossa moradia. Após dissermos que vínhamos da Ilha do Governador, bairro situado à Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, nos disseram que onde moramos é muito violento, que a presença do tráfico em favelas de nossa região cria muitos transtornos, está sempre “em guerra”, enquanto o lugar de moradia dos mesmos está sempre muito tranquilo e seguro.



26, 27 e 28 Becos e escadarias da favela.

Fonte: Eliene Tozetto, 2000.

Católica, situada nas proximidades, que para ali vão fazer suas pesquisas e trabalhos fotográficos. Os grandes problemas detectados pelos moradores da comunidade eram, antes das intervenções da Prefeitura da Cidade, a falta de saneamento, o sistema viário interno precário e a ausência de equipamentos sociais acessíveis aos moradores. Com um pequeno trecho carroçável no interior da Vila Parque da Cidade, seus moradores utilizam o estacionamento do Instituto Nossa Senhora de Lurdes, através do pagamento de aluguel.

Tais informações foram obtidas através de um Diagnóstico Físico Urbanístico da Vila Parque da Cidade, pela empresa Tecnosolo<sup>23</sup>, em convênio assinado entre a mesma e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 14 de junho de 1999, em uma primeira etapa do Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo. O material nos foi gentilmente cedido pela prefeitura para fins de pesquisa.

O Programa englobou o trabalho em cinco pequenas comunidades da Cidade do Rio de Janeiro e três comunidades da Cidade de Santo André. Em nossa cidade, o Programa é gerido pela Unidade de Gestão do Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas do Município do Rio de Janeiro-APD/Rio, criada através do Decreto nº 17.331 de 18/02/1999 e suas alterações cuja convenção nº BRA/B7-3010/IB95/115 foi firmada entre a Comissão Européia – Comissão Européia e a PCRJ.

---

<sup>23</sup> A empresa realizou sua pesquisa através de um censo e levantamentos de campo, sob a orientação da Coordenação do Componente Habitat da UG-PAPD - Rio no período de outubro / dezembro de 1998.

### 3.2 Da origem aos dias atuais: Seu processo de Ocupação

Desde o início do seu processo de povoamento, o bairro da Gávea foi, primordialmente, uma área residencial de veraneio, devido à sua distância do centro da cidade e à exuberância de sua vegetação e mananciais, tornando a área privilegiada para a localização de chácaras e residências de verão de famílias abastadas. Essa forma de ocupação se deu até a segunda metade do século XIX, época em que a Gávea era conhecida por suas atividades culturais e festividades religiosas em torno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, padroeira do bairro.

A região já abrigou uma olaria nas terras do Solar de Montigny, situadas no terreno ocupado atualmente pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e um sanatório fundado pelo médico Domingos Azevedo Duque Estrada, que introduziu no país a medicina homeopática. A ocupação da região, nas encostas da Serra da Carioca, passou a se dar com mais intensidade no final do século XIX. O processo de urbanização do bairro começou a se dar com tal intensidade com o surgimento na região de várias fábricas de tecidos. Dentre elas, destacaram-se a Fiação e Tecelagem Sudantex, chamada inicialmente de Fábrica São Felix e depois Cotonifício Gávea. Esta última se instalou no início da rua Marquês de São Vicente. As outras indústrias da região eram a Corcovado, a Carioca e a Fábrica de Chapéus Braga. Ainda nessa mesma época, nos fins do século decorrente, os bondes da Companhia Ferro Carril passaram a ser adotados como meio de transporte até o alto da rua Marquês de São Vicente. À população operária instalada no Parque Proletário da Gávea, juntaram-se outras comunidades de baixa renda provenientes das favelas do Largo da Memória. Segundo o cadastro da Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A- IPLANRIO, antes de ter uma administração, a área do Parque da Cidade pertencia à família Guinle.

A Vila Parque da Cidade, propriamente, começou a ser ocupada há cerca de sessenta anos. Encontramos ao longo da comunidade alguns moradores que participaram da ocupação local. Cerca de 34% dos moradores estão na favela há mais de 30 anos. Um número bem menor, cerca de 18% dos moradores, estão na Vila Parque da Cidade há menos de 5 anos.

Vários de seus moradores são oriundos da própria zona sul, remanescentes da antiga vila industrial do Jardim Botânico, de outras áreas cujas favelas foram removidas. Outros tantos eram funcionários



29, 30 e 31 Acessos pela Estrada Santa Marinha.

Fonte: Eliene Tozetto, 2005 e 2000 (2.10).

do Jockey Club e famílias originárias dos estados nordestinos ali estabelecidas também há mais de quatro décadas. Em pesquisa, constatou-se que aproximadamente 35% dos chefes de família são oriundos do próprio estado do Rio, contra cerca de 46% vindos do nordeste (fonte: PCRJ, 2000). O sentido de ocupação e expansão da comunidade pode ser graficamente visto também no mapa 2, de Sistema Viário, que segue ao final do capítulo.

### 3.3 A População Local e Seu Contexto Sócio-Econômico

Pelo levantamento censitário realizado em outubro/98 havia na Vila Parque da Cidade 740 domicílios, um total estimado de 2.331 habitantes (cerca de 3.15 habitantes por moradia), com uma previsão segundo cálculos estimativos do IBGE para 5.100 habitantes no horizonte de 10 anos. A totalidade dos domicílios é construída em alvenaria. Não encontramos mais nenhuma unidade em madeira. Pudemos observar que a população residente na Vila Parque da Cidade é bastante ativa, muitos estudantes circulando nos horários de almoço ou fim de tarde com seus uniformes, horário em que presenciamos grande número de adultos diariamente chegando de seus ofícios.

A comunidade Vila Parque da Cidade se organiza através de uma Associação de Moradores (AM), funcionando em uma edificação localizada em um dos acessos principais da Comunidade, na Estrada Santa Marinha. A associação é liderada por uma 'chapa' eleita pela própria comunidade periodicamente e se torna responsável pelos cuidados administrativos e políticos sobre a mesma. No térreo da edificação foi reformada uma pequena sala que serve de apoio para algumas aulas e pequenos cursos organizados pela Associação, e uma sala onde os moradores expõem e vendem seus produtos artesanais resultantes dos muitos cursos oferecidos aos moradores da comunidade

ao longo do processo implantação do Programa Favela Bairro no local. Foi criado, no segundo pavimento, além da sala do presidente da Comunidade e uma estrutura para distribuição de correspondência dos moradores, uma sala de informática com computadores doados à comunidade. No último pavimento funcionou, desde o princípio da implantação do Programa Favela Bairro, uma creche improvisada para atender às crianças da comunidade enquanto a creche definitiva, em construção, não é liberada para o uso.

Há ainda algumas instituições de apoio à comunidade como a Fundação Américo Viveiros que, vinculada à Ação Comunitária do Brasil, está sediada no local há 30 anos e desenvolve atividades gratuitas com idosos da comunidade. Organizam atividades de lazer e cultura, como encenações de peças de teatro, passeios e festas, assim como oficinas artesanais, articulação e saúde do idoso. Em passado recente, a Fundação chegou a desenvolver cursos profissionalizantes e atividades voltadas aos adolescentes.

Outra instituição que apóia a comunidade é o Instituto Nossa Senhora de Lurdes, localizado no final da Estrada Santa Marinha, em frente à Vila, próxima ao prédio da Associação de Moradores. Trata-se de um colégio para crianças deficientes auditivas. Sua quadra de esportes é cedida à comunidade em alguns horários semanais para prática de atividades. Tivemos oportunidade de participar de eventos promovidos pela comunidade no Instituto, além de acompanhar as aulas semanais de capoeira que acontecem no local.

No mapa 5, pode ser observado os diversos usos das edificações, encontrados ao longo da comunidade e, ainda, a localização em destaque do Centro Comunitário, Creche Comunitária, Associação de Moradores e a Igreja existente na favela.

### **3.4 O Entorno da Vila Parque da Cidade**

No entorno da comunidade, ainda no bairro da Gávea, podemos encontrar algumas escolas municipais de primeiro grau como a Luis Delfino, Júlio de Castilhos e Christiano Haman, entre outras, freqüentadas pelos moradores da Vila Parque, além do Colégio Estadual André Maurois, uma escola pública de Ensino Médio.

Ainda na região que cerca a Vila Parque da Cidade, podemos observar a existência de alguns equipamentos de saúde, tais como o Hospital Miguel Couto. Há um número grande de clínicas particulares na área, porém inacessíveis aos moradores da Vila. Com o desenvolvimento de um projeto para um Centro Comunitário, em um terreno na própria comunidade, onde se desativou uma antiga instituição, salas para atendimento médico e dentário foram previstas.

Na comunidade de Vila Parque da Cidade existe apenas uma pequena área de esporte e lazer localizada na Alameda Parque da Cidade, hoje ocupada por um campo de futebol de dimensões bem reduzidas. Em seu entorno, os moradores contam com áreas de lazer dentro da floresta do Parque da Cidade, tais como: Museu, áreas para recreação, lagos e passeios ecológicos. Contam ainda, com a utilização de quadras de esportes do Instituto Nossa Senhora de Lurdes, com prévia autorização.

O principal acesso à Favela Parque da Cidade se dá pela Rua Tenente Francisco Mega, em sua junção com a Estrada da Gávea. Permite o acesso de veículos até a Travessa Manacá, distante 200 m da Estrada da Gávea. Nessa entrada situa-se um ponto de ônibus das linhas que circulam pela estrada.

Outros acessos secundários à comunidade são realizados através da Alameda das Avencas, em sua conexão com a Estrada da Marinha; Alameda do Girassol, em encontro com a Estrada da Marinha, através de escadaria; Alamedas do Jardim e das Camélias que se encontram, criando uma única entrada pela Estrada da Marinha; e, por fim, Av. Parque da Cidade que se liga ao final do prolongamento da Estrada Santa Marinha dentro do Parque, atrás do Museu da Cidade.

O sistema viário de circulação interna é formado por vinte vias e circulações pouco planas, muitas rampas e inúmeras escadas e apenas cerca de 200 m de vias carroçáveis, como pode ser visto no mapa 2. Tais travessas e alamedas têm uma largura que varia de 1,5 m a 3,0 m. Inicialmente realizadas pelos moradores, as circulações foram refeitas ao longo do programa de urbanização da comunidade.

### **3.4.1 Legislação e Uso do Solo da Área e Entorno**

A área da Vila Parque da Cidade se insere no regime do Regulamento de zoneamento (Decreto nº 322 de 03 de março de 1976); Plano Diretor Decenal da Cidade (Lei Complementar nº 16/92); PA nº 7347 aprovado pela Decreto 1415 de 30/12/1966; PAL nº 23225 aprovado pelo Decreto 1415 de 30/12/1966 e Projeto 10465/40648 – Urbanização das favelas – cada família um lote. Conforme o primeiro regulamento citado, a Vila se divide em zona residencial ZR-1 e zona especial ZE-1. A ZR-1 se caracteriza como de uso residencial permanente, adequada para moradia unifamiliar. Como parte pertencente à ZE-1, a comunidade delimita-se a partir da curva de nível de 100 metros, parte esta caracterizada como zona de reserva florestal. As áreas situadas dentro dos limites dessa zona são declaradas non aedificandi, ressalvando o disposto nos artigos 166, 167 e 168 do capítulo 9 do decreto nº322. Para haver o licenciamento da construção de edificações, deve ser previamente consultado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente que, em função de suas atribuições, estabelece as condições necessárias para manutenção da cobertura florestal ou do reflorestamento do local.

O Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, em seu artigo 44, determina, entre outros, que o uso e ocupação do solo urbano deve proteger o meio ambiente e respeitar os recursos naturais e patrimônio cultural, condicionando assim a ocupação do solo; determina a não remoção das favelas e inserção das mesmas e de loteamentos irregulares no planejamento da Cidade, integrando-os aos bairros em que se situam.

O regulamento ainda estimula a coexistência de usos comerciais, atividades e serviços de pequeno porte com o uso residencial, para que se evite segregação dos espaços e deslocamentos longos desnecessários. Ele apenas decreta a relocação, segundo as diretrizes do artigo 138 § 2º, da Lei Complementar e do art. 429, VI, a, b e c, da Lei Orgânica do Município, de áreas de favelas ou residências que estiverem ocupando áreas de risco; faixas marginais de proteção de águas superficiais; faixas de proteção de adutoras e de redes elétricas de alta tensão; faixa de domínio de



32, 33 e 34 Áreas internas da Favela desprovidas de Vegetação.

Fonte: Eliene Tozetto, 2005.

estradas federais, estaduais e municipais; áreas de especial interesse ambiental ou unidades de conservação ambiental; vãos e pilares de viadutos, pontes e passarela e áreas a estes adjacentes, quando oferecem riscos à segurança individual e coletiva e inviabilizarem a implantação de serviços urbanos básicos; áreas que não possam ser dotadas de condições mínimas de urbanização e saneamento básico, de acordo com os artigos 50 e 51 da Lei Complementar. A Vila Parque da Cidade faz parte da Área de Planejamento AP2, dentro da subárea de planejamento 2-D, a XXVII Região Administrativa Rocinha, e, segundo suas diretrizes de uso e ocupação, entre outras, deve-se preservar a paisagem, com a proteção dos monumentos naturais e construídos; controlar e fiscalizar a ocupação de encostas e vistas panorâmicas e ainda conter o adensamento dos bairros para evitar a saturação da infra estrutura existente. O uso do solo na Vila Parque, predominantemente residencial, é misto, tendo em vista o crescimento de estabelecimentos comerciais e de serviço no local.

### **3.4.2 Cobertura Vegetal**

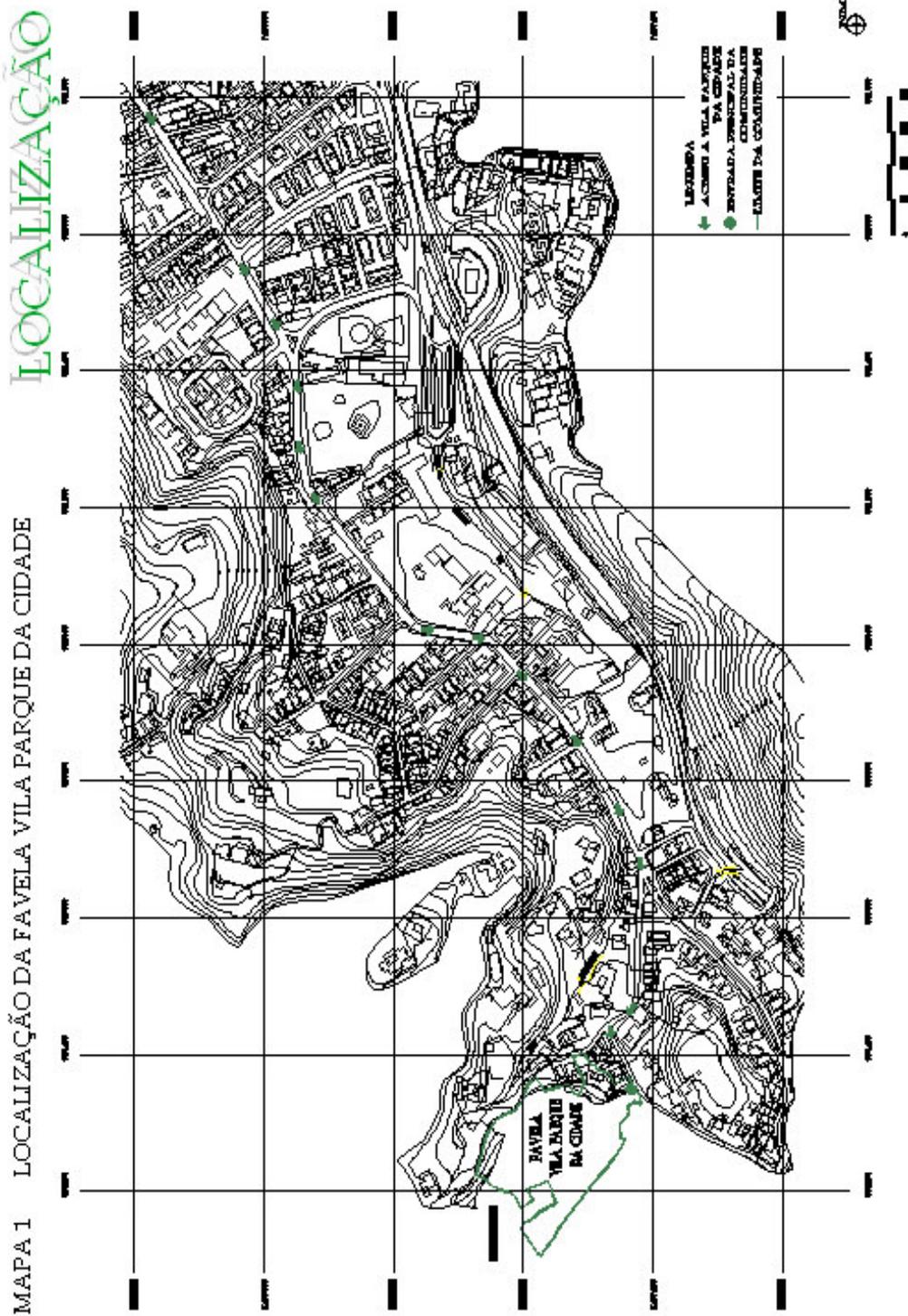
Devido a pouca área provida de vegetação dentro dos limites da Vila Parque da Cidade, falamos em cobertura vegetal especialmente em seu entorno, onde há uma Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista, criada pelo Decreto Municipal 11.301, de 21/08/92 e delimitada pelo Decreto Municipal de 11.451 de 08/10/92, sendo alterado pelo Decreto Municipal de 12.242 de 30/08/93, da qual a Vila Parque da Cidade também faz parte.

A área da favela foi ocupada de maneira desordenada e irregular, predominantemente por residências unifamiliares, provocando, ao longo dos tempos, uma destruição da cobertura vegetal expressiva no seu interior. Mesmo assim, a área de entorno da comunidade permanece coberta,

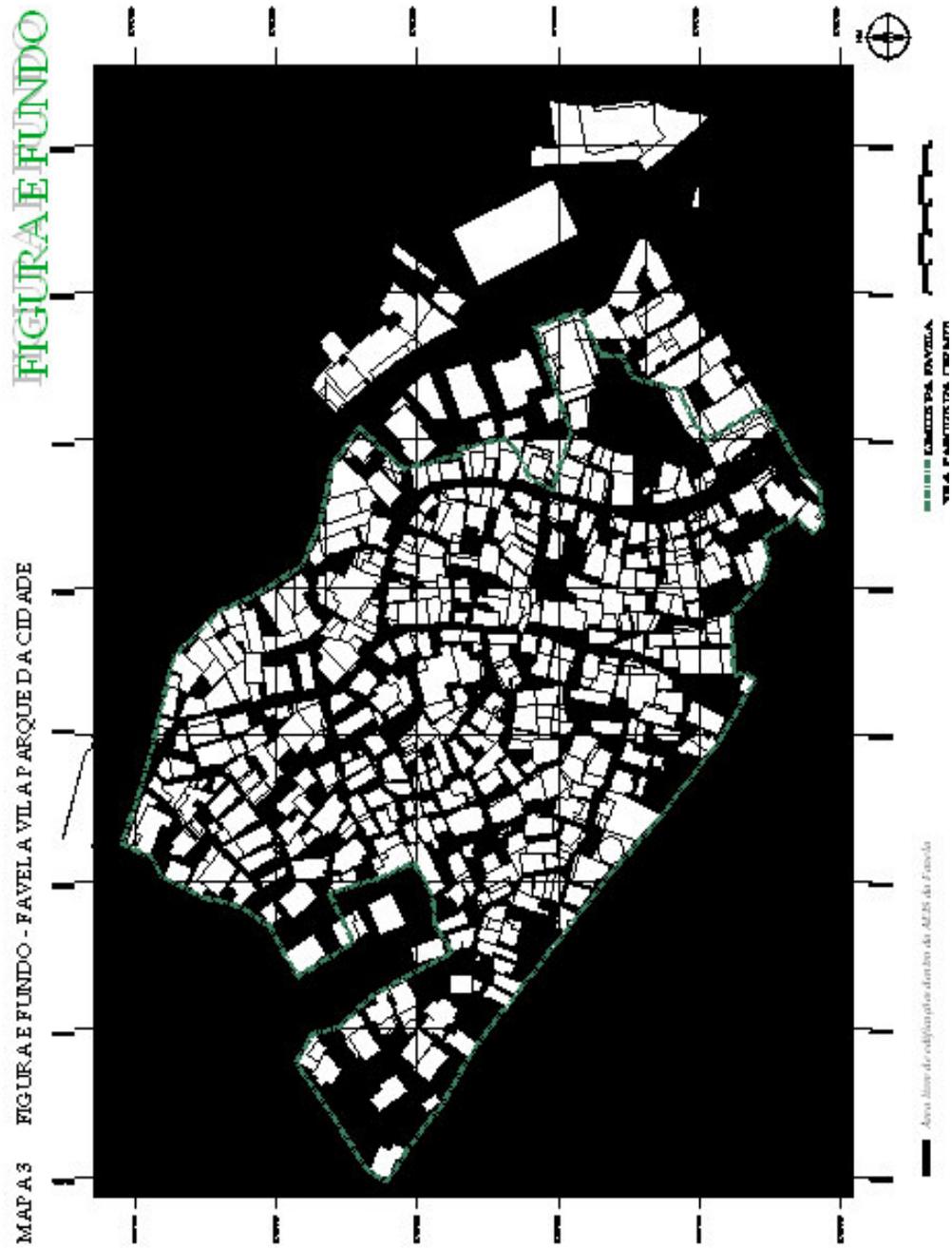
com floresta em bom estado de preservação, constituída de vegetação primária e secundária em várias gradações de sucessão vegetal, com predomínio da vegetação secundária acima da fase quinta de sucessão natural.

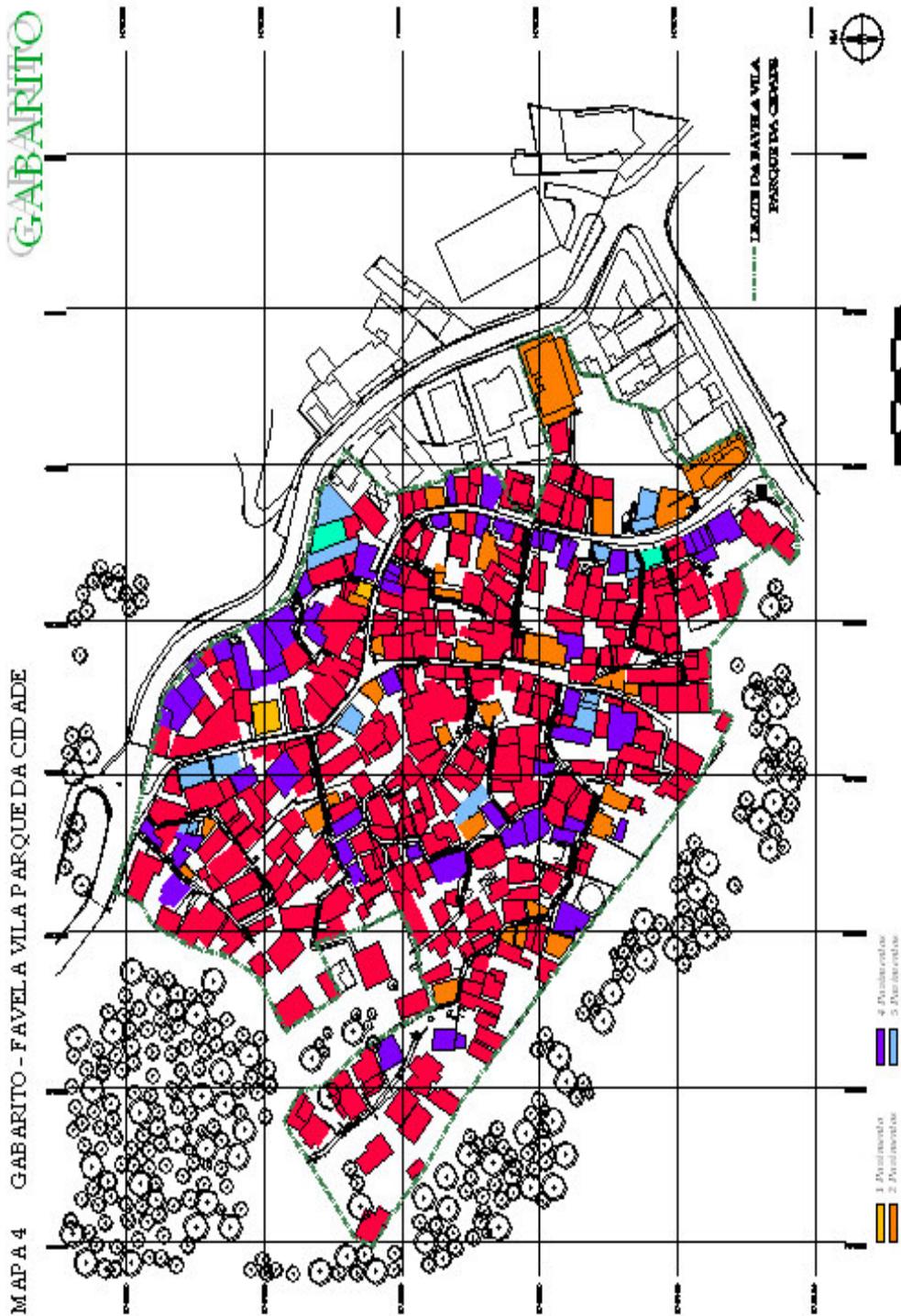
A pouca vegetação encontrada em meio às construções provocam uma aridez no interior da favela, quebrada apenas pelos vasos de plantas nas sacadas de algumas casas ou no quintal das mesmas. Também pode ser observada uma presença maior de vegetação nas casas situadas nos limites entre a AEIS e o Parque da Cidade. Mesmo assim, devido à proximidade da comunidade ao Parque público e à altura das edificações confrontadas com a pequena largura das vias de acesso e circulação, o clima da comunidade é ameno e agradável, mesmo em dias de muito calor, com sol atingindo poucos espaços internos da favela. Nas fotos, registradas no mesmo dia de sol intenso, podemos observar, além da ausência de vegetação no interior da favela, as sombras predominantes e, como na foto 33, um dos poucos espaços a receberem a luz do sol. A fronteira entre a reserva ambiental e a ocupação da favela e a vegetação existente em seu entorno podem ser vistos no mapa 6, de Cobertura Vegetal, que segue ao final do capítulo.

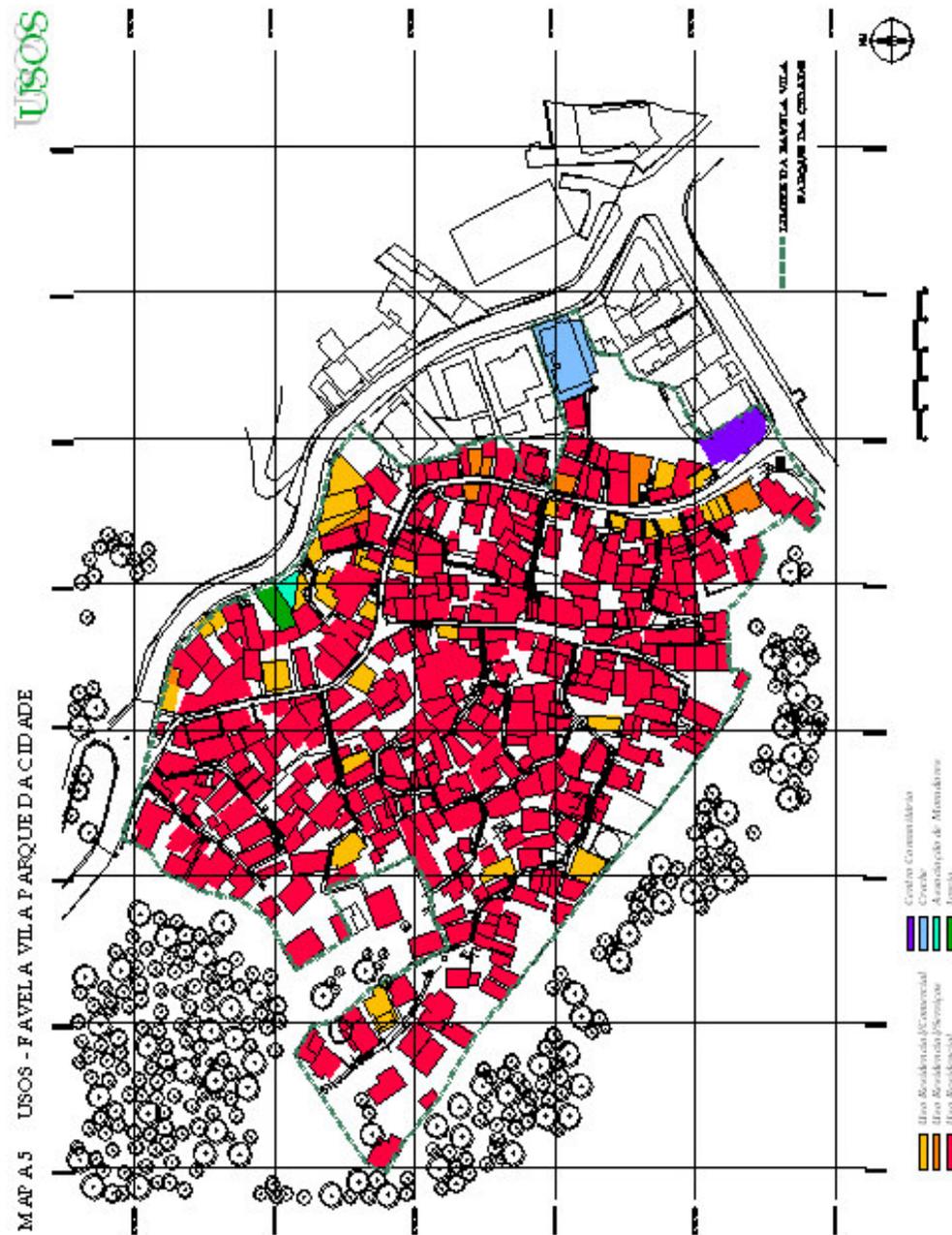
Conforme visto aqui, no capítulo 3, e observado nos mapas geográficos, a devastação da Mata Atlântica antes existente no interior da área hoje definida pela Área de Especial Interesse Social, denominada Vila Parque da Cidade, é resultante de um processo de ocupação dessa mesma área, com suas construções a princípio precárias, como veremos em nossas análises, e a constante intervenção do homem sobre meio. Esse capítulo trouxe para nós, portanto, uma qualificação da favela referida, em suas principais características, responsáveis pela sua escolha para a presente pesquisa. Seu histórico e processo de ocupação, além do sentido do mesmo representado graficamente através de mapas, sua organização social e comunitária, os usos de seus espaços, sua densidade resultante de uma expansão horizontal e vertical, suas altas e desafiadoras construções, suas íngremes e curiosas vias de acesso e circulação, entre outros, formam o conteúdo registrado no capítulo 3, tornando-o importante instrumento para o nosso domínio sobre o objeto estudado e posterior compreensão das relações sociais dos moradores locais em seus constantes trâmites e negociações quanto à propriedade legal ou não dos espaços encontrados, sendo eles, os espaços livres ou construídos, assuntos amplamente desenvolvidos no próximo capítulo.













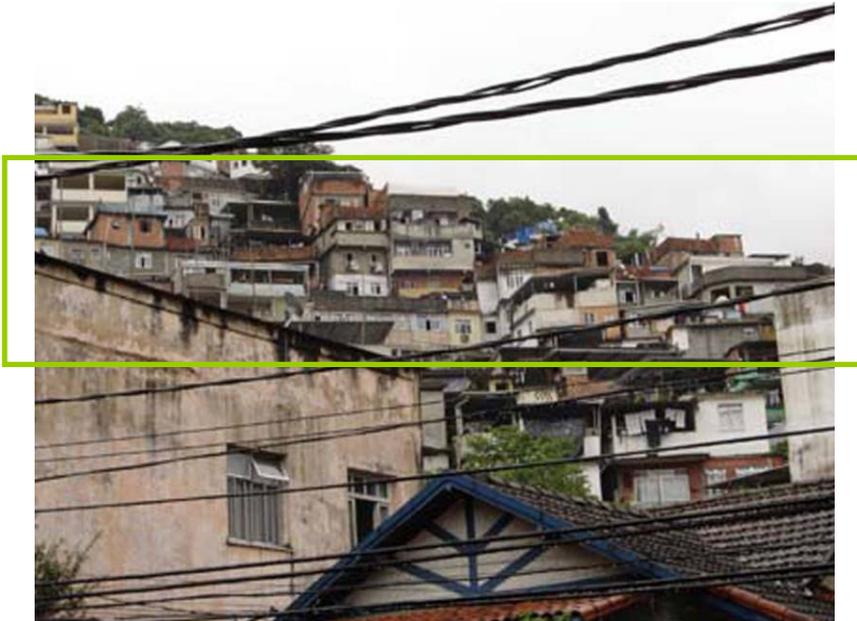
# Capítulo 4

---

## *de Sol a Sol: o cotidiano da favela*

*“Amou daquela vez como se fosse a última  
Beijou sua mulher como se fosse a última  
E cada filho seu como se fosse o único  
E atravessou a rua com seu passo tímido  
Subiu a construção como se fosse máquina  
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas  
Tijolo com tijolo num desenho mágico  
Seus olhos embotados de cimento e lágrima  
Sentou pra descansar como se fosse sábado  
Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe  
Bebeu e soluçou como se fosse um náufrago  
Dançou e gargalhou como se ouvisse música  
E tropeçou no céu como se fosse um bêbado  
E flutuou no ar como se fosse um pássaro  
E se acabou no chão feito um pacote flácido  
Agonizou no meio do passeio público  
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego (...)”*

**A Construção**  
**Chico Buarque de Holanda**



35. Vista da Favela pela Estrada da Gávea.

Fonte: Eliene Tozetto, 2005

Espaço vivido e cotidiano são dois eventos indissociáveis. Um é, ao mesmo tempo, fruto e produto do outro. As transformações sofridas pelos espaços livres e espaços construídos na favela estão, dessa forma, relacionados diretamente à cultura vivida nos mesmos, ou melhor, ao modo de vida, tradições, costumes, crenças, comportamento, entre outros, conforme vimos na primeira parte do Capítulo 2 desta dissertação. Tanto os espaços de uso comunitário quanto os espaços residenciais sofreram, em nosso estudo de caso, importantes transformações ao longo de todo o processo de ocupação das encostas, o que é facilmente notado quando conversamos com os moradores mais antigos da favela Vila Parque da Cidade.

Retomaremos então, no capítulo 4, nossos questionamentos iniciais quanto a essas transformações ocorridas nos espaços livres e espaços construídos, buscando compreender como acontece, nas comunidades de baixa renda, a separação semântica entre os domínios público e privado, quais os mecanismos e estratégias usadas pelos moradores para que seja possível uma leitura do que é de todos e o que é de cada um, a denotação dos limites entre domínios públicos e privados dentro dessa lógica social. Além desses, ainda esclarecer de que forma dá-se o mecanismo de apropriação dos espaços na cidade informal.

Esses questionamentos virão à tona, neste capítulo, juntamente com os eventos observados e resultados obtidos pela aplicação dos instrumentos escolhidos e detalhados no capítulo 1. Tais

questões serão, em conjunto, analisadas à luz dos conceitos delineados no primeiro capítulo, para que possam ser atingidos os objetivos primeiros dessa incursão, a saber: relacionar os espaços de domínio público e os espaços de domínio privado, compreendendo os limites dados pelos moradores entre ambos; revelar a influência mútua entre os espaços construídos e os espaços livres e responder às formas de apropriação dos diversos espaços da comunidade.

O trabalho de análise seguirá os princípios descritos na psicologia ambiental, onde a unidade de análise é o indivíduo, mas seu funcionamento não é visto de maneira isolada, e sim inserido em um cenário social, o ambiente. Assim, todo o evento a ser analisado acontece em paralelo a tantos outros eventos interativamente, da mesma forma em que os eventos observados para a avaliação de nosso estudo de caso não podem ser dissociados, interagem uns com os outros, no dia a dia do crescimento humano, em busca de um equilíbrio sócio-ambiental.

É como na teoria da affordance, desenvolvida por Gibson (1979 e 1986), que fala da interação de tudo o que é oferecido pelo ambiente e que, portanto, interage com as pessoas. Entre as affordances, ele cita o meio, as substâncias, as superfícies, os objetos e outras pessoas e animais. Não seria possível, assim, observar o crescimento físico da comunidade, consolidação e permanência das famílias residentes na mesma sem observar e avaliar, paralelamente, o uso e apropriação dos espaços livres e construídos pelos habitantes locais, a alteração no comportamento e no aspecto das ruas, fachadas e edificações como um todo além dos elementos simbólicos representativos da cultura local.

Juntamente com os eventos, comportamento e experiência são também indissociáveis, acontecem de forma interrelacionada. Um alimenta o outro em um processo crescente e ininterrupto de trocas entre as pessoas e os espaços, de impacto do primeiro sobre o segundo e vice versa. Uma relação peculiar entre as dimensões físicas e sociais do espaço.

Essa relação será o cerne das análises apresentadas no capítulo 4, subdividido em etapas que virão analisar o espaço social vivido e experienciado e suas transformações ao longo do processo de crescimento e consolidação da favela Vila Parque da Cidade, tanto nos espaços livres quanto nos espaços construídos, a saber: análise da formação do lugar, a partir da interação entre cultura e espaço; os diversos usos ocorridos nos espaços construídos e nos espaços livres e a qualificação desses espaços enquanto domínios públicos ou privados; os mecanismos de identificação e distinção desses domínios e, por fim, a apropriação dos espaços livres situados externamente aos limites definidos para a favela.

## capítulo 4

### 4.1 Favela e Identidade

Conforme as palavras de Berenstein (2002:51):

*“As favelas têm uma identidade espacial própria (mesmo sendo diferentes entre si) e ao mesmo tempo fazem parte da cidade como um todo, da sua paisagem urbana”.*

De fato, o universo da favela difere-se, conforme as palavras da Berenstein (2002) do restante da cidade, apresentando uma dinâmica própria, não construída por pessoas especializadas, conforme observamos, em grande parte, na cidade formal. Ainda assim, compõem a paisagem urbana, desde seu princípio, com suas primeiras formas de ocupação, seus primeiros 'barracos' e prossegue em constante crescimento. A imagem que se tem da favela Vila Parque da Cidade, nosso objeto de estudo, observada pela Estrada da Gávea, é retratada através da imagem 35.

Processo de crescimento infundável diante do fato de não ser possuidor de um projeto, com definições precisas e objetivas. As transformações nas favelas ocorrem mediante possibilidades, necessidades, disponibilidade de materiais e mão de obra, normalmente encontrada entre amigos moradores da própria comunidade. Uns trabalham em prol das construções dos outros que, por fim, retribuem o trabalho não apenas na comemoração do ofício encerrado, mas também no exercício das demais construções.

Uma troca constante, uma relação de parceria entre os formadores dessas grandes comunidades. Tais transformações realizam-se em pequena escala, nas próprias habitações e em grande escala, na própria malha urbana do assentamento irregular, conforme veremos em análise, mais adiante.

A construção é, enfim, *cotidiana, continuamente inacabada*, confirmando as palavras de Tuan (1980b) quando diz que *construir e reformar são duas constantes na vida do homem*.



36 e 37. Residências  
inacabadas.  
Fonte: Eliene Tozetto,  
2000.

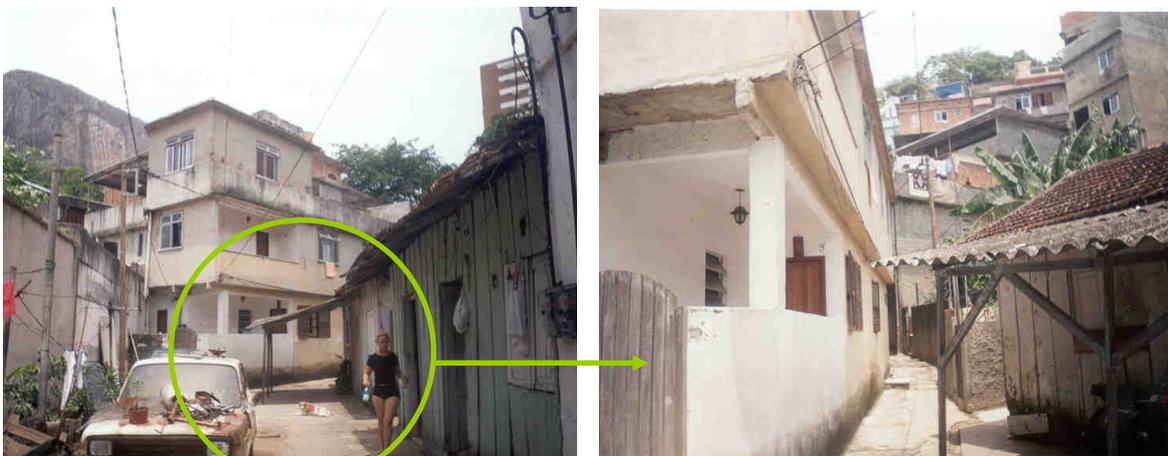
Nossas análises ao longo desse processo de pesquisa tiveram como base o resultado obtido pela aplicação de vários instrumentos. Entre eles, as entrevistas, que foram aplicadas à população local. Entre os entrevistados, 57,5% eram mulheres e 42,5% eram homens. A grande maioria do número total, 70 %, têm mais de quarenta anos, sendo 32,5 % acima de cinquenta anos de idade. Apenas 7,5% a colaborar com a pesquisa eram jovens de até vinte anos de idade.

Outro dado importante quanto ao perfil dos entrevistados é quanto à origem do morador, em que obtivemos respostas bastante diversificadas. A grande maioria, 75 %, são moradores oriundos do próprio estado do Rio de Janeiro, sendo 10 % de origem da Favela da Rocinha, situada ao lado da Favela Parque da Cidade e 15 % nascidos nessa última. De outros estados brasileiros, foram encontrados 7,5 % de moradores vindos da Bahia e o mesmo índice de moradores vindos de Minas Gerais. O estado do Espírito Santo é a cidade natal de 5 % da população e apenas 2,5 % são moradores oriundos de São Paulo e, o mesmo número, para oriundos do Ceará.

Os moradores que estão residindo na comunidade há mais de vinte anos são maioria, 57,5 %, sendo 10 % o número de moradores na favela há mais de cinquenta anos. Entre os demais, encontramos 22,5 % residindo nessa favela entre cinco e vinte anos e 20 % residindo há menos de cinco anos.

As habitações, como as investigadas na Favela Parque da Cidade, começam como abrigos, geralmente construídos em materiais precários e frágeis, conforme estudado por Duarte (1993a) e ganham, aos poucos, materiais mais resistentes, alvenaria. A comunidade, que teve seu surgimento nos anos 30, conforme histórico descrito no capítulo 3, teve a maioria de suas casas (ou barracos, conforme chamado pelos moradores) modificadas, já que, como vimos acima, a maioria dos habitantes reside na favela há mais de vinte anos. O que antes eram construções em madeira transformou-se em alvenaria há cerca de trinta anos atrás, conforme pudemos constatar através dos relatos de alguns dos moradores mais antigos no local, que vivenciaram essas transformações. Eles contam como, nesse período, puderam modificar, lentamente, as condições de suas habitações.

As imagens 38, 39, 40 e 41 mostram as últimas residências ainda em madeira registradas no ano de 2000 e as novas construções, registradas em 2005, executadas em alvenaria, em substituição às primeiras.



38 e 39 Últimas residências construídas em madeira.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000.

As intenções do morador iniciam-se em construir um abrigo, ou melhor, construir um 'interior para se entrar', um 'limite entre exterior e interior' (Berenstein, 2002). O abrigo inicia-se na idéia de espaço pessoal, o princípio gerador do território. O espaço pessoal é definido por Hall (1990) como o primeiro limite imposto pelos indivíduos entre si próprio e seus semelhantes, o que faz-nos compreender o abrigo, primeiramente, como a vestimenta ou o 'primeiro invólucro' (Duarte, 2002), depois a moradia e assim por diante.

Em comunidades de baixa renda, como no caso estudado, a forma final será sempre o próprio processo construtivo, já que se trata de uma construção sem projeto pré-definido, um processo constante e crescente, atemporal, sem perspectiva de um fim. Por sua indefinição, pela falta de planejamento urbano e arquitetônico, planejamentos elaborados e executados por técnicos da construção civil, cada residência com seu lote é completa e inevitavelmente diferente do outro.

Alguns moradores (a informação apareceu em cerca de 3,5% das entrevistas) contaram, ao longo das entrevistas, que iniciaram, há mais de vinte anos suas obras e não sabem quando vão terminar. Esse trabalho de reforma nas casas é um processo que, uma vez iniciado, segue por longos anos a fio, sem uma previsão de término, uma perspectiva da conclusão da casa enquanto arquitetura. Não há um projeto. As necessidades de transformação vão surgindo e são sanadas de acordo com as possibilidades.



40 e 41 Residências já em alvenaria- mesmo foco das imagens 38 e 39.

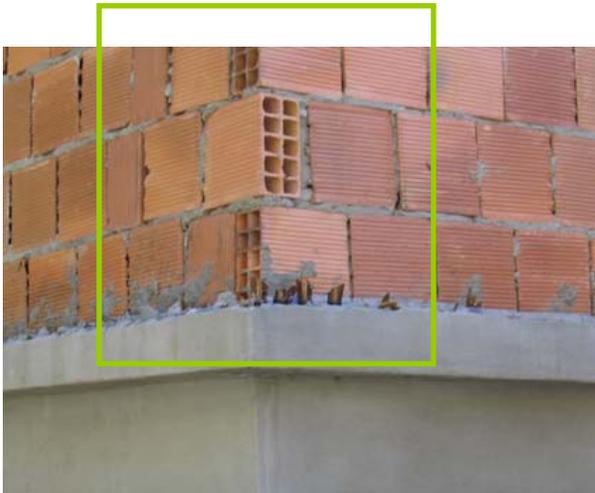
Fonte: Eliene Tozetto, 2006.

Um dos exemplos que podemos citar é o relato do Sr. M.C.:

*“Aqui na frente era casa (...). Aí eu fiz esse ‘comercinho’, ‘quebra-galho’. Fui fazendo mesmo, a família foi crescendo. Esse tempo ‘tadinho’ que eu estou aqui não tive tempo de terminar. Ninguém nunca termina”.*

## 4.2 O Crescimento da Comunidade

Do mesmo modo em que inexistente um planejamento quanto à construção, reforma ou ampliação das residências na favela, vide o caso da Vila Parque da Cidade, não há qualquer planejamento urbano quanto à própria ocupação da favela em si. A formação das vias de acesso e circulação, os afastamentos entre as residências e todos os elementos tipológicos foram gerados orgânica e espontaneamente.



42. Detalhe de Edificação Inacabada.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2004.

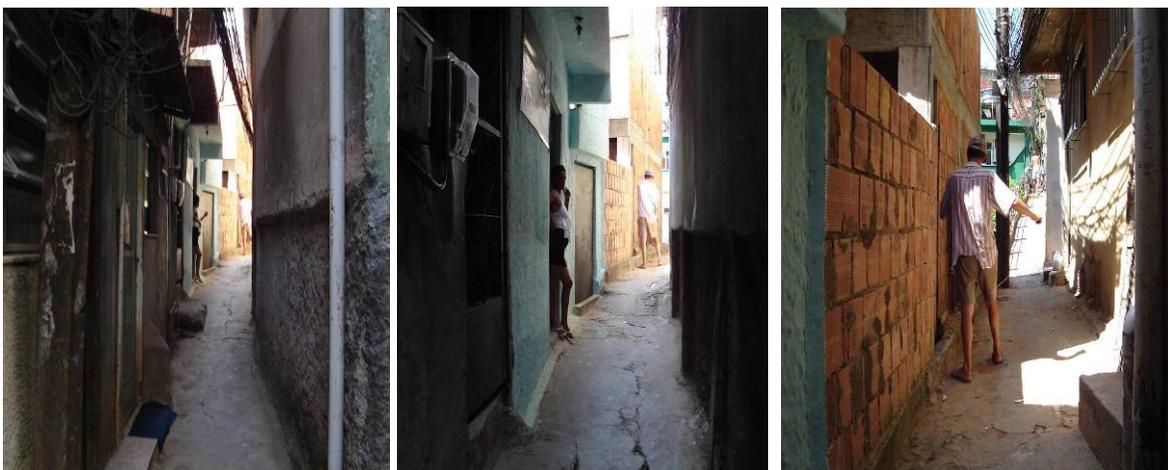
Por longos anos, a ocupação das encostas, em nosso caso, provocou a devastação gradativa da mata, restando, hoje, pouca vegetação, em meio ao aglomerado de construções. O crescimento vertiginoso da Vila Parque da Cidade, sufocando e extinguindo parte da mata Atlântica da Serra da Carioca, através de suas construções surgidas lado a lado e, posteriormente, preenchidas por novas construções em cada pequeno vão entreaberto, remete-nos à origem do termo favela, assim vulgarmente chamada uma espécie vegetal, que surge e cresce em meio aos paralelepípedos, muros e qualquer pequeno espaço livre para sua proliferação.

Gerado por essa inconseqüente proliferação de moradias, o traçado urbano, quase sempre planejado nos bairros da cidade formal, é realizado de forma diversa na favela. Lá, os caminhos são definidos pelos percursos e, portanto, resultante das próprias idas e vindas dos moradores.

O traçado é irregular, impreciso e inacabado. É um labirinto, não como os planejados. É mais complexo. São percursos em constantes transformações, compõem uma malha urbana labiríntica, de conexões inesperadas, imprevisíveis.

A favela Vila Parque é exatamente assim. Até que conheçamos seu traçado e nos familiarizemos com o mesmo, sua leitura faz-se de forma muito confusa, mesmo para arquitetos e urbanistas. São pequenos becos que desembocam em outros becos, e outros que, apesar da impressão inversa, não têm saída. Um jogo labiríntico que se faz compreender, ainda assim com alguma dificuldade, quando estamos munidos de um mapa urbano.

Assim, os cheios e vazios, as conexões e demais aspectos urbanos são melhor assimilados quando percorridos, vivenciados, experienciados. Isso porque, como vimos no primeiro capítulo, experiência é sabedoria prática adquirida através de percepções e vivências do indivíduo, sentidos ou contato com situações reais que facilitam e potencializam as aprendizagens do sujeito. Vivências, por sua vez, como o conjunto de sentimentos, afetos, entre outros, que o indivíduo experimenta e acumula ao longo da vida em sua memória.



43, 44 e 45 Percurso da Favela.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2006.

Apesar de haver acompanhado todo o processo de implantação de um programa de Urbanização local, e, dessa forma, conhecer de modo abrangente todas as vias e becos da favela, com seus problemas e características marcantes, após um ano de afastamento do local, há uma grande dificuldade em, no princípio dos estudos, percorrer a comunidade sem um auxílio gráfico. Um ano sem freqüentar a comunidade foi o período suficiente para reviver um roll de sensações passadas nos primeiros momentos de contato com a mesma, alguns anos antes. Os mistérios e surpresas desse imenso labirinto apresentaram-se novamente, sendo substituídos por uma percepção espacial clara do local após a retomada das visitas de forma assídua, nesse momento, por motivo de estudos.

Como vimos no capítulo 2, quando falamos sobre o labirinto, essa sensação que temos na Favela, especialmente na Vila Parque da Cidade, provocada por suas estreitas vias com suas habitações amontoadas, em alta densidade, nos leva, em um primeiro momento, a classificá-lo como apinhado. No entanto, não podemos qualificar o espaço desse modo, pois se trata de um 'estado psicológico' (Pinheiro & Elali, 1998), um "pré-conceito", uma sensação. Uma visão da pesquisadora em relação ao espaço apresentado da favela e não uma percepção dos moradores locais, que, não só experienciam o espaço em seu cotidiano, como também participaram ativamente da construção do mesmo, num processo árduo que atravessou décadas.



46, 47 e 48 Percurso da Favela (continuação foto 45).  
Fonte: Eliene Tozetto, 2006.

Desse modo, as experiências devem ser levadas em conta no momento de classificação dos espaços, pois as mesmas provocam leituras tão singulares quanto as impressões vividas. Os moradores da favela sentem-se, portanto, em seus espaços labirínticos, apenas como pertencentes a uma rede lógica de distribuição de vias de acesso e circulação, pela qual atravessam cotidianamente como em uma coreografia, que faz todo o sentido lógico para quem nela está inserido, em um vai e vem constante, não tão misterioso e incompreensível quanto parece aos olhos de um estrangeiro ao lugar. De um modo geral, podemos dizer que a configuração espacial da favela Vila Parque da Cidade é, portanto, uma rede flexível de vias e becos, muito pouco planos, que, devido à estreiteza provoca uma grande proximidade física. Devido à sua topografia acidentada, os acessos e circulações dão-se por meio de escadarias quase infundáveis, tão extensas quando o alcance de nossas vistas. Degraus construídos tão altos, de forma que se possa atingir os níveis das soleiras, que há uma grande dificuldade de locomoção dos moradores e, eventualmente, dificuldade de transportar suas mudanças e compras para dentro da comunidade.

Essa formação de vias tortuosas e labirínticas da Vila Parque da Cidade, teve seu princípio na década de 30, com o surgimento de 'barracos' precários, com ocupação iniciada por trabalhadores do Jôquei Clube e do Parque da Cidade, respectivamente exemplificados aqui pelos Srs. M.A.M. e V.S.A., em busca de seus espaços próprios, em uma área próxima aos seus trabalhos, economizando assim tempo e dinheiro. Posteriormente a ocupação ganhou força através da imigração.

Segundo um de nossos informantes locais, o Sr. M.A., morador da Alameda Jardim, nos contou sobre o período em que morava no próprio trabalho, ao longo de seis anos, no Jôquei Clube, e o momento em que soube da, até então, recente ocupação na encosta do Parque da Cidade e, imediatamente, integrou o grupo recém chegado à comunidade.

Sua residência, como as primeiras instaladas na Vila Parque da Cidade, é tão colada ao Parque homônimo que, apesar da alta densidade de casas construídas ao seu redor, o cheiro de terra

molhada em dias de chuva, proveniente do Parque, é tão intenso que impressiona. A sensação que se tem é a de que estamos entrando em uma moradia localizada em uma região mais afastada da agitação urbana.

O mesmo acontece quando conhecemos a casa de seu vizinho, mais um informante local, o Sr. V.S.A., uma residência cercada por plantas, resultado de muitos anos de vida na Comunidade, conforme seu relato:

*“Morei dentro do Parque durante quinze anos, meu pai era funcionário público. (...) E eu estou na comunidade há trinta anos. Ao todo eu estou aqui há mais de quarenta anos. (...) A gente morava numa casa para os trabalhadores do Parque. Ai a casa foi tombada e a gente veio pra comunidade. Meu irmão já morava na comunidade, e a gente conseguiu a nossa (casa). A gente mora aqui desde o princípio da comunidade. Quando a gente veio morar aqui eram no máximo trinta casas”.*

Segundo levantamento histórico confirmado pelo relato de três moradores entrevistados, dos mais antigos habitantes da comunidade, que participaram do processo de ocupação há mais de 40 anos, o espaço começou a ser preenchido próximo ao Parque da Cidade, nos pontos mais altos da encosta, onde casas de tapume eram erguidas em meio à mata nativa, escondidas propositalmente, para não serem removidas do local. Estreitas vias determinadas pelos percursos eram limitadas pelos, até então, barracos precários.



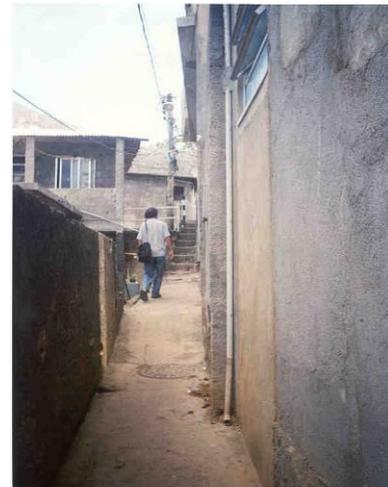
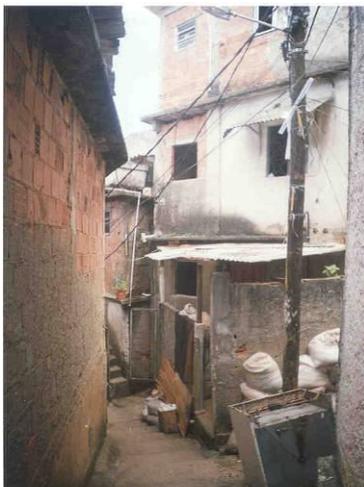
49, 50 e 51. Becos e Travessas.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000.

O processo foi assim descrito pela moradora Sra. E.P.S.:

*“(...) Não tinha quase ninguém. A comunidade começou a ocupação lá no Parque da Cidade, com o pessoal que trabalhava lá no Parque, com o pessoal que tomava conta. Aí, como essas pessoas trabalhavam no Parque, a família tinha direito de morar aqui. (...) e começou a favela. Minha mãe morava lá em cima, bem escondida, no meio do mato. Aí vinha uma família, construía seu ‘barraquinho’, aí vinha chegando outra, vinha gente da Paraíba, vinham os imigrantes. Aí vieram descendo, as casas, até a Francisco Mega”.*

Os imigrantes, no momento em que chegam à cidade grande, passam por uma ‘fronteira entre dois universos temporais diferentes’ (Duarte, 1993a), percebem um espaço urbano bastante diferente de sua terra natal. Segundo Duarte (1993a), o novo espaço é ‘fragmentado’, parte-se em quarteirões, avenidas e ruas e o novo morador encontra uma dificuldade de leitura e memorização desses fragmentos, devendo ele, modificar seus pontos de vista para a compreensão de seu novo espaço. Com isso, o imigrante sente-se inseguro quanto à imigração, ganhando forças especialmente pela presença da família em seu novo lugar de moradia. Ainda segundo Duarte (1993), sua mudança transforma o imigrante em ‘pólo de atração’ para seus familiares que ficaram em sua terra natal.

Retomando os relatos da moradora da Vila Parque da Cidade, os ‘barracos’ em que viviam esses primeiros habitantes da favela, eram construídos precariamente em pedaços de madeira e tapume, cobertos com lona para proteger contra a chuva. Os ratos eram visita tão constante quanto a ocorrência de inundações. Os habitantes, nessa época, eram obrigados a viver escondidos em meio



52, 53 e 54. Becos e Travessas.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000.

à mata para não serem vistos ocupando irregularmente aquela área de preservação ambiental. Por esse motivo, o que havia, além de habitação precária, eram os percursos, que, desmatados, começavam a formar as vias de acesso e circulação entre as moradias e a mata que, densa, preenchia todos os demais espaços. O espaço usado para o lazer, desde o princípio da ocupação local era o Parque da Cidade.

A expansão e ramificação do sistema viário local, ainda enquanto percursos apenas desmatados aconteceram junto ao aumento de moradias, de forma gradativa, do alto da comunidade em direção à Estrada da Gávea. A Avenida Tenente Francisco Mega, que corta a comunidade a partir de um dos pontos mais baixos, o acesso principal, formando uma espécie de eixo viário, ao contrário do que possa ser imaginado, não foi um dos primeiros trajetos a existir. A Avenida Parque da Cidade, que conecta a Avenida Tenente Francisco Mega ao topo da Comunidade, foi, esta sim, uma das primeiras grandes vias a surgir devido à abertura dos espaços percorridos em meio à mata. As imagens 55, 56 e 57 revelam três imagens dos percursos definidos pela Av. Parque da Cidade.

### 4.3 As habitações e o risco de remoção

Os abrigos, como em todo o assentamento irregular ocupado pouco a pouco, atravessam diversas fases evolutivas até sua consolidação, enquanto habitação permanente. Essas fases, descritas por Duarte (1993a e b) e contempladas nessa dissertação, no primeiro capítulo, são aqui retomadas



55, 56 e 57 Percursos da Avenida Parque da Cidade.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000 e 2005 (4.22).

para a compreensão e identificação das etapas atravessadas e do estágio em que se encontram os espaços construídos da favela Vila Parque da Cidade. Nessa favela, nos primórdios do processo de ocupação, havia o risco iminente de remoção dos abrigos instalados no local, caso fossem encontrados, pelos oficiais do governo, em meio à destruição da mata. Por esse motivo, a habitação ainda encontrava-se em uma primeira fase de ocupação, com seus territórios aparentemente definidos em seus limites. Apesar de precárias, as condições do habitat<sup>24</sup> são provisórias, transitórias e representam territórios primários, espaços existenciais: lugares, considerados por Tuan (1980a), conforme vimos em capítulos anteriores, como espaços dotados de identidade, definição e significado, e, devido à transitoriedade, o estado precário<sup>25</sup> é mais facilmente vivido.

Duarte (1993a) relaciona, em sua pesquisa, diversos fatores de precariedade. Entre eles, a falta de instalações sanitárias enquanto fator material, as expressões pejorativas sobre a origem dos habitantes, usadas sobretudo em relação aos imigrantes, enquanto fator social e a imagem das grandes cidades como algo diferente das idealizações, confrontando o que era visto e a realidade enquanto fator psicológico. Não encontramos, ao longo desse período de pesquisas na Vila Parque



58 e 59 Padaria na Avenida Tenente Francisco Mega em dois momentos.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000 e 2005.

da Cidade, nenhuma residência que apresentasse ainda condições de precariedade, conforme as

<sup>24</sup> O termo 'habitat' é empregado como "desenho do espaço construído para o homem, são as habitações e os espaços públicos" (Duarte, 1993). Na favela Vila Parque da Cidade, devido à inexistência de espaços chamados públicos, consideraremos habitat como os espaços construídos e os espaços livres.

<sup>25</sup> Precariedade é uma condição extrema de 'privação material, social e psicológica' (Duarte, 1993) ou, para Rossel (1989), uma relação de 'vulnerabilidade, provisoriade'.

descritas acima, fase superada pelo crescimento, desenvolvimento e conseqüente processo de consolidação da comunidade, conforme veremos adiante.

Durante o princípio de ocupação da comunidade estudada, as moradias ainda encontravam-se nas primeiras fases de modificação (Duarte, 1993)<sup>26</sup>. Em um período que varia entre alguns meses e muitos anos, o abrigo resultante da apropriação dos respectivos espaços, eram formados por apenas um cômodo, onde todas as funções da casas eram realizadas.

No princípio, em ocupação clandestina, as vias não eram, obviamente, dotadas de infra-estrutura urbana, o que era refletido na habitação. Um dos primeiros elementos construídos pelo habitante é o muro: delimitação física de seus espaços, seja ele em que material for. Mais que um elemento material, é um elemento simbólico, carregado de significados.

As mudanças de materiais construtivos começam a ocorrer em uma fase denominada por Duarte (1993) por “Célula”. Ainda assim, as habitações ainda têm suas funções concentradas em um



60 e 61 Edificação Mista na Avenida Tenente Francisco Mega em dois momentos.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000 e 2005.

<sup>26</sup> Em seu artigo *Dinâmica do Processo Espacial de uma Habitação em Favela*, apresentada no colóquio França-Brasil, Rio de Janeiro, outubro de 1993.

cômodo e são vistas como transitórias. Além disso, os investimentos feitos eram em bens que pudessem, em caso de remoção, carregar consigo, como móveis e equipamentos elétricos e eletrônicos. Para eles, o investimento na transformação da estrutura física das habitações, poderia ser perdido, em caso de remoção.

Os grandes investimentos em infra-estrutura das edificações, apenas ocorre quando o morador percebe que saiu dessa fase transitória, que a possibilidade de remoção perde sua força a cada dia. Os espaços criados precariamente que, até então, abrigavam duas ou mais funções ou usos dentro de si, começam a ser materializados de forma mais resistente e permanente, além de, gradativamente, subdivididos em cômodos específicos para os diversos usos. Na Vila Parque da Cidade o processo de transformação iniciou-se há mais de trinta anos, mas ganhou força há pouco mais de vinte anos, quando a maioria dos proprietários encontrou a possibilidade para iniciar a empreitada.

Em resumo, conforme pudemos perceber na favela Vila Parque da Cidade, dentro do processo de apropriação dos espaços, que viriam a ser, posteriormente, suas residências, surge um sentimento de 'patrimônio' pelos habitantes sobre as mesmas, sob o ponto de vista afetivo e subjetivo (Duarte, 1993). Tal processo de apropriação do espaço é chamado por Moles e Rohmer (1978), de *ancrage*, traduzido como ancoragem, ou melhor o processo de enraizamento do indivíduo em todo sistema social, conforme descrito mais detalhadamente no segundo capítulo.



62 e 63 Residência na Avenida Parque da Cidade em dois momentos.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000 e 2005.

Ainda no segundo capítulo vimos que esse é o início do processo de apropriação do espaço e formação do território que observamos, ao longo das pesquisas, tendo início em suas habitações, e estendendo-se aos espaços de uso comunitário, como chamamos os espaços públicos das favelas ou bairros populares, que complementam e se articulam com o ato de morar, sendo vias, travessas, ruas, entre outros (Brasileiro, 2000), como veremos adiante.

É mesmo um sentimento de segurança da propriedade, o fim de uma fase de provisoriedade e início de uma apropriação simbólica. Segundo Duarte (1993), isso ocorre sob alguns condicionantes, entre eles, a ocorrência de discursos políticos em garantia das propriedades das habitações, mesmo em favelas e a própria percepção dos habitantes para o fato não ter havido, apesar da passagem do tempo, qualquer tentativa de remoção.

De fato, os moradores que ali, na Vila Parque, vivem há mais de vinte anos, ganharam, nesse tempo passado, o título de posse chamado “Cada Família um Lote” do Governo do Estado do Rio de Janeiro, na época liderado pelo Governador Leonel Brizola<sup>27</sup>. Um de nossos entrevistados, o Sr. V.S.A., contou que, na época, os moradores pagaram um carnê de propriedade. Agora, os moradores vivem, apesar dessa legitimação da propriedade, uma insegurança: a prefeitura dessa cidade reconhece a propriedade dos imóveis construídos, mas não dos terrenos em que estão implantados. Por esse motivo, os moradores locais não pagam ainda o IPTU (Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana). Mesmo os moradores sendo proprietários das construções, a legalização dos lotes em que estas estão inseridas irão colaborar para a preservação dos espaços na favela, de forma que, enquanto proprietários legais do espaço, os moradores passarão a conservar o local e ajudar a prevenir contra futuras invasões. A habitação passa a ser, para o proprietário, um patrimônio a ser preservado. Segundo dois moradores entrevistados ao longo das pesquisas, mas não comprovado por falta de documentação oficial, ao longo do mesmo governo que promoveu o Programa “Cada Família Um Lote”, havia um cadastramento na secretaria chamado SRF (Serviço de Recuperação da Favela) para os moradores que optassem pela reforma de suas

---

<sup>27</sup> Seu Governo iniciou-se no ano de 1982.

habitações. Assim, o morador deveria tirar uma 'licença', segundo a qual as reformas deveriam ser feitas a partir do reaproveitamento dos mesmos materiais já empregados anteriormente. Não poderia ser empregado nenhum material nobre nas novas edificações, o que limitava demasiadamente o morador. Mesmo com a existência dessa licença, os moradores, vieram, ao longo dos anos que seguiram, fazendo suas modificações aos poucos e conquistaram sua permanência na comunidade. O medo da remoção já não mais existia e o investimento material em suas moradias surgiu juntamente com o crescimento das vias de acesso e o aumento do número de residências. As construções e modificações acontecem, dentro da favela, quase que simultaneamente e representam uma das práticas de apropriação do espaço físico, refletindo no espaço social. As imagens 58, 59, 60, 61, 62 e 63, são apenas alguns exemplos de como, nos últimos cinco anos, as construções da favela Vila Parque da Cidade receberam melhorias quanto aos materiais de acabamento, além de elementos decorativos, como portões, conforme veremos um pouco mais adiante.

Hoje, a Vila Parque da Cidade passa por uma fase denominada por Duarte (1993) como "Estabilidade e Reprodução da Célula", tendo já ultrapassado a fase de "Consolidação". Nessa fase precedente, a habitação tem sua função de 'receber' especialmente separada por paredes e os moradores da comunidade passam a se reunir em torno de comissões ou organizações comunitárias em prol das melhorias para seu bairro. Os filhos que constituem novas famílias passam a ocupar espaços destinados para o novo casal, que, nesse momento, podem passar por uma fase de precariedade dentro do cômodo, admitida enquanto uma fase transitória.



64 e 65. Residências em acabamento cerâmico.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2004.

Tal fato pode ser exemplificado, como um dos muitos casos levantados, pelo relato do mais idoso e também mais antigo morador local entrevistado, o Sr.B.S., com seus 75 anos, sendo 63 vividos nessa comunidade, que relatou ter passado por toda essa fase de consolidação na favela mas, logo que se casou, passou novamente por esse estado transitório de precariedade, conforme suas palavras: “Ainda durante um certo tempo tinha que morar num ‘barraquinho’ onde aqui (mostrando sua sala) era quarto, sala, cozinha, banheiro, tudo num cômodo só, eu e a mulher”.

A fase de “reprodução da célula” retrata a imagem vivida hoje pela Vila Parque da Cidade, que na década de trinta possuía cerca de quarenta residências<sup>28</sup> e hoje são contabilizadas cerca de setecentas e quarenta moradias. A residência, ampliada e consolidada, abriga uma nova célula, um novo espaço de acesso independente, usado para diversos fins, seja enquanto espaço residencial para a moradia das novas famílias constituídas por seus filhos ou para a moradia de outras famílias a pagarem-lhe aluguel, iniciando o processo de geração de renda dentro da própria edificação. A expansão das edificações ainda propicia o abrigo de espaços para uso comercial, outra forma de aproveitar os próprios espaços da edificação para a geração de renda.

Além dos acessos criados com o intuito de dar independência a cada unidade de célula gerada, as interferências sobre a residência, antes quanto às suas divisões internas, passam a ser também externas, podendo ser observadas das vias de acesso e circulação por onde passamos. É o momento em que as transformações residenciais atingem as fachadas, com suas novas cores, revestimentos e elementos arquitetônicos, como podemos observar nas imagens 64 e 65. As cores e os demais revestimentos são aplicados, nesse momento, com o intuito de individualizar a sua residência (Duarte, 1993), dar identidade, destacar o seu lugar.

Como descrito no capítulo 2, com base nos textos de estudiosos, a residência é um dos lugares de maior significado, o nosso próprio lar. Como todo lugar, vimos que o lar tem uma identidade particular, um *genius loci* (Schulz, 1998), como na cultura oriental é como o *hideograma* ‘ma’, a “delicada visão da luz da lua que se filtra através do interstício de uma porta” (Günter, 1969).

---

<sup>28</sup> Segundo informações extra oficiais dos moradores da favela mais antigas ao responderem à entrevista.

Após a transformação das fachadas com seus novos materiais de revestimento e de acabamento, em assimilação a uma cultura urbana, as transformações do espaço já apropriado dá lugar à apropriação de novos espaços, o que acontece atualmente na Vila Parque da Cidade. Os proprietários estendem o domínio de seus territórios para cima dos espaços de uso comunitário, domínio público e não regulamentado, espaço que antes era 'de todos'. Não há limites legais entre as residências e as áreas de uso comunitário. São os casos em que as modificações colaboram para a mudança de usos do espaço de uso comunitário. Ao longo desse processo de consolidação da comunidade e suas habitações, os imigrantes, participantes dessa transformação da sociedade, trazem consigo uma série de elementos representativos de sua cultura, carregados de significações, mas adaptam-se aos novos ambientes, ao meio urbano, até então desconhecido. A arquitetura e os novos modos de vida descobertos na cidade viram referenciais. Passam a apresentar características dentro de uma mesma linguagem arquitetônica. Mesmo assim, não perdem completamente sua identidade trazida de longe. Vêem seus símbolos e referenciais, trazidos de sua terra natal, transformando-se junto ao espaço em que estão agora inseridos, demonstrando uma 'sensível evolução dos tempos' (Duarte, 1993).

Como exemplo, as simples construções de apenas um pavimento, cobertas por telhas de barro são substituídas por grandes lajes feitas in loco pelos moradores locais para sustentar pavimentos superiores, reproduzindo, em menor escala, a imagem urbana almejada por eles.

#### **4.4 Expansão Horizontal x Expansão Vertical**

Verificamos, em nossa pesquisa, que a primeira forma de expansão residencial no processo de crescimento da comunidade é dada horizontalmente, ocupando os espaços disponíveis ao redor de suas moradias, apropriando-se dos mesmos, gerando uma infinidade de lugares. Por meio de entrevistas e fotografias tiradas em diversas datas, verificamos que a expansão horizontal na Vila Parque da Cidade rapidamente atingiu um nível em que as moradias já não encontram espaços livres entre elas próprias para crescerem, conforme já verificamos no mapa de figura e fundo apresentado no capítulo 3, que denota a alta densidade encontrada dentro dos seus limites. Os

estreitos corredores pintados no mapa, entre as edificações, são os becos de acesso às novas células criadas nos “fundos” das moradias geradoras das mesmas, de acesso pelas Travessas ou Avenidas, ou seja, exceto o campo de futebol existente na Avenida Parque da Cidade e a área disponível em frente à Creche Comunitária, conforme veremos mais adiante, todos os outros espaços livres encontrados na comunidade existem apenas por serem acessos às moradias locais. Os demais espaços livres que não atendiam a essa função já foram apropriados pelos moradores.

Uma imagem associada por nós à falta de espaciosidade. O termo, segundo Tuan (1980b), conforme visto na fundamentação teórica, é associado sensação de liberdade, e como tal, aplica-se mediante interpretação individual do ambiente, influenciado pela cultura e pela experiência. Um estado inverso ao denominado ‘apinhamento’, um estado psicológico influenciado também pela cultura e experiência, tão subjetivo quanto o primeiro. Respeitando a individualidade das culturas, despidendo-nos de preconceitos, qualificamos, então, nosso objeto de estudo segundo dados objetivos. Dessa forma, a favela Vila Parque da Cidade não será considerada por nós, apinhada ou espaçosa, apenas uma comunidade com alta densidade, ou melhor, alto número de habitantes por unidade de espaço. São 6 metros quadrados por habitante, ou talvez, para compreendermos melhor o índice de adensamento, são 67,85% do espaço total da comunidade em construções, restando



66 e 67 Residências com cinco e seis pavimentos.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2004.

apenas 32,14% de espaço livre, incluindo vias de acesso e circulação<sup>29</sup>.

A prefeitura da cidade delimitou a área ocupada até então pela comunidade como Área de Especial Interesse Social, promovendo o não reconhecimento de qualquer casa posteriormente localizada em qualquer espaço externo a essa limitação. A área definida pelos limites das casas já existentes é marcada com destaque nos mapas representados nesse trabalho. Com isso, a prefeitura da cidade procurou prevenir novas invasões sobre a área de entorno ocupada pela Mata Atlântica através do desmatamento, promovendo um controle social sobre a área, impedindo novas invasões sobre a mata do entorno, ainda nativa, e uma expansão incontrolável da favela. A Secretaria Municipal responsável pelas Áreas de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana determinou enquanto APA (Área de Proteção Ambiental) toda a área verde de entorno da comunidade. Os moradores foram alertados em reuniões comunitárias quanto aos limites horizontais da favela para que, eles próprios, pudessem fazer o controle social de expansão da comunidade. No caso da Favela Parque da Cidade, pudemos constatar ao longo das pesquisas, que os moradores conhecem uns aos outros devido ao pequeno número de residências e, portanto, não há, para os que ali vivem, dificuldades em perceber quando há o surgimento de novas moradias além das já existentes.



Área prevista para expansão.

68. Favela Parque da Cidade com previsão para expansão.  
Fonte: Jornal O Globo, 2006  
Foto: André Teixeira,  
arte de Walter Moreira

<sup>29</sup> Estes números são, no entanto, relativizados sem que se leve em conta os índices de adensamento toleráveis para uma cidade formal, pois estaremos tratando da percepção de seus moradores. Trataremos portanto de fatores subjetivos, como a sensação pessoal de estar ou não estar dentro de uma área adensada.

Com as residências coladas lado a lado, envolvidas pelo limite demarcado para a AEIS, nos últimos vinte anos, os moradores encontraram, para suas residências, apenas possibilidades verticais de crescimento. Segundo os resultados obtidos através das entrevistas realizadas, apenas as residências de dois moradores, ou seja, 0,4% das moradias locais, não tiveram sua casa verticalmente expandida, mantendo apenas um pavimento como em sua forma original. As mudanças foram apenas estruturais e em função dos materiais de acabamento. Dessa forma constatamos acontecer nas moradias, nos últimos anos na Vila Parque da Cidade, a partir do resultado obtido em 96% das entrevistas realizadas, o fenômeno da reprodução da célula (Duarte, 1993b), por objetivos comerciais ou de crescimento da família, conforme veremos mais adiante. A verticalidade encontrada atualmente na favela pode ser observada através dos exemplos registrados nas imagens 66 e 67.

Mesmo em fase posterior à consolidação, a favela Vila Parque da Cidade foi alvo, nos últimos meses do ano de 2005, juntamente a outras favelas dessa cidade, de inúmeras discussões quanto ao processo de favelização e propostas para remoção de seus moradores para outras áreas da cidade. A discussão foi levada aos Jornais e Tele-jornais e, posteriormente, comentada pelo atual prefeito da cidade, o Sr. César Maia, que declarou não ter qualquer intenção em remoção das moradias das referidas favelas. No princípio do ano de 2006 as discussões prolongaram-se e estudiosos previram<sup>30</sup>, conforme na imagem 68, possibilidades de expansão de diversas favelas, incluindo a Favela Vila Parque da Cidade. Para eles, a comunidade apresenta ainda a possibilidade de expansão horizontal para o alto da encosta onde a favela está assentada, permeando a mata ainda nativa, provocando novos desmatamentos. Os moradores da comunidade comentam o assunto com adversidade. Três dos moradores entrevistados acreditam na possibilidade de expansão, por, segundo declaração dos mesmos, não terem “poderes” de impedimento e não ser realizada uma fiscalização rigorosa por parte da Prefeitura da cidade, o que demonstrou, durante a pesquisa, que os moradores reconhecem os limites legais da comunidade e a ilegalidade de novas invasões em

---

<sup>30</sup> Em reportagem “Sem Controle, Favelas Aceleram Expansão”, extraída do Jornal O Globo Zona Sul em 02 de fevereiro de 2006.



69. Entrada Principal da Comunidade-  
Parada de ônibus.

Fonte: Eliene Tozetto, 2005.

áreas externas a esses limites. Para o presidente da Associação de Moradores, em entrevista realizada ao Jornal O Globo, na referida publicação, a favela não está em expansão horizontal.

A expansão vertical, por sua vez, realizada na comunidade mais significativamente nos últimos 20 anos, conforme relatado por 57,5% dos moradores entrevistados, provocou a ocorrência de um número atualmente significativo quanto à incidência de residências sendo alugadas dentro da comunidade, 3,6% da população entrevistada. Hoje, em grande número, moradores da comunidade têm, não somente imóveis construídos nas suas lajes, usados para o aluguel, como outros imóveis espalhados por outras áreas da comunidade, também destinados a geração de renda. O morador Sr. V.S.A., após haver levantado dados por si próprio, constatou a existência de mais de duzentas residências alugadas na comunidade pelos próprios moradores locais.

Esse aluguel funciona segundo uma atribuição de valores quanto ao imóvel, o que provoca uma “hierarquia de espaços dentro da mesma área” (Duarte, 1993a), como o que ocorre usualmente na cidade formal. Os valores aplicados à residência determinam seu custo para o aluguel ou compra e podem ser tanto conforme a construção em si, quanto em relação a sua localização dentro da comunidade.

Podemos exemplificar o fato através do relato da Sra. F.B.O., em entrevista realizada, quanto à sua opção em mudar-se para uma residência na Avenida Tenente Francisco Mega, devido à proximidade da nova casa à entrada principal da comunidade, apesar de, por esse motivo,

apresentar um preço mais alto em relação a sua residência anterior, situada mais ao alto da comunidade.

Isso aconteceu por que, com a expansão e consolidação da comunidade e o fim do medo latente de remoção, a comunidade abriu-se para o bairro da Gávea, através de seu acesso principal voltado à Estrada da Gávea. As residências localizadas nas áreas mais próximas a essa entrada, acabaram por estar mais próximo aos transportes públicos disponíveis (ônibus, combes e vans), e, conseqüentemente à maior parte do comércio e serviços disponíveis no bairro da Gávea.

#### 4.5 Mecanismos e Estratégias de Interseção entre Domínios Público e Privado

Domínio Público é aquele que pertence a todos, é a porta aberta àquele que quiser entrar, é convidativo e não exclusivo. Domínio Privado é de posse restrita, território pessoal, acessível a poucos, seletivo.

Na cidade formal, o espaço público é um ambiente ao “ar livre”, de domínio público, sem barreiras contra o acesso físico ou mesmo visual, caracteriza-se pelo aspecto atrativo dentro da liberdade de idas e vindas dos transeuntes, traduz a idéia de espaços coletivos. É o local onde os moradores da cidade formal relacionam-se com a mesma, em um uso democrático, sendo ele vivenciado no cotidiano. Às vezes, o espaço público das cidades é considerado como “espaço de ninguém” e sofre



70. Av. Tenente Francisco Mega  
Fonte: Eliene Tozetto, 2006.



71. Alameda das Margaridas.



72. Alameda Girassol.

desapropriações (Fischer, 1994) e depredações, mas, quando é atrativo, proporciona constante apropriação pelo uso dos habitantes da cidade.

Os espaços públicos da cidade formal podem provocar também a existência de relações interpessoais e são parte importante da paisagem urbana. Conforme usa os espaços, os indivíduos podem qualificá-los quanto à sua beleza, atratividade, funcionalidade, segundo critérios estabelecidos por eles próprios.

Na cidade informal o domínio público assume outras características, como duas características de espaço antagônicas, mas de limites não tão claramente distinguidos, ao menos para os visitantes. Por isso, como já dito anteriormente, os espaços livres da favela são por nós denominados “espaços de domínio público” ou ainda “espaços de uso comunitário (segundo a denominação criada por Brasileiro, 2000), uma vez que não se trata de um real “espaço público” como aquele existente na cidade formal. Nossa pesquisa nos fez compreender que estes espaços são vistos pelos moradores, ora como “espaço de todos”, ora como “espaço passível de apropriação pessoal”, dentro dos códigos de ética internos e das leis não-escritas mas respeitadas por todos<sup>31</sup>.

Constatamos ao longo da pesquisa que os espaços de domínio público na favela também são formadores de uma paisagem local e assumem, do mesmo modo que na área urbana, características atrativas, convidativas. Uma das diferenças entre ambos é o fato de que, na comunidade, há uma valorização maior desses ambientes porque, na maioria dos casos, são o resultado do trabalho dos próprios moradores locais, como na Vila Parque da Cidade. Segundo dados levantados nas entrevistas que realizamos na comunidade e fotos registradas no ano de 2000, presentes ao longo desse capítulo, as vias de acesso e circulação, antes mesmo da implantação do Programa de reurbanização local, já eram executados em concreto, pelos próprios moradores locais, em uma organização comunitária, através de seus esforços coletivos.

---

<sup>31</sup> Na favela, as vias de acesso e circulação serão por nós chamadas de espaços de uso comunitários, termo usado por Brasileiro (2000) para todo o conjunto de espaços que complementam o objeto ‘casa’, conforme descrito no capítulo 1 dessa dissertação, como parte de nossa delimitação conceitual. As vias e as residências formam, para a autora, juntos, a base do ato de Habitar, termo que extrapola os atos de dormir, comer, entre outros, mas “traz consigo as importantes funções de conviver, se relacionar, praticar esportes, contemplar espaços mais amplos, brincar, entre muitas outras ações necessárias à manutenção de uma vida psíquica e fisicamente sadia” (Brasileiro, 2000:1).

Além da valorização pelo fruto do trabalho pessoal, há um cuidado do morador pela limpeza e conservação dos espaços de domínio público na comunidade também provocado pela proximidade e, em muitos momentos, interação entre os domínios público e privado na favela.

Mais diferenças (dessa vez tipológicas) entre o espaço público da cidade formal e os espaços de domínio público (ou EUCs) das favelas residem no desenho urbano do primeiro, dotado de vias carroçáveis de larguras mínimas pré estabelecidas, passeios públicos muitas vezes de dimensões tão grandes que afastam quase completamente o pedestre dos espaços de domínio privado. Na favela o sistema de vias é diferenciado. Formado por uma “rede” de vias determinadas pelo percurso, caminhos surgidos pelo próprio caminhar dos primeiros habitantes locais, de forma orgânica e não planejada, conforme vimos nos primeiros capítulos dessa dissertação, as vias são, antes de tudo, não públicas, conforme chamamos na cidade formal (pelo fato de não serem reconhecidas oficialmente enquanto parte do sistema urbano de ruas).

Na favela, as vias de acesso e circulação serão por nós chamadas de espaços de uso comunitários, termo usado por Brasileiro (2000) para todo o conjunto de espaços que complementam o objeto ‘casa’, conforme descrito no capítulo 2 dessa dissertação, como parte de nossa delimitação conceitual. As vias e as residências formam, para a autora, juntos, a base do ato de Habitar, termo que extrapola os atos de dormir, comer, entre outros, mas “traz consigo as importantes funções de conviver, se relacionar, praticar esportes, contemplar espaços mais amplos, brincar, entre muitas



73. Av. Parque da Cidade.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2006



74. Av. Ten. Francisco Mega.



75. Alameda Jardim.

outras ações necessárias à manutenção de uma vida psico e fisicamente sadia” (Brasileiro, 2000:1).

São, portanto, na Vila Parque da Cidade, conforme já dito anteriormente, as vias de acesso e circulação, os espaços para lazer e os equipamentos arquitetônicos comunitários, como a Creche e o Centro Comunitário.

Os espaços de uso comunitário representam o elo de integração entre os moradores da favela, colaboram para a interação de diferentes camadas sociais e para a melhoria da qualidade de vida (Brasileiro, 2000) e não podem ser aqui tratados por espaços públicos, pois esses, segundo as definições dadas por Santos (1985) e Da Matta (1979 e 1987), são os espaços que pertencem ao Estado, à coletividade, um conceito aplicável apenas ao sistema compreendido na cidade formal, devido ao reconhecimento oficial seus logradouros. Tais espaços não são, sequer apropriados de forma semelhante à cidade oficial.

Da mesma forma, o espaço privado, em uma conceituação aplicada à cidade formal, é aquele possuidor de um proprietário, que demarca seu território pessoal, conforme delineado por Fischer (1994), Santos (1985) e Da Matta (1987). Na cidade formal, ele é definido pelo limite legal da propriedade. Equivale ao espaço de domínio privado, requer convite para seu acesso, é caracterizado, especialmente, pelos seus limites claramente definidos. O espaço privado na cidade informal é apropriado e usado de formas diferentes, pois ele é “negociado” constantemente por meio de estratégias de uso e apropriação (Duarte, 1993a).

Enquanto apropriações dos espaços, os Espaços de Uso Comunitário refletem em si práticas sociais de organização comunitária, uma organização interna da população, entre leis e autoridades próprias não escritas, mas respeitadas por todos.

Ao longo de visitas à favela Vila Parque da Cidade, pudemos perceber que os domínios público e privado na favela, apesar de intrinsecamente relacionados, podem ser divididos em categorizações quanto à sua leitura, quanto aos mecanismos e estratégias dos moradores para conseguir discernir o que é público do que é privado e, assim, manter a sociedade em equilíbrio.

Para compreendermos a separação semântica entre os domínios público e privado na favela, os diversos mecanismos e estratégias usadas pelos moradores locais para permitir uma leitura entre o que é público ou não, analisamos aqui as categorias de espaços construídos e espaços livres. Entre os espaços construídos, identificamos, ao longo de nosso convívio na favela Vila Parque da Cidade, edificações apenas residenciais e edificações que têm uso misto, que são, ao mesmo tempo, residenciais e comerciais ou residenciais e de prestação de serviços. Não foi detectado na comunidade qualquer caso de edificação de uso apenas comercial ou apenas de prestação de serviços.

#### **4.5.1 As edificações residenciais**

Antes de tudo, as edificações são, por si mesmas, o resultado de uma apropriação material, ocupação e legitimação da propriedade. Fato confirmado pelos os relatos dos moradores quanto ao título de propriedade, se não sobre os logradouros da comunidade, ao menos sobre as edificações, comprovado pelos documentos ganhos pelos moradores.

Vimos que a propriedade sobre as edificações não garante que seus limites sejam a representação material da ruptura entre os domínios público e privado na comunidade. Mesmo quando falamos em edificações residenciais, os limites definidos pelos moradores podem estar além da função primeira dos elementos materiais de limitação entre o interior e o exterior: as portas e os portões.

Resguardados seus limites, os espaços de domínio privado são a 'intimidade da família', enquanto os espaços exteriores a esses limites reservam apenas as 'relações sociais exteriores à família' (Duarte, 1993).

Nossa pesquisa nos leva a crer que, da mesma forma em que os espaços são, dependendo do referencial, mais públicos que privados ou o inverso, e não totalmente públicos ou privados, o alinhamento cadenciado das construções também não é determinante para uma separação semântica entre os domínios. Ao entrevistarmos os moradores, quando questionados quanto aos



76. Portão Residencial.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000.

limites entre suas casas e as respectivas vias, a quase totalidade<sup>32</sup> mostrava-nos sua porta ou soleira. Alguns mostravam-nos os portões, instalados, em muitos casos, com alguma distância das fachadas principais e, em outros casos, compondo a própria fachada.

No entanto, durante a conversa, o portão era relacionado de diversas formas, não apenas como controlador e protetor de seu espaço privado. Em alguns casos, o portão era justificado apenas como um elemento de controle pessoal do morador sobre seus filhos pequenos ou animais de estimação. O portão fechado impossibilita a saída dos mesmos para a rua sem o consentimento dos pais ou seus donos. Em outros casos, o portão fica aberto justamente para que os filhos possam brincar na frente das casas, em meio às vias.

Nesses casos, fechar ou abrir os portões significa uma decisão sobre um mesmo aspecto: permitir ou não a participação dos filhos no uso e ocupação dos espaços de uso comunitário. O portão recebe, portanto, uma dimensão maior que apenas estrutura física em si. Pudemos perceber, ao longo das observações e entrevistas, que eles não representam uma total ruptura entre dois 'mundos' ou total abertura e conexão entre os mesmos.

O portão, assim como a porta, é, antes de qualquer coisa, abertura e fechamento, elemento bloqueador ou conector, mas, essencialmente repleto de significados. O primeiro é, na favela,

<sup>32</sup> Excetuaram-se apenas dois casos em que as entrevistas não foram realizadas em suas residências, foram realizadas em meio às vias de acesso e circulação, e o morador não quis mostrar sua casa.

símbolo de “status”, elemento estético e referencial, retirado da cidade formal moderna, reproduzido nessas habitações. Fato comprovado pelos resultados obtidos das entrevistas realizadas, onde 27,5% dos moradores entrevistados colocaram portões à frente de suas residências. Os moradores que instalaram portões por motivos estéticos somaram 22,5% dos entrevistados. Conforme já dito anteriormente, elementos novos, somados aos símbolos e elementos trazidos pelos moradores de suas culturas originárias, e adotados por essa micro cultura local.

Ainda com base nas entrevistas realizadas, constatamos que, apenas para 5% dos entrevistados, o portão significa apenas a preservação de um espaço residencial, como, por exemplo, o caso do Sr. L.A., que relatou a importância da existência de um portão em sua residência para evitar que a bola usada pelas crianças para brincar em frente à mesma continuasse a invadir seu espaço, como acontecia anteriormente. Através do portão fechado, mesmo sem tranca, conforme relatado pelo morador, sua habitação preserva-se calma e isolada da movimentação externa.

Assim, a existência de um portão colabora por prevenir a ‘invasão’ dos moradores em seu espaço, mais que isso, controla a dinamicidade entre o espaço interior e o espaço exterior à sua residência. O controle sobre a utilização do portão define a extensão ou não do domínio público sobre o domínio privado. O que pudemos constatar, ao longo das entrevistas realizadas, foi o fato de que, na maioria dos casos em que o portão permanece fechado, o intuito dos moradores é apenas a preservação da privacidade familiar, ou, conforme a maioria já aqui referida, adoção de um elemento estético como referencial aos elementos arquitetônicos vistos na cidade formal. Mas não percebemos, na favela, o uso de portões por medo, conforme o que vemos na cidade formal, justificado apenas por 2,5% dos moradores entrevistados. Segundo os demais moradores entrevistados, no local não há invasão por roubo ou qualquer outro tipo de atrocidade, os portões não são trancados ao longo do dia e eles ainda acreditam que o portão não representa um impedimento real para ladrões.

Outra característica importante dos portões é sua permeabilidade visual. Os portões permitem uma invasão dos olhares alheios sobre o que está por trás da mesma, por tratar-se de um elemento vazado, gradeado, geralmente em ferro trabalhado, de superfície permeável. Sua implantação provoca o surgimento de outra denominação para esse espaço intermediário, situado entre o portão

e a porta, propriamente dita, o espaço semi-privado. Se, quando fechado, não permite uma invasão física sobre esse espaço, o portão também não impede uma invasão pela observação, permitindo uma interpenetração do “dentro” e do “fora”, dos domínios público e privado da favela, o que não aconteceria com uma porta opaca.

A porta representa outro elemento importante na tarefa de delimitar os domínios público e privado em edificações residenciais. É um dos elementos “mais antigos e fundamentais da estrutura espacial” (Cavalcante, 2003:33) e, como tal, tem funções de barreira mecânica, térmica, visual e acústica, mas flexível e dinâmica, permitindo uma interferência sobre os ambientes interligados por ela. Mais que isso, é como um conceito a ser aplicado de diversas formas na vida cotidiana, na convivência entre as partes divididas ou somadas por ela.

Essa é a diferença principal entre a porta e o portão. Comumente chapada, impermeável, a porta bloqueia completamente, quando fechada, o espaço interno da curiosidade e observação alheia, além da invasão física. Através do fechamento, temos um fluxo restrito de um domínio a outro, enquanto que pela abertura, esse fluxo é permitido, como no exemplo, em que outros moradores podem participar de um ‘mundo’ pertencente à moradora, algo que estaria preservado atrás da porta, conforme as palavras de Cavalcante(2003):

*“(...) uma porta esconde sempre alguma coisa atrás de si. Não obrigatoriamente um bem, mas um outro espaço, um lugar que, por ele mesmo, pelos objetos que abriga, pela posição topológica ou social que proporciona, é susceptível de interessar a uma ou mais pessoas, em um momento qualquer”.*

Para Cavalcante (2003), as leis que ‘regem o movimento das portas’ são chamadas de ‘leis de acessibilidade’ ou ‘leis de acesso’, pois representam a essência do seu conceito, determinam os limites entre os domínios mais do que sua representação material.

---

<sup>33</sup> Cavalcante, Sylvia. *A porta e suas múltiplas significações* - Universidade de Fortaleza Estudos de Psicologia 2003,8(2),281-288

As portas, além de determinarem, quando abertas ou fechadas, os domínios públicos e privados, estruturam a divisão dos indivíduos e grupos e mantém a ordem social dentro de um certo equilíbrio.

#### **4.5.2 As Edificações de Uso Misto: Domínios Públicos e Privados**

Quando falamos em edificações de uso residencial, falamos em separação ou interação entre domínios públicos e privados através dos atos sobre o elemento porta, ultrapassando seu conceito meramente material enquanto estrutura física, elemento da construção civil, mas, principalmente, compreendendo seu significado semântico, sua essência em abrir-se ou fechar-se para a sociedade.

Quando falamos em uso não exclusivamente residencial para as moradias da favela, as separações entre domínio público e privado extrapolam os limites físicos das edificações. Suas portas de separação não são, necessariamente, as portas ou portões principais das edificações. Não podemos dizer que o domínio público tem seu fim determinado pelo limite das soleiras, nem tampouco que todo o espaço interno das edificações são de domínio privado. As estratégias e mecanismos usados pelos moradores e, eventualmente, empreendedores, para a separação semântica entre os domínios são diversas para cada categoria estudada.

Através das imagens abaixo, podemos visualizar diferentes formas de relação entre os usuários dos espaços comerciais e os espaços em si. Na imagem 77 podemos observar que há um balcão impedindo o acesso físico do usuário ao interior do comércio, mas não impede a invasão de seu



77. Av. Parque da Cidade.  
Residência de uso misto.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2005.



78 e 79. Av. Tenente Francisco Mega.  
Residências de Uso Misto.



olhar sobre o espaço contemplado atrás do balcão. As imagens 78 e 79 permitem, através de seu portão e porta, respectivamente, abertos, a entrada física do consumidor nos estabelecimentos comerciais.

Além desses exemplos, foram encontrados, entre as edificações não exclusivamente residenciais, uma diversidade de edificações de uso residencial e comercial e edificações de uso residencial e para prestação de serviços. Não foi encontrado qualquer caso de edificação exclusivamente comercial ou de uso exclusivo para prestação de serviços dentro da favela pesquisada, já que os espaços comerciais e de serviço na favela são normalmente resultantes de um aproveitamento realizado em espaços antes residenciais.

Alguns dos pontos relacionados já são tradicionais ao longo da comunidade, existem há muitos anos. Outros, mais recentes, surgiram, em parte, como consequência do programa de capacitação profissional realizado pelo Componente Trabalho e Renda e financiado pela União Européia através do Componente Micro Crédito, ambos pertencentes ao Programa de Apoio a Populações Desfavorecidas do Rio de Janeiro e desenvolvidos ao longo de sua implantação. Nesse período, muitos moradores fizeram cursos para formação de cabeleireiros e manicures, garçons, técnicos de informática, cozinheiros, artesãos, costureiras, entre outros. Pouco tempo após a realização dos cursos vimos as portas das residências abrirem-se para a população local, oferecendo serviços e produzindo material para comércio.



80. Comércio informal na Av. Tenente Francisco Mega  
Fonte: Eliene Tozetto, 2006

Essa economia informal é comum nas favelas. São “setores econômicos não estruturais” (Brucher & Mertins apud Duarte, 1993:216) e caracterizam-se pela adaptação de espaços residenciais para o devido fim, evidenciando uma precariedade de instalações. A prática comercial dá-se, espontânea e comumente nas favelas devido às distâncias enfrentadas pelos moradores aos seus empregos, sem boa disponibilização de transporte coletivo (já que os mesmos nem sempre possuem veículo próprio). Duarte (1993) ainda cita outros fatores, como a necessidade de uma mão de obra mais qualificada do morador para que ele pudesse conseguir um emprego na cidade formal e ainda a possibilidade de mão de obra da própria família em auxílio à criação de seu próprio comércio informal e, por esses motivos, ele acaba por diminuir problemas sociais surgidos do processo imigratório e colabora para a promoção de relações sociais dentro da comunidade, fomentando a identificação do imigrante com seu novo espaço.

Os casos observados foram listados de forma a separar em categorias visando uma qualificação por características comuns<sup>34</sup>. Vale ressaltar que as edificações de uso residencial e comercial e as edificações de uso residencial e serviços não serão divididos aqui em duas categorias entre si. O comércio e os serviços serão agrupados aqui enquanto edificações mistas e, posteriormente separados apenas em função das formas de ruptura entre seus domínios. O ordenamento apresentado para as categorias não está relacionado ao número de casos encontrados ou à importância de suas ocorrências para a comunidade. Portanto, independentemente da ordem em que são apresentadas, seguem as três categorias entre as quais os casos encontrados foram distribuídos:

- 4.5.2.1 edificações onde o espaço residencial é usado concomitantemente com o espaço comercial, fazendo do espaço que, em teoria, deveria ser apenas de domínio privado, um espaço de domínio público;
- 4.5.2.2 edificações em que seu comércio ou serviço localiza-se no interior da construção, sendo, em grande parte delas, em outro pavimento que não o de acesso, provocando também a invasão do domínio público sobre o domínio privado;

---

<sup>34</sup> Não foi levado em conta o tempo de existência de cada um deles, apenas o fato de existirem.

- 4.5.2.3 edificações em que seu comércio ou serviço localiza-se diretamente no acesso à construção, destacando melhor espaços de domínio público e, da mesma forma, preservando mais os espaços de domínio privado.

Conforme estruturados, dentro das devidas classificações, os usos e conseqüentes distinções entre os domínios público e privado, nas edificações da favela Vila Parque da Cidade, definem-se, por conseqüência, as 'leis de acessibilidade' criadas pelos moradores locais.

O terceiro caso listado, item 4.5.2.3, em que as edificações têm seu comércio ou serviço localizado no pavimento de acesso principal à construção, pôde ainda ser subdividido em três novas categorias:

- A. edificações cujo comércio ou serviço está resguardado pelos limites físicos da construção e o cliente ou consumidor entra no espaço construído;
- B. edificações cujo comércio ou serviço está resguardado pelos limites físicos da construção e o cliente ou consumidor não entra no espaço construído;
- C. edificações cujo comércio ou serviço extrapola os limites físicos da construção, tirando proveito dos espaços de uso comunitário.

#### **4.5.2.1 Edificações de uso misto, sem distinção física entre os usos**



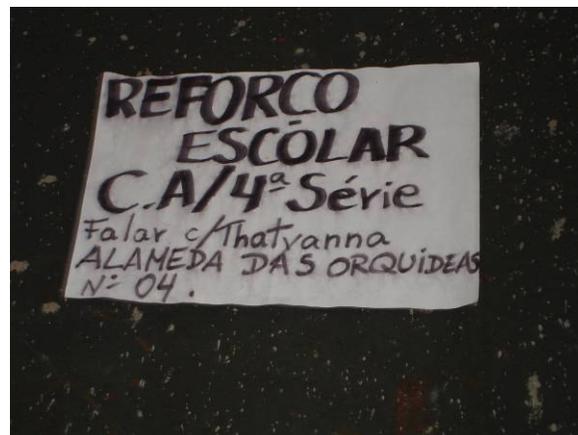
81 e 82. Placas Comerciais em Residências.

CA Fonte: Eliene Tozetto, 2005 e 2006.

Esses casos são bastante comuns na favela, mas difíceis de serem listados ou mapeados. São casos em que a configuração espacial da residência não caracteriza um espaço de comércio ou prestação de serviços, pelo simples fato de não reservarem espaços especiais para exibição de mercadorias ou instalação de equipamentos especiais, ou seja, arquitetonicamente não pode ser listado por características em comum.

A semelhança física e de uso entre essas edificações dá-se, apenas, pelas portas sempre fechadas, com seus serviços ou comércio divulgados entre os vizinhos próximos que, com o passar do tempo, levam o conhecimento aos mais afastados. Outra característica é o fato de raramente encontrarmos, nesses casos, como nas imagens apresentadas 81, 82, 83 e 84, sequer uma placa informativa quanto à função não residencial exercida ali. É um comércio informal não declarado, mas tão efetivo quanto o comércio exposto ao longo da comunidade.

Exemplos mais clássicos são as vendedoras de cosméticos por encomenda, vendedores de sorvetes ou doces caseiros e manicures que preferem ou precisam, ou, por outro lado, por falta de opção, fazer as unhas das suas clientes, por exemplo, nas salas de suas casas. Devido à informalidade e ausência de placas informativas, não pudemos traçar, com precisão, o número percentual de casas que se enquadram nesse caso estudado.



83 e 84. Placas Comerciais em Residências.

Fonte: Eliene Tozetto, 2006.

Assim vemos que a residência, antes domínio privado, recebe a presença de estrangeiros, como nós, transformando-se em espaço semi-público, um domínio já não tanto privado. Por, ainda assim, existir a porta como representação material da relação fechado/aberto, símbolo da permissão de determinado morador em penetrar ou não no interior dessa edificação, não há uma dominância do público sobre o privado, depende da decisão do morador a ser tomada quanto ao atendimento ou não de seu cliente. A recepção de seu cliente provoca uma invasão à privacidade da família como um todo, mesmo que temporária. Novamente a temporalidade influi e flexibiliza os conceitos de domínio público e privado e suas aplicações. Não há uma ruptura tão drástica entre os domínios, o espaço assume características nem completamente evasivas, nem completamente ensimesmadas.

Para Comblin, “os momentos de trabalho na cidade são muito mais ‘públicos’ que ‘privados’ e os momentos de lazer são muito mais ‘privados’ do que ‘públicos’” (Comblin apud Duarte, 1993a). O que não pudemos observar no caso estudado, especialmente por não se tratar da cidade formal e sim da favela. Nesses lugares da favela, em sua maioria, a casa é o trabalho, caracterizando uma não sobreposição do caráter público sobre o privado, ou o inverso, em momentos de trabalho ou de lazer.

Nesses casos, o domínio privado dá lugar, momentaneamente, ao domínio público, não no sentido de posse, propriedade, partindo do princípio em que o espaço é dotado de um proprietário, mas sim no sentido de apreensão do lugar, por parte de um visitante, um estrangeiro.

#### ***4.5.2.2 Edificações em que seu comércio ou serviço não estão voltados para o acesso principal da construção***

Raramente encontramos edificações cujo acesso ao comércio ou serviço não se faz de modo direto pelas vias de acesso e circulação, principalmente por alterar o modo de vida da família e provocar uma adequação à nova situação criada. Ainda assim, alguns casos foram vistos na Vila Parque da Cidade. Nesses casos, percentualmente registrados como 0,6% do total de edificações encontradas hoje na comunidade, o visitante, em busca de mercadorias ou serviços, precisa atravessar um

espaço de uso residencial para atingir seu objetivo. Os domínios privados, ou, pelo menos parte deles, conseqüentemente transformam-se em domínios públicos. Tal fato ocorre por que, na maior parte dos casos observados, a porta permanece aberta, impedindo uma 'seleção' do morador quanto ao visitante e permissão ou não de sua entrada. O visitante, nesses casos, é recebido no espaço de domínio público da edificação, após ter percorrido os espaços que deveriam ser de domínio privado.

A estratégia usada pelo morador, quando enquadrado nessa situação, é a tentativa de isolamento de uma passagem entre a entrada principal de sua residência e o espaço destinado à recepção do visitante. O resultado é, geralmente, à medida das possibilidades, a criação de um corredor segregador dos ambientes exclusivamente residenciais, e, acima de tudo, distribuidor e seletor dos fluxos de pessoas no interior das edificações. Enquanto os espaços de uso residencial, domínios privados, mantêm-se preservados, os novos corredores (ou outros elementos de ligação criados para a solução do problema encontrado), transformam-se, inevitavelmente, em espaços de domínio público.

Um dos casos encontrados, que servem aqui apenas como exemplo, é a residência da Sra.M35., conhecida por todos os habitantes da comunidade como 'baiana', devido à sua terra natal.



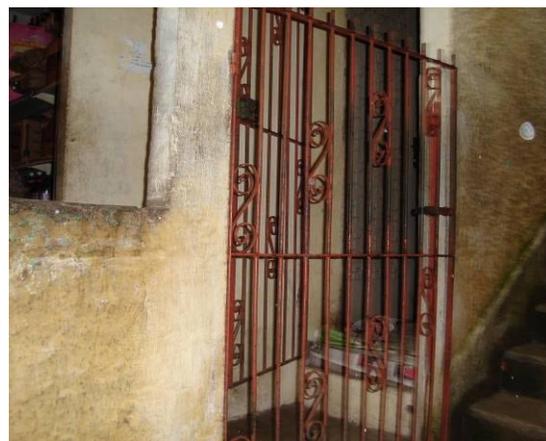
85 e 86. Residência Sra. M., Avenida Parque da Cidade.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2006.

<sup>35</sup> A moradora, apesar de procurada para a solicitação de entrevista, com vistas a enriquecer o trabalho, não foi encontrada ao longo do período de aplicação das entrevistas.

Chegada há muito tempo de sua terra natal, aqui moradora da Avenida Parque da Cidade, em local bem próximo à entrada da Comunidade pelo Parque, a Sra.M ampliou sua casa e fez da laje superior um terraço de vista panorâmica para a Cidade do Rio de Janeiro. No terraço foi montado um restaurante, onde serve almoço e jantar para os moradores locais e eventuais visitantes. Seus pratos são famosos na comunidade e os visitantes entram sem muitos problemas na casa, aberta para os horários em que as refeições são servidas.

Logo na entrada, conforme podemos observar na imagem 85, passando pelo portão que fecha sua residência para a área externa, há três opções de caminhos a serem tomados: à direita, uma porta fechada demarca um território através do qual não podemos penetrar, um lugar claramente preservado. Trata-se do acesso à sala e quartos de sua casa. À esquerda, outro portão delimita a descida de uma escada que indica o caminho ao pavimento inferior, onde podemos encontrar uma grande sala e cozinha, local onde a moradora trabalha boa parte do dia. A descida não é bloqueada, quando o portão está aberto, por qualquer elemento, físico ou simbólico, especialmente por tratar de um espaço residencial, mas que atende ao serviço oferecido no terraço. O pavimento inferior, estrategicamente protegido pela existência da escada, é um espaço de domínio privado, o qual pudemos entrar após o convite da moradora.

À frente da entrada principal, um outro lance de escada, dessa vez para um pavimento superior, indica o acesso ao terraço, que pode ser observado da Av. Parque da Cidade, conforme imagem 86. Os moradores e visitantes, já acostumados com o local, sobem diretamente sem que precisem



penetrar pelos domínios privados da residência da 'baiana'. Mesmo que não o conheçam, o fato de ter os degraus de acesso ao terraço, construídos diretamente à frente da entrada principal da edificação, essa é a primeira opção de todo o usuário ao atravessar o portão de grade. A estratégia da moradora provoca uma ruptura clara e brusca entre os domínios público e privado existentes em sua moradia.

Mesma ruptura encontrada entre os domínios do Sr.M.C., outro entrevistado, citado aqui apenas como mais um exemplo. O morador de sessenta e oito anos, sendo mais de quarenta deles vividos na comunidade, tem, dentro de sua residência (situada no mesmo espaço apropriado pelo morador desde sua chegada nessa cidade), após atravessarmos um portão de ferro e percorrer um trecho de sua habitação, um pequeno comércio de mantimentos que costuma chamar de 'comercinho' ou 'quebra-galho'. Para manter o seu espaço comercial e, ao mesmo tempo preservar a privacidade de sua residência, o morador utiliza-se de uma mureta na frente de sua construção, por onde passa as mercadorias solicitadas pelo visitante, impedindo sua invasão sobre o domínio privado do morador.

#### ***4.5.2.3 Edificações em que seu comércio ou serviço estão voltados para o acesso principal à construção***

Esses casos agrupados aqui são os mais comuns e de maior incidência na favela Vila Parque da Cidade, entre as edificações de uso misto, 6% do número total de edificações na comunidade.



89, 90 e 91. Mercadoria exposta na Av. Tenente Francisco Mega.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2006.

Muitos moradores da comunidade ampliaram suas residências ao longo dos anos e promoveram muitas modificações, especialmente quanto ao seu uso. Devido ao pouco espaço horizontal vazio ainda existente, ou melhor, ao grande adensamento dessa favela, as ampliações ganharam força no sentido vertical, com edificações que chegam, hoje, a seis pavimentos, apesar de, na sua maioria (conforme pudemos observar no mapa de gabarito), ter atingido apenas três pavimentos.

Em meio aos 6% de edificações enquadradas aqui, cerca de 50% dos casos registrados, tiveram suas residências transferidas para os pavimentos superiores, reservando para o pavimento de acesso o uso comercial ou para prestação de serviços. Outros 50 % desse total de casos registrados, pela falta de investimentos para o crescimento vertical de suas construções, ou com o objetivo de rentabilidade, disponibilizando os demais pavimentos de suas construções para aluguel, ou ainda, em consequência do crescimento da família, disponibilizando os demais pavimentos de suas construções para a moradia dos filhos e netos, fizeram suas modificações no próprio pavimento de acesso, transferindo para os fundos a residência e instalando à frente seu comércio ou prestação de serviços. Essas transformações de uso no pavimento de acesso das edificações puderam ser classificadas de três formas, mediante as características comuns entre elas quanto ao território abraçado pela loja e quanto às relações entre o cliente ou consumidor e a loja em si. As três classificações possuem ainda uma importante característica comum entre si: em todas elas os espaços de uso residencial são determinadamente espaços de domínio privado, resguardados da presença ou mesmo passagem de estranhos pela mesma, quando não solicitado.

*A- Edificações cujo comércio ou serviço está resguardado pelos limites físicos da construção e o cliente ou consumidor entra no espaço construído.*

Quando a forma de uso do espaço ou o espaço disponível em si, no pavimento comercial permite, o consumidor ou cliente entra na edificação e usufrui o de seu interior. Nesses casos, o espaço de uso comunitário é respeitado apenas como passagem, acesso e circulação dos moradores às edificações e não vemos exposição de mercadorias, tampouco consumidores parados, fazendo suas compras, do lado externo às construções.

Como exemplos mais presentes na comunidade, os salões de beleza, com suas instalações internas e suas portas quase sempre fechadas. Geralmente, no caso dos salões, as janelas estão abertas e as placas convidativas, não fazendo da porta fechada um bloqueio aos que por ali passam, apenas uma preservação dos clientes que estão sendo atendidos.

Há ainda alguns bares com balcões e mesas dispostos internamente para o conforto do consumidor, lojas de roupas e artesanatos com um bom espaço interno. As portas, quase sempre abertas, são um convite mesmo à mera visita, e definem um espaço de domínio público, aos quais nós, 'estrangeiros', podemos penetrar sem qualquer problema.



92, 93 e 94. Edificações de uso misto, Av. Ten. Franc. Mega e Estrada Santa Marinha (134).  
Fonte: Eliene Tozetto, 2005 e 2006 (134).

Nesses casos, em que aproveitamos fisicamente dos espaços internos das edificações, a ruptura entre os domínios públicos e privados faz-se através de bloqueios visuais como portas, cortinas, entre outros, impedindo nossa passagem aos outros cômodos. Até onde as portas abrem-se para nós, visitantes, denominamos espaços de domínio público. As demais áreas restritas, por onde não penetramos, sequer através do olhar, são espaços de domínio privado.

*B- Edificações cujo comércio ou serviço está resguardado pelos limites físicos da construção e o cliente ou consumidor não entra no espaço construído*

A principal característica desse tipo de ocorrência e mais evidente diferença para a classificação anterior é a disposição das mercadorias no interior das lojas, mas, com o atendimento aos clientes e consumidores realizado através de balcões construídos nos limites das edificações. Os visitantes, nesses casos, não penetram no espaço interior das lojas, devido ao sistema de atendimento optado pelo proprietário.

Tal ocorrência é mais comum em bares instalados na comunidade. Os consumidores fazem seus pedidos através dos balcões e ali mesmo são atendidos. Nesses casos não há mesas ou cadeiras para os visitantes, o consumo é, então, realizado em frente aos próprios balcões ou a mercadoria é levada pelos moradores diretamente às residências, para seu uso ou consumo.

Dentro dessa categoria, os espaços de domínio público vão além dos espaços usados pelos consumidores. Através dos balcões, os espaços internos das edificações podem ser observados, invadidos mesmo que somente pelo olhar, independentemente da presença física dos usuários. O olhar, assim, exerce um domínio ou controle sobre esses espaços, impedindo a privacidade dos mesmos. Por consequência, cria-se um espaço de domínio semi-público, até onde pode ser observado através do balcão, impossibilitando que essa barreira determine a ruptura ou os limites entre os domínios público e privado nesses locais. Apesar de serem espaços internos, são percebidos e aceitos pelos moradores.



95 e 96 Residências de Uso Misto- Bares, Av. Parque da Cidade.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2006.

A estratégia utilizada aqui pelos proprietários para a preservação dos espaços residenciais enquanto espaços de domínio privado é, similarmente aos casos selecionados para a classificação anterior, o uso de bloqueios visuais. Portas e vãos fechados por cortinas, portas que significam acesso para os moradores, mas sempre portas que significam bloqueio, para os visitantes. 'Leis de acessibilidade' aqui formuladas como determinações para o acesso interno, não somente físico, mas também visual, aos cômodos residenciais, restrito e exclusivo aos proprietários e moradores dos referidos lugares.

*C- Edificações cujo comércio ou serviço extrapola os limites físicos da construção, tirando proveito dos espaços de uso comunitário*

Essa é a ocorrência mais complexa de transformação de uso dos espaços da edificação e conseqüente uso dos espaços de uso comunitário. Primeiramente, faz-se importante retomar conceitos já trabalhados nessa dissertação quanto aos espaços de uso comunitário, exercício dos domínios públicos e privados dentro da ordem social chamada favela.

Na favela, conforme podemos observar na Vila Parque da Cidade, não há um limite legal das propriedades, o que provoca o uso e conseqüente territorialização, sobre a qual trataremos mais adiante, dos Espaços de Uso Comunitário (Brasileiro, 2000). Os conceitos de domínio público e



97 e 98. Mercadoria exposta na Av. Tenente Francisco Mega.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2006 e 2005.

privado ganham uma outra dimensão, especialmente quando auxiliam na compreensão dos casos estudados dentro dessa categoria.

Aqui, deparamo-nos com um paradoxo: a mercadoria de domínio privado, por ser de propriedade do comerciante, espalha-se por sobre uma área de domínio público, acessado por todos. Diferentemente dos outros casos, em que os espaços destinados à venda de mercadorias são de domínio público por permitir o acesso de visitantes estranhos ao local. Mas, nesses últimos, tais mercadorias são expostas dentro dos limites da edificação, onde, controlada pelo comerciante, não deverá ser exposto para venda qualquer outro produto, por qualquer outro comerciante, sem o aval do primeiro.

Isso significa dizer que, caso algum morador resolva vender produtos, em meio a um espaço de uso comunitário, habitualmente usado pela extensão da loja de algum comerciante local, ele não poderá fazê-lo? Sim, se pensarmos em conceitos para espaços de domínio público ou privado aplicados à cidade formal. A resposta será não se apreendermos a lógica do processo de uso e apropriação dos espaços dentro da favela.

Os espaços ocupados pelos vendedores para a exposição de suas mercadorias à frente de suas lojas definem, na favela, formas de apropriação material do espaço e territorialização dos mesmos. O domínio de tais espaços continua sendo público, partindo do pressuposto de que se trata de um



99, 100 e 101. Mercadoria exposta na Av. Parque da Cidade e Av. Tem. Franc. Mega (141).  
Fonte: Eliene Tozetto, 2006 e 2005 (141).

espaço de acesso a todos, de forma irrestrita. Mas a formação do território determina um domínio do proprietário da loja sobre esses espaços dentro do sistema de respeito vivido entre os moradores da favela, dentro da lógica do 'habitar' na favela, na prática de sua cultura.

Foram inúmeros exemplos encontrados na comunidade para essa categoria, especialmente por que faz parte da cultura local, o uso efetivo dos espaços, em suas diversas formas, como veremos mais adiante. A maior ocorrência foi encontrada ao longo da principal via de acesso à comunidade, a Avenida Francisco Mega, onde pudemos observar uma movimentação constante ao longo de todo o dia, ganhando maior intensidade nos horários de saída e chegada das crianças que vão para a escola e dos adultos que trabalham, horários de almoço e depois das dezoito horas. Todos os dias, incluindo finais de semana e feriados, dias de ainda maior movimentação. O burburinho das pessoas em meio às vias e as crianças brincando denotam um uso bastante intenso desses pequenos espaços livres na adensada favela.

Com o intuito de atrair a clientela, pequenos bazares, lojas de frutas, verduras e legumes, bares e lojas de quinquilharias abrem suas portas e colocam em meio à via de acesso suas mercadorias expostas.

Um dos pontos da comunidade mais vivenciados por nós, ao longo do período de desenvolvimento desse trabalho, foi a mercearia do Sr. Nicolau, onde estivemos fazendo nossos registros semanais



em um caderno de campo. Localizado na Avenida Tenente Francisco Mega, o espaço limitado pela edificação, que contém a residência de seu proprietário no pavimento superior, é utilizado como depósito para bebidas servidas em um balcão executado nos limites de sua fachada e armazenamento de alguns produtos para a venda. Sobre o balcão, quase sempre ocupado por freqüentantes do pequeno bar formado, há máquinas de jogos eletrônicos e bebidas.

Resta então, o espaço à frente da edificação, para a distribuição das frutas, verduras e legumes vendidos pelo comerciante. Com um toldo estendido diariamente sobre suas mercadorias, há a criação de uma grande mercearia, usando o espaço livre à frente da venda aumentando o domínio da mesma. A mercadoria é disposta de forma a reservar uma estreita passagem por meio dela para o trânsito, em muitos momentos, conturbado.

Esse espaço, de acesso e circulação (domínio público), usado dessa forma pelos moradores da comunidade, são a própria loja, com suas mercadorias (domínio privado), de propriedade da loja, apoiadas sobre caixas de madeira, simulando gôndolas para exposição.

A ocupação do comércio sobre a mesma área há muitos anos, diariamente, mesmo em feriados ou fins de semana, provoca uma configuração espacial particular, resultante da distribuição de suas caixas de mercadorias pela via, é respeitada pelos moradores enquanto uma área pertencente ao Sr.N., como uma área de domínio semi-público, apesar de acessível a todos.

A mercadoria, por permanecer exposta ao longo de todo o dia, todos os dias, incluindo fins de semana e feriados, provoca o registro de uma imagem do local feita pelo observador que não consegue dissociar a imagem da mercadoria à imagem do local. Mesmo em tempos chuvosos, quando a mercadoria é protegida por uma lona que encobre todo o espaço ocupado por ela. Como a ocupação inicia-se às seis horas da manhã e tem seu término após as vinte e uma horas, não encontramos, em qualquer momento de nossa visita, o local desocupado e, portanto, não conseguimos registrar, ou sequer temos em mente a imagem do local sem a presença da mercadoria.

Mais adiante, ainda na Avenida Tenente Francisco Mega, com menos força, mas dentro da mesma classificação, encontramos outra loja com suas mercadorias expostas externamente à sua área de abrangência. Trata-se de um pequeno bazar, com material escolar e outras 'bugigangas'. Nos últimos meses, em período de preparação para a volta às aulas dos meninos moradores da comunidade, com o intuito de atrair a clientela, a proprietária da loja dispôs grades auto sustentáveis com uma série de mochilas penduradas no lado de fora de sua loja. A mercadoria é 'respeitada' pelos moradores, que passam por ali e não mexem caso não seja de interesse penetrar nos domínios da loja.

Como os casos não foram registrados somente na Avenida Tenente Francisco Mega, apesar da maior ocorrência, cabe aqui um exemplo bastante marcante na Avenida Parque da Cidade. Em um ponto de grande estreiteza da via, uma pequena 'padaria' externa seus produtos para além dos seus limites físicos, dificultando a passagem das pessoas por ela.

O sentido de propriedade da loja, por parte de seu dono, extrapola os que seriam (caso estivesse situada na cidade formal) os limites legais da mesma. No entanto, dentro do senso comum da favela, em sua cultura, a ausência de limites legais acaba por 'permitir' tal apropriação de um domínio, teoricamente, público e isso é legitimado pela população local que aceita e reconhece a área de domínio dos vendedores.

## 4.6 Espaços Livres Dentro da Comunidade

O Espaço livre dentro da comunidade de baixa renda pode ser entendido como “todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso” (Magnoli apud Coelho et.al., 2006).

Dentro da favela Vila Parque da Cidade observamos espaços livres nas fronteiras entre a via e os espaços construídos, dentro dos limites definidos da favela, já que vemos, no cotidiano da mesma, momentos em que a rua assume o papel da “casa” ou o inverso, em que a “casa” apresenta, nessa fronteira, um espaço de domínio semi-público.

Ao analisar os dados coletados em nossa pesquisa, vimos que os espaços livres são, na favela, “espaços de todos” e, por esse motivo, são vividos, experienciados de acordo com suas culturas e funcionam como cenário para a formação dessa nova micro cultura, nessa relação de negociações por cada pequena parcela dele.

O que se tem é a formação da paisagem desse lugar, através dos espaços construídos, já aqui descritos e dos espaços livres, nesse item subdivididos em vias de acesso e circulação, outros espaços de uso comunitário e espaços públicos apropriados pelos moradores da favela. Esses últimos, como veremos, não fazem parte do território delimitado pela favela, mas são apropriados provocando uma extensão dos limites da comunidade por seus moradores.

### 4.6.1 Vias de Acesso e Circulação

Criadas a partir dos percursos abertos ao longo do processo de ocupação dos espaços que constituem a Vila Parque da Cidade, as vias de acesso e circulação estão, juntamente com as edificações, através de alterações de seus valores e usos, em constantes transformações.

Desde as primeiras horas do dia, a movimentação de pedestres ao longo das vias é constante, tendo, ao longo do dia, alguns horários de pico. Instalados na principal Avenida de acesso à comunidade, a Tenente Francisco Mega, pudemos perceber os diferentes horários de burburinho



103. Comércio na Av. Tem. Franc. Mega  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000.



104. Entrada Principal da Favela.  
Fonte: Eliene Tozetto, 2005.

provocado pelo intenso uso do local feito por pessoas e veículos. Entre as seis e às oito horas da manhã a movimentação é grande, mas não é maior que a movimentação vista entre o meio dia e as quatorze horas, intervalo de chegada de alguns alunos da escola e saída de outros de casa em direção aos estudos. Nesse horário também é grande o número de adultos a chegarem de seus turnos de trabalho ou a acompanharem suas crianças aos compromissos. Outro horário de grande movimentação nas ruas da favela se observa entre as dezoito e as vinte e uma horas, horário em que a maioria dos adultos chega de suas jornadas e grande parte das crianças chega de seus cursos ou escolas.

A circulação ao longo das vias provoca uma alteração em seus usos. A grande movimentação nesse trecho da comunidade tem conseqüências em um crescimento mais significativo do comércio no mesmo local, na própria Avenida Tenente Francisco Mega. Há uma intensificação do uso da avenida pelo crescimento do comércio local e, em contrapartida, uma indução do processo inverso. A arquitetura local também sofre interferência tanto pela intensificação dos usos das vias, quanto pelo crescimento do comércio. As fachadas modificam-se. Portas abrem-se para o comércio, atraindo a clientela, e janelas fecham-se para a movimentação, preservando a privacidade dos moradores. A entrada principal da comunidade, na Avenida Tenente Francisco Mega, com seu comércio e um pouco de sua movimentação, pode ser observada nas imagens 103 e 104.

A abertura de bares, também onde antes prevalecia o uso residencial, provoca uma alteração na movimentação local através da permanência de moradores ao longo da via, especialmente nos fins de semana e feriados. O aumento dessa movimentação, logicamente provoca o sentido inverso:



105. Bar "Qtombo", Av.  
Tenente Francisco Mega  
Fonte: Eliene Tozetto, 2005

surgimento de novos bares e padarias abastecendo os moradores locais. Quando questionados quanto ao uso das vias de acesso e circulação, além de percurso para as idas e vindas de casa, alguns moradores relataram não usar as vias para nada. São moradores que declararam preferir ficar em casa com os filhos quando chegam do trabalho ou que não gostam que os filhos fiquem brincando na 'rua'. Mas a maioria dos moradores entrevistados declarou aproveitar o espaço tranquilo, movimentado apenas por pedestres devido à sua estreiteza, para o encontro com os amigos. Também declararam transitar pelos espaços comunitários em destino às compras na mercearia ou no mercado localizado na comunidade.

Trata-se de um uso casual do espaço disponível, ocasional, não fixo, nem sequer freqüente dos espaços de uso comunitário, caracterizados pela inconstância dos eventos observados e analisados. É o próprio uso não comprometido, eventual, de diversas formas, dos espaços de uso comunitário pelos habitantes da comunidade. É a movimentação das ruas e o aproveitamento dos espaços pela comunidade oferecidos, mas sem alguma regularidade ou obrigação de ser.

Tal uso dos espaços é registrado, como exemplo, pela presença de pessoas a escolher frutas e legumes em meio ao comércio horti-fruti espalhado em vários pontos da favela. Por vezes, devido à estreiteza das vias, nos vemos em meio a um nó de pessoas, um verdadeiro 'engarrafamento' de pedestres.

O uso, dessa forma, provoca uma apropriação simbólica do local. Os moradores falam de seus espaços de convívio, mesmo que oficialmente não pertençam a elas. Mesmo que, para eles próprios,



106 e 107. Veículos estacionados na Av. Tenente Francisco Mega  
 Fonte: Eliene Tozetto, 2004 e 2005.

os espaços sejam de todos. São espaços apropriados, como cada pequeno canto limitado pela favela, pela coletividade, pelos usos, constituindo-se numa diferença significativa quanto às formas de pensar e agir na cidade formal e na favela. Na cidade formal, ao contrário da favela onde as pessoas encontram-se em meio às vias de acesso e circulação considerando-as espaço de todos, o espaço público é usado pelos moradores para encontro, pois é considerado “espaço de ninguém” (DaMatta, 1983). São, portanto formas de pensar e agir culturalmente diferentes.

### ***Acesso e Estacionamento dos Veículos***

A maior parte das alamedas, travessas e becos encontrados ao longo da comunidade são, não apenas estreitos, mas também íngremes, formados especialmente por imensas escadarias, conforme pudemos observar nos textos e mapas apresentados no capítulo 3. Há pouca extensão de vias planas ao longo da comunidade e, conforme já mencionado, a Avenida Tenente Francisco Mega é a única em que encontramos, em apenas cerca de 200 metros, possibilidade de acesso por veículo.

Até onde a largura da Avenida permite, combis entram para descarregar mercadorias, frutas e legumes enquanto caminhões descarregam bebidas semanalmente para as quitandas, mercearias, bares e padarias espalhadas ao longo da Vila Parque, além de ambulâncias e outros veículos que eventualmente precisem do acesso. Tal fato pode ser exemplificado através das imagens 106 e 107, em que carro, moto e combi aparecem estacionados nesses trechos da via.

O ponto de parada dos veículos a descarregar mercadorias, apesar de não ser um estacionamento formal, trata-se de um espaço não apropriado por outros moradores para qualquer outro tipo de atividade devido ao 'respeito' dos mesmos pela necessidade de uso desse espaço para o devido fim, legitimando assim, a especificidade do uso. A prática realizada ao longo de muitos anos acabou provocando a demarcação de uma propriedade, mesmo que não fixa ou durante todo o tempo, mas constante e respeitada por todos. O fato de as combis ou os caminhões não estarem estacionados no local o tempo todo, não significa que o espaço não seja destinado e reservado a esse uso. Portanto, o espaço não é privado, trata-se de uma propriedade não de fato, mas legitimada, dentro do sistema da favela, pelos moradores em sua estrutura social.

As motos, por sua vez, apesar de poderem penetrar mais adentro da comunidade, não são comumente vistas ultrapassando esse limite dado pela estreiteza da via. As motos ficam estacionadas ali, no princípio da Avenida Tenente Francisco Mega, e o que vemos circular nas vias internas, além de pedestres, são apenas as bicicletas ou algum tipo de carrinho de mão, em respeito aos moradores e evitando acidentes com as crianças que costumam brincar fora de suas casas. Trata-se de uma demarcação dos territórios de cada um: há o espaço no qual os moradores não interferem e não usam por ser o lugar de parada de veículos, como as motos. Por outro lado, há o espaço, permeável às motos, mas que, na prática, não o é, trata-se do lugar de brincadeira das crianças, que não encontram outros espaços de lazer na comunidade. Há um respeito mútuo, são as leis e regras que regem o uso dos espaços na favela. É o resultado das constantes negociações ocorridas dentro dessa ordem social. São as leis de convívio que garantem a harmonia do local.

Esses veículos também caracterizam o uso do espaço, mesmo que não ocupem muito dele, para estacionamento. Esses primeiros duzentos metros de acesso à comunidade também são acesso à entrada para um terreno usado como estacionamento, onde, os carros de alguns moradores da comunidade ficam guardados.

### ***Domínios Públicos, Semi-Públicos, Privados e Semi-Privados***

Na favela, os espaços públicos e privados são interligados de um modo que não vemos na cidade formal. Essa é uma de suas principais peculiaridades. Ao longo de todo o dia, não somente em horário 'comercial', as ruas são continuações das casas, como se fossem os quintais das mesmas, com seus portões abertos, crianças brincando além dos limites das edificações, roupas ou tapetes eventualmente estendidos para fora das mesmas, o que caracteriza uma apropriação física e de uso. O comércio também transborda para além dos limites definidos pelas construções, isso, quando não ocupam totalmente os espaços de uso comunitário.

As casas, receptivas e, de certa forma, aberta a todos, tornam-se espaços semipúblicos, enquanto as vias, ocupadas das mais diversas formas, tornam-se espaços semiprivados. Jackes (2002) fala sobre a idéia freqüente dos moradores quanto à favela como 'uma grande casa coletiva'.

Tipologicamente, as ruas da favela são delimitadas pelas construções, com um espaço mínimo suficiente para circulação e acesso dos moradores à suas residências, conforme visto no capítulo 3. Em alguns casos, em verdade, os espaços mínimos não atenderiam, sequer, uma legislação conforme a aplicada nos espaços construídos da cidade formal, também pelo fato de não ter sido planejado e gerado conforme essa última.



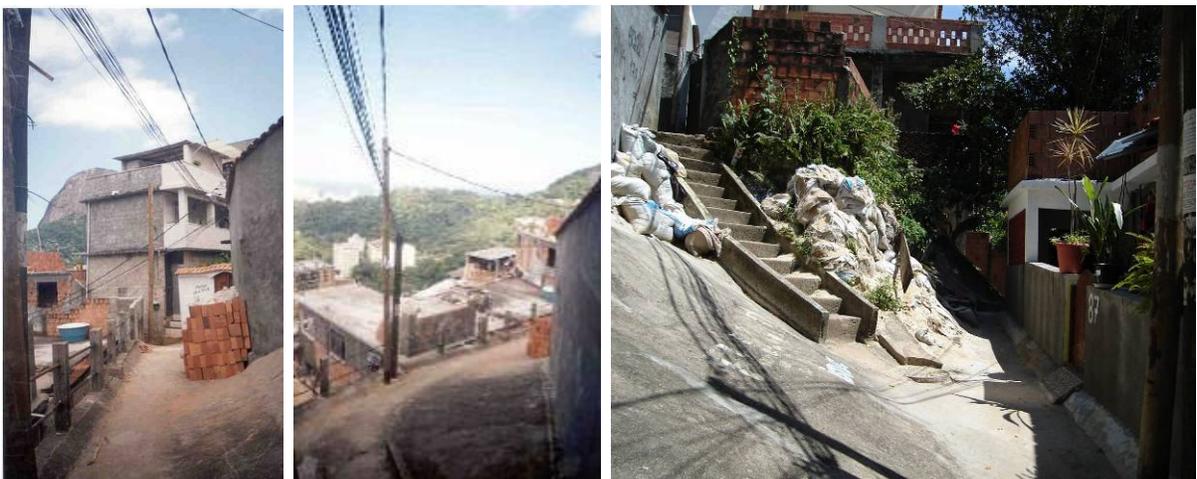
108. Piso em Pedras, entrada da Favela pelo Parque da Cidade  
Fonte: Eliene Tozetto, 2006

Os afastamentos frontais entre as casas dão-se apenas pela criação do percurso, gerador da malha urbana local, e os afastamentos laterais são, no caso da Vila Parque da Cidade, quase sempre nulos, restando poucas frestas ou estreitos corredores entre as construções. Através desses poucos espaços, é realizada a ventilação e a iluminação natural das residências. Quase todas as construções têm janelas voltadas para as vias, nos limites de suas residências com as mesmas, em suas fachadas principais.

Atualmente, na Vila Parque, todas as vias e becos estão pavimentados. O trabalho, já realizado há alguns anos pelos próprios moradores locais, foi refeito ou reforçado, visando melhoria de qualidade da favela, pelo programa de urbanização implantado. Há apenas uma via de acesso do Parque da Cidade à comunidade que não foi cimentada por ser revestida por pedras, conforme vemos na imagem 108.

### ***Entre a Agitação e a Calmaria: as Oscilações das Vias de Acesso e Circulação***

As Avenidas Tenente Francisco Mega e Parque da Cidade vivem, hoje em dia, uma agitação diária e interrompida apenas durante a madrugada, horário em que, segundo moradores locais, não é aconselhável andar sem rumo sozinho. Trata-se de uma comunidade tão tranqüila que, depois das duas horas da manhã, não é comum barulho nem pessoas transitando ou festejando nas Alamedas. Os espaços ficam desertos.



109, 110 e 111. Área do Antigo “Mirante” em Dois Momentos  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000 e 2005 (151)

Ao longo do trabalho de pesquisa, pudemos observar que a transformação do espaço construído provoca aproximação ou afastamento dos usuários para determinadas partes da comunidade. Da mesma forma que o espaço construído segrega, bloqueia, inibe, fazendo com que as pessoas procurem se afastar, o inverso ocorre quando ela convida, abraça o morador que por ali transita.

Um exemplo de como isso pôde acontecer na favela Vila Parque foi a inutilização de uma área antes conhecida como o 'mirante' da comunidade. O mirante ficava em um ponto no alto da comunidade, e assim era conhecido por oferecer uma vista panorâmica da cidade do Rio de Janeiro. O seu uso era de estar e convívio para jovens e adultos. Alguns moradores contavam que, enquanto mirante, o espaço era mesmo o lugar de encontro de muitas pessoas e, inclusive, lugar usado para o consumo de drogas por parte de alguns jovens da comunidade. Ao longo do período de desenvolvimento do projeto para intervenção urbanística na comunidade, através do Programa Favela Bairro, foi previsto para o local do mirante uma reformulação do mesmo, com bancos e vegetação, espaço para a permanência de moradores e contemplação da vista local.

A verba destinada para tal reforma acabou por ser desviada para outro fim, já que o antigo mirante perdia a sua função a cada pavimento ampliado das moradias situadas à sua frente. As edificações que são apoiadas sobre a encosta tinham apenas um pavimento no princípio das intervenções urbanísticas, permanecendo ainda abaixo da altura do olhar por algum tempo. A partir do ano de 2001 o seu crescimento foi implacável. A Associação de Moradores tentou impedir a ampliação das



112 e 113. Vista do "Mirante" em Dois Momentos  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000 e 2006

residências, argumentando a perda de um dos espaços mais bonitos da comunidade, mas os esforços foram em vão. O que pode ser visto hoje, no mesmo local antes usado como mirante, é um espaço escuro e fechado pelo crescimento vertical das residências.

O mirante não foi reformado, perdeu a iluminação e a ventilação natural em grande parte do dia. Mais que isso, ganhou, colada a si, portas e janelas. Antes um espaço livre e fluido, hoje um espaço fechado e controlado pelos moradores que o cercam. O espaço pode ser observado nas imagens apresentadas. As imagens 109 e 110 mostram o mirante em 2000 e a imagem 111 revela o mesmo espaço em 2005, escuro e pouco ventilado. As imagens 112 e 113 mostram, na primeira, a vista panorâmica do Rio de Janeiro que se tinha dali e, na segunda, a vista impossibilitada pela construção.

A ampliação da construção, nesse exemplo, provocou não só uma interferência urbana ou espacial provocou uma mudança significativa em um lugar na comunidade. Hoje, não há, em toda a comunidade, qualquer lugar de onde se possa ver um cenário do Rio de Janeiro como o visto por esse mirante, exceto de dentro das residências localizadas em pontos mais altos do assentamento, o que, não pode acontecer livremente, mas apenas quando da 'autorização' do proprietário da referida residência.

Nesse caso específico, não houve um fechamento ou territorialização do espaço do mirante por parte dos proprietários da residência em expansão. Foi criada, através da construção, uma barreira visual em torno do espaço por ter retirado do mesmo suas características mais atrativas, afastando os usuários.

Apesar de subtrair da comunidade um espaço de lazer, os moradores não impediram tal acontecimento. Dentro de suas 'leis' e 'regras' não há um número máximo de pavimentos que as construções devam atingir, nem um planejamento quanto à preservação deste ou de outros espaços. Os moradores detém, na favela, "direitos de expansão" de suas residências mesmo em relação ao espaço aéreo. Com base nessa negociação silenciosa pelo espaço livre na comunidade, os moradores aceitam e respeitam as decisões de cada um sobre seu espaço construído sobre suas bases já apropriadas (sobre a projeção da área tomada no solo do primeiro pavimento).

Além da formação dessa barreira visual, outra forma de modificar os usos dos espaços livres através das modificações dos espaços construídos é a construção da própria barreira física. Quando a arquitetura sofre alguma modificação que interfira no espaço social está interferindo na relação homem x ambiente, na interação entre o 'agir' do primeiro e as formas de usos referentes ao segundo. São as modificações que agem diretamente sobre os percursos e atividades realizadas nesses espaços.

Exemplo para o surgimento de barreiras físicas em espaços sociais são as ramificações surgidas das vias principais e secundárias, ao longo do crescimento da comunidade. Outras foram extintas. São pequenos becos que serviam ou passaram a servir como passagem entre residências ou mesmo entre Alamedas.

Percebemos isso quando, ao conversarmos com os moradores, ao longo das nossas visitas à comunidade e coleta de dados para o caderno de campo, nos contaram informalmente o caminho que percorriam até suas casas há algum tempo e o caminho que percorrem hoje. Em alguns casos, houve o fechamento das vias por conta de ampliações em residências. Em outros casos, a própria residência que antes se abria para uma alameda foi modificada e passou a abrir suas portas para a outra direção, dando acesso para outra alameda, como é o caso do Sr.B.S., um de nossos informantes. O morador da comunidade contou-nos que a residência passou a abrir para a Alameda das Camélias após algumas reformas, alterando seu percurso diário e, conseqüentemente, alterando a forma pela qual ele e sua família usam os espaços da comunidade.

Outro exemplo para a ocorrência de alterações nos usos dos espaços livres devido à construção de barreiras é a implantação de portões em torno de degraus de acesso às moradias, por exemplo. Os degraus de acesso às soleiras, antes usados como lugar para brincadeiras de crianças ou descanso para qualquer jovem ou adulto, perdem esse uso quando cercados por grades, muros e portões. Tal ocorrência pôde ser vista em nossas visitas à comunidade, ao longo de várias alamedas.

Ao longo do período em que desenvolvemos essa pesquisa, escolhemos alguns pontos para regulares anotações em nosso caderno de campo. Um dos locais mais freqüentados por nós foi a



114. Residência na Av. Tenente Francisco Mega em Dois Momentos  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000 e 2004

Avenida Tenente Francisco Mega, em frente à mercearia do Sr. Nicolau, onde ficávamos sentados nos degraus de acesso à soleira de uma residência. Nunca houve problema quanto ao uso que fizemos, durante muitos meses, desse lugar.

Ao contrário, os proprietários da residência sempre foram bastante solícitos e nunca se incomodaram com nossa presença ali. Não tivemos que nos mudar de nosso 'lugar', os degraus continuaram, pelo menos até os últimos meses, acessíveis. Inclusive, com o passar do tempo, nossa presença assídua no local provocou o reconhecimento daquele espaço ocupado por nós como 'o lugar da pesquisadora'. Quando nos atrasávamos, nosso lugar era mantido livre e desocupado à nossa espera. Mas para as crianças que brincavam em outros degraus, onde foram instalados portões para a proteção, a medida significou uma proibição ou limitação: não é mais possível, a partir daquele momento, brincar nos degraus da escada. Foram instaladas ali, nesses casos, portas que, para esse uso, se fecharam. Trata-se de uma mudança nos usos dos espaços, mudança de hábitos, de cotidiano. São mudanças que refletem as negociações diárias entre os moradores quanto ao uso e ocupação dos espaços.

O fato pode ser percebido ao caminharmos ao longo da comunidade, cujo terreno é demasiadamente íngreme, com cotas de soleira, em cerca de 80% das residências, mais altas que as próprias vias de acesso e circulação, para evitar a entrada de águas provenientes das chuvas para dentro dos imóveis e um desastroso alagamento, já que, em momentos de chuvas fortes e tempestades as vias em rampas ou escadas são como cachoeiras de águas que ganham força a cada espaço percorrido.



115 e 116. Residências Cercadas por Grades, Av. Tenente Francisco Mega  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000.

Para o acesso ao interior das residências, foi executada, para cada construção, uma escada de acesso, de degraus irregulares e, por vezes, exageradamente altos. Com as soleiras localizadas no limite territorial das construções, as escadas, logicamente, tiveram que ocupar parte das vias de acessos, por onde os habitantes da favela transitam.

Devido à localização, apesar da não existência de um limite legal entre os domínios privados e públicos, o espaço das pequenas escadarias é utilizado por todos. Crianças brincam, jovens e adultos sentam ali para o descanso ou para uma conversa. No entanto alguns proprietários dessas casas resolveram isolar a escadaria do uso alheio, estendendo seu território e apropriando-se desse espaço.

Utilizaram-se então de grades ou muros que pudessem cercar e fechar essas entradas, como observado na imagem 114. Mesmo sem cadeado, as grades, que não tem, em muitos casos, motivos de proteção, impedem a aproximação dos que por ali transitam e das crianças que por ali brincam.

Em outros casos, a ausência de escadas para o acesso não é impedimento para a implantação de grades avançando sobre espaços de domínio público. Algumas formam, com as grades, pequenos espaços como varandas, normalmente vistas nas construções da cidade formal. Algumas ocupam o espaço contido em apenas em um trecho de suas fachadas, outras ocupam todo o espaço de projeção de suas fachadas.

Não parece haver, nesse caso, intenção de proteção contra invasões, mas apenas simbolizar uma ascensão dentro da própria favela. Dar à sua residência status de nobreza, fazê-la notável, célebre, distinta das outras tantas dentro da comunidade, imitação em escala reduzida das grades que são colocadas em edifícios de luxo da cidade formal.

#### **4.6.2 Os outros Espaços de Uso Comunitário**

Além das vias de acesso e circulação, poucos são os espaços livres encontrados ao longo da comunidade para o lazer. Como motivos, podemos relacionar o alto adensamento local e a escassez de espaços planos ao longo da comunidade. Entre os espaços livres, podemos relacionar apenas um 'campinho' (como é chamado), de terra batida em dimensões muito reduzidas, situado na Avenida Vila Parque da Cidade, usado pelas crianças para jogar bola e um espaço em frente à nova creche comunitária, onde foi previsto pela prefeitura a criação de um pequeno parque com alguns equipamentos como balanço e escorrega para as crianças. O último espaço referido ainda está livre e não há previsão da construção desse pequeno parque. Não há qualquer praça pública em toda a extensão da comunidade, o que é, repetidamente, reclamado pelos moradores que responderam à entrevista:



117 e 118. Campo de Futebol, Av. Parque da Cidade  
Fonte: Eliene Tozetto, 2000 e 2006

“As crianças não brincam na rua(...) aqui é estreito. Brincam lá em cima, no terraço”. (Sra.H.A.A.);  
 “Tem umas ruas aqui que não têm espaço”. (Sr. E.P.L.);  
 “Aqui não tem um espaço pra ocupar nossas crianças, que ficam muito tempo ocioso”. (Sra. D.A.);  
 “Não tem muito pra gostar não porque aqui não tem lazer, não tem nada”. (Sra. M.A.C.B.);  
 “Praça para as crianças, não tem.Criança fica na rua pra cima e pra baixo porque não tem nenhuma pracinha. Não tem diversão nenhuma pra criança”. (Sr. E.S.P.);  
 “Não tem espaço na comunidade. Só tem um campinho lá em cima”. (Sra. V.D.S.).

A comunidade, hoje repleta de crianças e jovens, precisa, segundo os moradores, de melhores espaços para a prática de atividade esportivas e de lazer, para evitar o envolvimento, principalmente dos adolescentes, com drogas.

Dessa forma, os espaços de uso comunitário, encontrados dentro dos limites definidos pela AEIS (Área de Especial Interesse Social) Vila Parque da Cidade, ao longo de nossas visitas, são, além das vias de acesso e circulação, uma Creche Comunitária e o espaço encontrado em seu entorno, um Centro Comunitário e o ‘campinho’ de futebol, mantido da mesma forma pelos moradores ao longo dos últimos seis anos, conforme observamos nas imagens 117 e 118.

Esse último, um dos únicos espaços livres dentro da comunidade, foi de fato apropriado pelos moradores enquanto espaço comunitário. Sua área está legitimamente registrada dentro da AEIS da favela Parque da Cidade, segundo a Prefeitura da Cidade. A área não pertence a qualquer morador



119. Antiga Creche Comunitária  
 Fonte: Eliene Tozetto, 2000



120. Obras Nova Creche  
 Fonte: Associação de Moradores, 2002



121. Nova Creche Comunitária  
 Fonte: Eliene Tozetto, 2005

em especial, é uma área englobada no perímetro de ocupação da favela e usada freqüentemente pelos seus moradores como área de lazer.

A antiga creche comunitária (imagem 119) foi demolida e deu lugar a uma nova construção, bastante elogiada pelos moradores (ainda em obras na imagem 120 e pronta para a inauguração na imagem 121). A área de seu entorno, prometida para construção de um pequeno parque continua do mesmo modo que se encontrava há quatro anos atrás. O espaço, antes usado por moradores próximos, para conserto de automóveis, hoje é visto como um espaço que abriga um imenso varal para a secagem de roupas dos moradores das redondezas.

Um espaço apropriado pelo uso que não o determinado para o local. O mesmo aconteceu, recentemente, pela construção inacabada do Centro Comunitário, situado logo na entrada principal da Comunidade, exatamente em frente ao ponto de ônibus, combes e vans. As obras iniciadas no Programa Favela Bairro tiveram sua interrupção, por vários momentos, devido a vários motivos, entre eles, alteração de contratação de empreiteira para o trabalho. Hoje, a edificação, ainda inacabada, tem suas paredes erguidas e cobertura feita em uma laje pouco inclinada. Faltam esquadrias e, por esse motivo, o espaço tem seus vãos abertos, garantindo sua acessibilidade. Devido ao abandono, a grande área é hoje usada por meninas e meninos para o uso de drogas e entorpecentes, e ainda, segundo relatos informais de moradores, local usado para prostituição.

As condições do Centro Comunitário encontrado pelos moradores como um espaço encerrado por



122, 123 e 124 Centro Comunitário em Obras  
Fonte: Eliene Tozetto, 2006

paredes, coberto e abandonado, ainda sem o uso para o qual foi destinado, convidam à ação, à prática de novos usos por eles impressos, de forma inversa às grades que cercam as pequenas escadarias, onde as crianças não brincam mais. As obras inacabadas podem ser observadas nas imagens 122, 123 e 124, registradas em 2006.

#### **4.6.3 Espaços Apropriados pelos Moradores Fora dos Limites da Favela: Como?**

Ao longo de nossas pesquisas, observamos que a favela extrapola seus limites apropriando-se dos espaços formais por meio do uso. A essa apropriação que vemos aqui daremos o nome de apropriação comunitária, caracterizada pelo uso freqüente do espaço. Nesse caso, o espaço não é de ninguém em particular. As pessoas não se apropriaram de fato, apenas usam com tanta freqüência que consideram espaços como sendo delas próprias.

Como exemplo vemos o Parque da Cidade, espaço público, usado freqüentemente pelos moradores, considerado por eles enquanto parte da favela. Os motivos que propiciam isso são ainda mais claros: o Parque, de acesso irrestrito dentro dos horários de funcionamento, está colado à comunidade, proporcionando acesso à mesma, é local de trabalho para muitos moradores da favela, foi um dos 'elementos' a contribuir para a ocupação da comunidade, e, especialmente é um espaço bastante utilizado pelos moradores para a prática de atividades esportivas e de lazer. O fato de não haver necessidade de uma autorização especial para o seu uso também colabora para o surgimento desse sentimento de 'posse'. Está à parte da área definida pela AEIS, mas considerada de forma inversa devido ainda ao seu freqüente uso.



125. Entrada do Parque da Cidade  
Fonte: Eliene Tozetto, 2005



126. Museu Imperial- Parque da Cidade  
Fonte: Eliene Tozetto, 2005

Quando o espaço ocupado freqüentemente está englobado na área da favela, ela é igualmente irregular e não fixa, mas que, devido à sua freqüência incorpora-se às características físicas e arquitetônicas do local.

O Parque da Cidade foi, entre os espaços usados pelos moradores para a diversão, o mais comentado durante as entrevistas. Segundo eles, aos fins de semana usam o espaço para banho de cachoeira, além de usar os espaços para correr ou caminhar e fazer lanches ao ar livre. O maior problema apontado para a área do Parque é a falta de manutenção, sujeira e os quiosques, projetados para atender aos visitantes, abandonados. Ainda assim, o Parque da Cidade, pivô primeiro da ocupação de sua encosta, é visto pelos moradores como parte ou extensão da própria comunidade, e, dessa forma, registram nas entrevistas seus relatos. Quando questionados sobre o como eles usam os espaços disponíveis na comunidade, 22,5% dos moradores respondem, sem pensar, a respeito do uso do Parque da Cidade, como fosse parte da favela. A exemplo, vemos a declaração de alguns deles:

“(...) e o Parque é o quintal da nossa casa, né?”. (Sr. V.S.A.);  
 (gosto do) “Lazer que tem no parque da cidade”. (Sr. V.V.C.);  
 “Todo final de semana. (...) toma um banho na cachoeira, no Parque da Cidade”. (Sr. L.A.);  
 “tomo um banho na cachoeira” (no Parque da Cidade). (Sr. E.P.L.);  
 “Gosto de tudo (na comunidade). Tem um parque (o Parque da Cidade) maravilhoso para as crianças brincarem, até elas podem ir à pé”. (Sra. M.J.S.);



127. Espaço do Parque da Cidade usado pelos moradores como estacionamento  
 Fonte: Eliene Tozetto, 2005

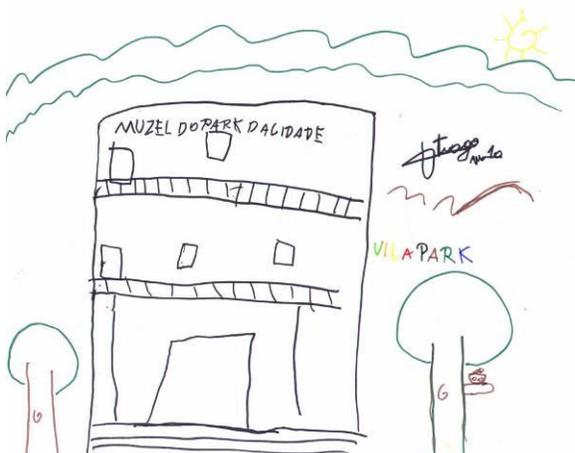


128. Parque da Cidade- Espaço de lazer  
 Fonte: Eliene Tozetto, 2005

As imagens 125, 126, 127 e 128 retratam os espaços do Parque da Cidade freqüentado pelos moradores. O valor dado ao Parque da Cidade é ainda maior que o valor dado ao campinho de futebol, um dos poucos espaços livres e planos na comunidade, onde muitas crianças brincam.

Tal fato é revelado quando pedimos que as crianças fizessem um desenho da comunidade Vila Parque da Cidade e demos à elas canetas coloridas e papel em branco. O que obtivemos foi um percentual de desenhos do Parque da Cidade igual a 33,3%, como se fosse parte da comunidade e ainda um percentual igual a 53,33% de desenhos representando árvores, pássaros, entre outros elementos naturais em referência ao Parque da Cidade, partindo do fato de que, no interior da comunidade, há pouquíssima vegetação (conforme observamos no mapa apresentado no capítulo 3) e o contato com o meio natural é feito imediatamente pelos moradores da comunidade no uso do Parque da Cidade. Um dos desenhos ilustra a imagem 129. Alguns mais poderão ser vistos no Anexo 2 dessa dissertação.

A Estrada Santa Marinha também é alvo do uso dos moradores da Vila Parque da Cidade. Porém, a Estrada está localizada exatamente em um dos limites definidos entre a AEIS e a cidade formal, mas ao lado externo da AEIS, como podemos observar na imagem 131, o mapa de delimitação da AEIS. Não é parte da favela, mas é usada como se o fosse. O comércio instalado nas edificações que beiram a Estrada estende-se com seus produtos sobre a calçada, enquanto os bares estendem suas mesas e cadeiras. Muitos carros passam o dia estacionados regularmente ao longo das calçadas, definindo um certo domínio sobre os espaços.



129. Desenho Infantil representando o Parque da Cidade, 2005

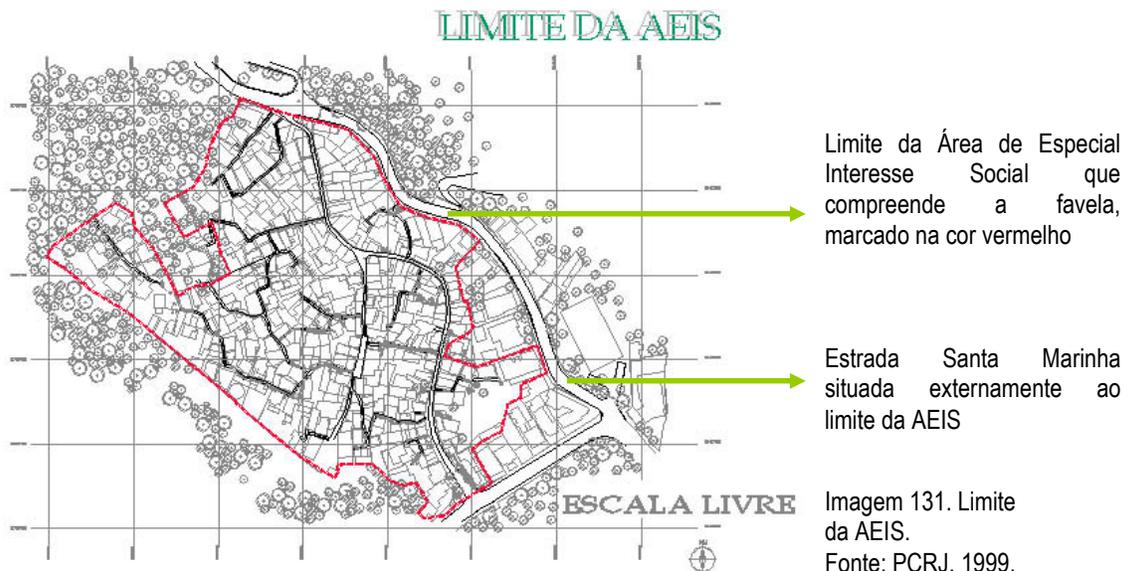


130. Parque da Cidade – Eventos Comunitários  
Fonte: Associação de Moradores, 2002

Para os moradores, carentes de espaços fluidos e extensamente vazios dentro da comunidade, o espaço é ainda usado periodicamente para a realização de festas. Concentram nela todos os moradores interessados em participar dos eventos e festividades anuais organizados pela Associação de Moradores local.

O espaço já foi utilizado para a realização de eventos promovidos junto à Prefeitura local, como por exemplo, a inauguração do viveiro de plantas, um espaço construído para a capacitação de moradores da comunidade sobre o cultivo das diversas espécies. O Viveiro foi instalado dentro da propriedade do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, cedido pela diretoria do mesmo, de acesso pela Estrada Santa Marinha. O evento para sua inauguração foi, portanto, realizado em um fim de semana, no ano de 2001, em meio à Estrada, com presença de boa parte dos moradores da Comunidade, bloqueando quase completamente a passagem de veículos pelo local.

Outro exemplo de ocasiões em que a favela extrapola seus limites, apropriando-se de espaços formais é a realização anual da Festa Junina, uma das festividades populares mais importantes e tradicionais de nosso país, aqui na comunidade realizada de forma freqüente. A Festa da Vila Parque da Cidade é realizada, sob a organização da Associação de Moradores, ao longo da Estrada Santa Marinha, especialmente no trecho próximo à referida Associação. Nos anos de pesquisa, estivemos acompanhando o processo de preparação do espaço, conforme as imagens 132 e 133,



desde seus primeiros passos à realização da festa.

No ano de 2004, a festa teve seu início no dia 9 de julho e durou seis dias, ao longo dos fins de semana que seguiram<sup>36</sup>. Programada para dois finais de semana consecutivos, a festa teve que ser adiada por motivo de chuvas intensas nos dias programados. No dia 8 de julho, anterior à data de início da festividade, os moradores já iniciavam a preparação das barracas de madeira para a venda de doces, salgados e bebidas. Localizadas nas calçadas da Estrada Santa Marinha, as barracas foram, antes mesmo do início da festa, um empecilho aos carros habitualmente estacionados sobre as calçadas.

A construção das barracas desde o dia anterior, conforme registramos em nosso diário de campo, provoca uma movimentação na área maior que os demais dias observados. Os adultos, ajudados e observados pelas crianças, penduram bandeirinhas ao longo de toda a extensão da rua ocupada pela festa. Eles sobem em altas escadas e fazem as amarrações por entre os postes, caracterizando, desde o momento a apropriação desse espaço público da Estrada Santa Marina. Já é uma preparação à festa que está por iniciar. A área ocupada pelos moradores nos dias de festividade, assim como a disposição das barracas e do palco para eventos, estão demarcados na imagem 138, o mapa esquemático da ocupação realizada na Estrada Santa Marinha durante o



132 e 133. Preparação para a Festa Junina- Estrada Santa Marinha  
Fonte: Eliene Tozetto, 2005

<sup>36</sup> A festa foi realizada nos dias 9, 10, 11, 23, 24 e 25 de julho.

evento.

No primeiro dia do evento, na sexta-feira, o vai e vem dos moradores apresenta outro aspecto. As expressões são de felicidade e excitação. Os donos das barracas movimentam-se bem antes do horário previsto para a festa, dando acabamento ao esqueleto de madeira surgido na noite anterior. A cobertura é feita em folhas de bananeira e outras espécies vegetais. São penduradas também bandeirinhas e propagandas das marcas de cerveja e refrigerante que serão vendidas.

À frente da Associação de Moradores é instalado um grande palco para apresentações de grupos de dança da própria comunidade e da favela da Rocinha e ainda um grande equipamento de som, ocupando toda o espaço de calçada existente nesse ponto.

A Estrada, transitada por moradores que chegam de seus trabalhos ou estudos, começa a ganhar uma movimentação mais intensa que em outros dias observados por nós, ao longo do ano. Ao invés de entrarem em suas casas, os moradores aproveitam para passar ainda um tempo conversando com seus amigos, usando e ocupando informalmente a via pública<sup>37</sup>. Os carros, de funcionários do Parque da Cidade ou moradores locais, que por ali transitam, especialmente, ao término do expediente de tais trabalhadores, começam a ter dificuldades de circulação, como pode ser



134 e 135. Festa Junina - Estrada Santa Marinha  
Fonte: Eliene Tozetto, 2004

<sup>37</sup> A Estrada Santa Marinha é uma via pública por ser reconhecida formalmente pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

observado na imagem 134. Tal fato é observado ao longo da festa, iniciada por volta das vinte e duas horas. Conforme a rua recebe os moradores da Comunidade e convidados externos, entre eles, muitos moradores da Rocinha, familiares ou amigos dos moradores locais, o espaço para a circulação de veículos diminui. A ocupação é densa (imagem 135) e o espaço é usado pelos moradores sem algum receio, como se fosse parte de propriedade fisicamente legal da Vila Parque da Cidade.

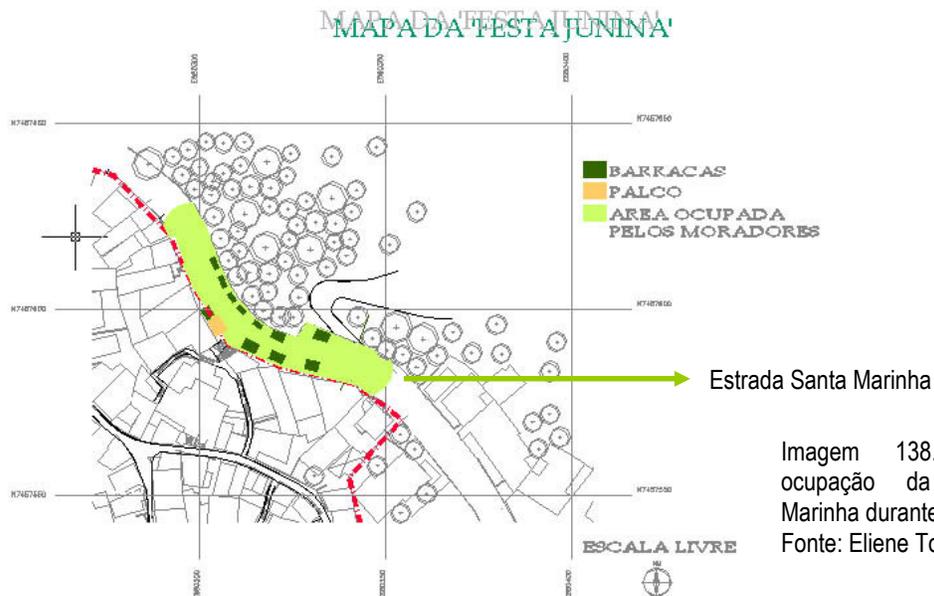
No ano seguinte, em 2005, as cenas repetem-se rigorosamente, o que confirma nossas pesquisas e constatações quanto a regular apropriação de espaços públicos pelos moradores da favela extrapolando seus limites. A festa, iniciada no dia primeiro de julho<sup>38</sup>, teve sua preparação desde o dia 30 de junho, quando a estrutura de madeira das barracas foi montada até o final do dia. No dia seguinte, percebemos a mesma movimentação e processo de preparação da festa que já havíamos observado no ano anterior (imagens 136 e 137). A festa que, novamente, durou seis dias, contou com a participação de boa parte da população local, além de convidados externos, como parentes e amigos residentes da favela da Rocinha.

Um processo de retroalimentação entre a micro cultura local, formada pelo encontro de diversas culturas e os espaços, sejam eles livres ou edificados. A cultura, nesse capítulo foi compreendida e



136 e 137. Festa Junina- Estrada Santa Mainha  
Fonte: Eliene Tozetto, 2005

<sup>38</sup> No ano de 2005, a festa aconteceu nos dias 1, 2, 3, 8, 9 e 10 de julho.



respeitada, mas, primeiramente, revelada como todo o comportamento cultivado, como a experiência adquirida e acumulada pelo homem e transmitida naturalmente, através de grupos sociais. Vimos no segundo capítulo que Laplantine (2000) fala em cultura como um conjunto de comportamentos, 'saberes e saber-fazer' que caracterizam um grupo humano ou mesmo uma sociedade. Essa foi uma das bases para nossos estudos e análises no presente capítulo, complementada pelos demais conceitos trazidos do segundo capítulo dessa dissertação. As características físico sociais e demais informações quanto ao nosso objeto de estudo, trazidos do terceiro capítulo também colaboraram para o estudo apresentado aqui, além do caminho metodológico seguido para que pudéssemos atingir nossos objetivos, trazido do capítulo 1.

Trabalhamos nesse capítulo, a experiência adquirida e transmitida pelos moradores da comunidade Vila Parque da Cidade, através das formas de uso e apropriação dos espaços livres ou construídos no interior dessa favela, o seu crescimento e desenvolvimento ocorrido pelas constantes transformações de seus espaços em lugares, além dos mecanismos e estratégias usadas pelos moradores para permitir a leitura dos limites entre os domínios público e privado no local. Compreendemos, através das análises e observação dos casos, as relações interpessoais ocorridas em comunidades de baixa renda quanto à negociação cotidiana de uso dos espaços livres e ainda a apropriação dos moradores sobre espaços públicos não pertencentes à comunidade, estendendo assim, seus limites. Todos esses dados e análises serão, finalmente, compilados em conclusões traçadas no capítulo que segue.

# Conclusões

---

## *considerações finais*

*"O que te escrevo é um "isto".  
Não vai parar:  
Continua."  
Água Viva  
Clarisse Lispector*

O presente capítulo vem destacar as conclusões geradas pela investigação proposta ao longo desses últimos dois anos de pesquisas, junto ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura. Ele tem como base o caminho metodológico proposto para o desenvolvimento da pesquisa e aplicação dos instrumentos descritos no primeiro capítulo e o arcabouço teórico selecionado e por nós apresentado no segundo capítulo. Além desses, também se baseia no histórico e processo de ocupação local investigado e características físicas e sociais descritas no terceiro capítulo, e nas análises realizadas ao longo do quarto capítulo.

Essa etapa do trabalho, denominado ‘Considerações Finais’ vem traçar as conclusões sobre a compreensão do processo de “moldagem do Lugar” (Duarte, 1993) em uma comunidade de baixa renda, respondendo às questões que permeiam as formas de ocupação e crescimento desses assentamentos populares, relacionando a dinâmica das transformações dos espaços livres e construídos com o uso dos espaços de domínio público. Buscamos ainda esclarecer os mecanismos e estratégias utilizadas pelos moradores locais para tornar legíveis os limites entre os domínios públicos e privados da favela.

As considerações que seguem não têm a pretensão de encerrar o assunto. São apenas mais um passo para um caminho que segue em busca de maiores esclarecimentos quanto ao crescimento e desenvolvimento de comunidades de baixa renda e as relações interpessoais surgidas nesses lugares, responsáveis pelo equilíbrio social entre habitantes, espaços construídos e espaços livres.

# conclusões

## Considerações Finais

O espaço na favela está sempre em movimento, ou melhor, a própria favela é o espaço em movimento. Isso porque os moradores constroem seus lares e o espaço a seu redor. Eles são a própria mão de obra, o trabalho árduo de crescimento e desenvolvimento da área em que vivem.

Por muito tempo, na Vila Parque da Cidade, por estar à margem do sistema urbano e social gerido pela cidade formal, os moradores eram os únicos responsáveis pelo bem estar físico, espacial, além de social da favela. Eles criaram suas leis de convívio e sistemas próprios de relações interpessoais e com o meio, encontrando seu equilíbrio social.

De forma organizada através da Associação de Moradores, à medida das possibilidades, os moradores já haviam feito, antes mesmo das intervenções urbanas realizadas pela prefeitura local, a pavimentação de suas vias de acesso e circulação e suas escadarias. Em verdade, muitas escadarias ainda apresentavam, cerca de quatro anos atrás, sua execução em madeira e, alguns poucos trechos da favela, ainda eram de terra batida, além da ausência de boa infra estrutura urbana, mas grande parte das adequações realizadas em prol da saúde e bem estar dos habitantes estava sendo realizada aos poucos. O que demonstra a participação comunitária de forma representativa, fato não observado com tanta força na cidade formal.

Em nossa opinião, é dentro dessa lógica social e construtiva, criada pelos moradores da favela, que o projeto para intervenção urbana e arquitetônica, deve ser desenvolvido, preservando e respeitando o modelo iniciado pelos habitantes locais, através de sua compreensão, evitando o erro de substituí-lo radicalmente por modelos encontrados e extraídos da cidade formal.

A começar pelo traçado urbano tradicional e reto, planejado e imposto sobre os usuários da cidade formal. Suas ruas racionais são projetadas e o percurso é assim imposto. O oposto do ocorrido na favela, onde a sinuosidade do traçado respeita, não só os acidentes geográficos, imposições naturais sobre os caminhos, mas também ao modo de deslocamento dos moradores locais. Caminhos abertos sobre traçados gerados pelo próprio caminhar.

O resultado da experiência coletiva e, especialmente, individual é o movimento do espaço materializado em concreto e asfalto, o conjunto de perspectivas seriadas tão imprevisíveis quanto o próprio percurso. É uma vivência do espaço pelos moradores em seus deslocamentos cotidianos realizados a pé, uma troca entre o morador e o sítio: o morador define os caminhos e o sítio impõe seus obstáculos e dificuldades. O ritmo é variável conforme o percurso: mais intenso nas descidas e mais árduo e lento nas íngremes subidas. O esforço físico, variado conforme as situações encontradas, provocam o reconhecimento e a experiência corporal do espaço da favela e as inúmeras sensações surgidas a cada trecho percorrido. Experiência vivida através dos becos tortuosos, que geram medo e surpresa, o contato próximo com a terra (o orgânico) e com a arquitetura (o fabricado), as perspectivas jamais geradas e observadas em veículos automotivos.

Na Vila Parque da Cidade, os ritmos de percurso resultam da cultura trazida pelos que vieram do Parque da Cidade, do Jockey Club e, especialmente, de outras partes do país, em um fluxo migratório intenso de décadas passadas. O somatório dessas culturas é representado não apenas pela micro-cultura local surgida, mas também pela vivência coletiva, pela experiência vivida por cada morador e por todos em conjunto em luta pelo crescimento e permanência dos mesmos nessa favela, construída, pouco a pouco, por eles próprios. Situação relatada por Tuan ao falar de uma relação antagônica entre o visitante e o nativo:

*“Porque para mim as clareiras não dizem nada, (...). Mas, quando eles olhavam os horríveis tocos, pensavam em uma vitória pessoal. As lascas, (...) falavam em suor honesto, de trabalho persistente e recompensa final. (...) Em resumo, a clareira, que para mim era simplesmente um feio quadro na retina, para eles era um símbolo flagrante de lembranças morais e contava um verdadeiro hino ao dever, a luta e ao sucesso”.*<sup>39</sup> (WILLIAN. In: TUAN, 1980a:74).

---

<sup>39</sup> JAMES, William. “On a Certain Blindness in Human Beings”. In: *Talks to Teachers on Psychology: and to Students on Some of Life’s Ideals*. New York: The Norton Library, 1958.

Tuan retrata, nessa passagem, o sentimento real do morador nativo que, através de muita luta, consegue transformar os espaços e construir o seu Lugar<sup>40</sup>, repleto de significados. O que parece feio para os que chegam, representa, por vezes, uma vida para quem o construiu.

Assim é a relação entre o visitante e o nativo nas favelas do Rio de Janeiro. O processo de ocupação leva décadas, até que o morador possa sentir segurança da sua presença e função na comunidade. O longo processo de apropriação de cada pequeno espaço formador de seu 'bairro' e a segurança, surgida simultaneamente, quanto à preservação de seu Lugar. Cada tijolo erguido ou cada laje assentada conta uma história.

Os espaços são apropriados palmo a palmo em toda a área que abrange a Vila Parque da Cidade desde as primeiras formas de ocupação da mesma até toda a sua extensão atingida por meio da expansão. Cada pequena construção resguarda em si o suor de trabalhadores e seus sonhos de moradia.

A apropriação dos espaços nas favelas iniciam-se no processo de territorialização. No princípio, são apenas ocupações, livres de formalidades, sem o planejamento habitual encontrado na cidade formal. Isso por que sua ocupação brota de uma raiz aberta, com um potencial enorme de transformação. Não há, como na cidade formal, um planejamento territorial baseado na "demarcação fixa, na interrupção de movimentos preexistentes".

Os territórios são formados de maneira orgânica, imprecisa, não planejada e dinâmica, pois são renegociados com o passar do tempo. Acontece espontaneamente a partir da própria "invasão de espaços vazios", ou seja, um ato de demarcação simples, mas que termina em um processo de territorialização. Na Vila Parque os barracos surgiram em meio à mata, como a erva que cresce em meio aos paralelepípedos, e se expandiu até encontrar limites físicos formais. Transformou-se em um micro território dentro de um território urbano. Uma micro cultura, proveniente de uma grande mistura de diversas culturas. Uma cidadela dentro da grande cidade do Rio de Janeiro. Segue regras e normas próprias, suas leis. Ocupam todo o espaço livre e, ao longo das encostas, avançam

---

<sup>40</sup> Para Tuan (1980<sup>a</sup>), Lugar é o espaço que adquire definição e significado.

sobre as mesmas, apoiando em estruturas improvisadas e criando um chão próprio para as edificações.

Pelas idéias de Rapoport (1972), as residências, com suas janelas e portas coladas ao limite das vias de circulação, criam uma 'lacuna' entre o que seria, para o habitante, o "meu espaço" e o "não meu espaço". Além de afastar fisicamente, evitam uma invasão dos olhares indiscretos, mesmo somente por alguns instantes, sobre seus territórios, nesse caso, seus lares, seus habitats.

### **1. Valores materiais, estéticos e Afetivos**

A favela Vila Parque da Cidade, quando vivida e experienciada, mesmo que não tanto quanto os moradores locais, mesmo que somente durante os passos de uma pesquisa como a que nos propusemos, revela questões importantes de afetividade dos moradores com seus espaços. Afetividade, do verbo 'afetar', atingir, numa relação de trocas em que os moradores afetam o Lugar e são afetados pelo mesmo.

Após o período de incursão nossa na favela escolhida como cenário para a execução desse trabalho, em nossas constantes conversas com os moradores e anotações, além dos resultados obtidos pela aplicação dos instrumentos de pesquisa, concluímos que para os moradores antigos, mais idosos, o espaço representa, acima de tudo, a realização de conquistas ao longo de um tempo, e a distância está diretamente ligada a esse tempo passado, tanto na própria comunidade como nas suas cidades de origem. Trata-se do resultado dos valores impostos pelos moradores antigos pela conquista final do trabalho árduo de construção desse Lugar, diferente do que a favela representa para os moradores jovens, uma conquista presente e constante, renovada a cada dia. Para outros, ainda, o 'poder' de domínio sobre a comunidade, em especial, para os jovens pertencentes a uma pequena rede de venda de drogas<sup>41</sup>. Para estes, o espaço não representa tempo passado e nem atrela ao mesmo as distâncias.

---

<sup>41</sup> Vale ressaltar que a pesquisadora, enquanto pertencente a uma equipe de arquitetos da Secretaria de Habitação da Prefeitura local, participou do processo de implantação de um programa de urbanização nessa favela, conforme já descrito ao longo dessa dissertação e, por esse motivo, não foi criado nenhum tipo de dificuldade por parte dos 'chefes' locais para nosso livre acesso e circulação no interior da mesma. Dessa

O tempo também age na favela de forma significativa para as habitações, e essa é a grande diferença entre o abrigo da favela e a habitação da cidade formal: a temporalidade.

O tempo funciona de forma única e particular para cada um dos casos. O abrigo é visto como temporário, provisório, em constantes modificações e a habitação é vista como o que é durável, permanente, devido a seu planejamento. Na favela o que ocorre é a temporalidade do abrigo mesmo que dure, dessa forma, para sempre, enquanto que a habitação, como a vista na cidade formal, é durável mesmo que desabe em pouco tempo. Quando os moradores ganham permanência, o abrigo vem a se transformar potencialmente em habitação, pois perde suas características de provisoriedade, mesmo que num processo infindável de modificações.

Quando as moradias da favela vêm-se consolidadas, ganham de fato a temporalidade das habitações da cidade formal, são duráveis. Os valores dados, a princípio, pelos moradores, a objetos elétricos e eletrônicos e mobiliário da casa, enquanto matéria transportável, investimento em algo que não será perdido em caso de remoção (como comenta Duarte, 1993a), são transferidos para novos objetos. Não se trata de novos valores, são os mesmos valores que damos a tudo o que nos pertence, a tudo o que nos sentimos proprietários. Após a consolidação, os grandes valores são voltados para a casa porque, nesse momento, o habitante sente-se proprietário da mesma, ele sabe da impossibilidade de remoção e por isso, sabe que não a perderá. Trata-se, segundo Duarte (1993a) do processo de adoção da propriedade, primeira etapa da “moldagem do Lugar”. Essa certeza, como vimos na favela Vila Parque da Cidade, vem com a legitimação da propriedade além do tempo transcorrido ao longo do crescimento da comunidade.

Os novos valores dados à casa da favela provocam uma série de modificações nas mesmas, tendo como início as transformações dos materiais estruturais e de revestimento. Mas, mais do que isso, os moradores passam a trazer elementos vistos e admirados da cidade formal para dentro da favela, reproduzindo-os em escala menor. Um dos elementos que vimos acontecer na Vila Parque da Cidade com mais frequência foi o uso de portões à frente das casas, muitas vezes encostados na

---

forma, não entramos em detalhes quanto a esse tipo de comércio dentro da comunidade, pois sequer percebemos sua existência em demasia, além de não representar o foco principal de nosso estudo.

própria fachada e, em alguns casos, formando pequenos espaços comparáveis às varandas vistas na cidade formal. Tais portões, conforme vimos ao longo das análises, não costumam ficar fechados, bloquear a entrada dos moradores, ou mesmo proteger a casa de invasões, um medo latente na cidade formal, mas não tanto presente na favela. Eles ficam abertos, mas existem, conforme os relatos dos moradores, 'por existir', por dar 'status' aos moradores que conseguem fazer tal investimento.

## 2. Formas de apropriação

Vimos no capítulo 4 que o processo de apropriação é constante e infundável. Na favela, é um constante negociar de espaços, preencher vazios, territorializar cada palmo de terra sem dono ou sem função. Falamos sobre a territorialização no segundo capítulo, como um processo iniciado pela formação do Espaço Pessoal, o que Rapoport (1972) fala enquanto "instinto territorial", que faz o indivíduo delimitar o espaço próprio.

Assim, pesquisamos sobre o processo de ancrage (do português ancoragem), e a formação dos territórios acontecido na favela Vila Parque da Cidade ao longo de muitos anos, desde as primeiras formas de ocupação do espaço, através de cerca de trinta ou quarenta barracos precários, ou melhor, em condições extremas de 'privação material, social e psicológica' (Duarte, 1993), um estado visto e vivido como provisório.

Esse estado ganha caráter de permanência conforme avança o processo de consolidação das habitações na favela. Além dessa apropriação das encostas, antes cobertas pela Mata Atlântica, através da implantação das residências, uma forma de apropriação material, detectamos outras formas de apropriação do espaço na favela, tendo em vista que, todo e qualquer pequeno espaço no território compreendido pela favela, sofreu, de alguma forma, apropriação.

As vias de acesso e circulação, conforme vimos, são o resultado de um percurso gerado pelos próprios moradores em seu processo de ocupação. Elas são, portanto, resultado da apropriação do espaço, tendo em vista que o ato de habitar, como vimos no segundo capítulo, abrange não só o objeto casa e suas funções, como também todo o cerne de ações que propiciam a vivência no local,

como os atos de chegada e saída de casa, possibilitadas pela existência de acessos e espaços para circulação.

Assim como a formação das vias de acesso e circulação, os demais espaços livres são apropriados pelos moradores através da expansão de suas residências já consolidadas. Tal fato segue uma negociação silenciosa, dentro de leis e normas conhecidas por todos que ali vivem, mas não escrita em qualquer documento. Leis que simplesmente existem, são cumpridas e respeitadas. O que nos faz concluir que a expansão residencial realizada pelos moradores provoca uma apropriação de espaços livres sem que prejudique o modo de vida de seus vizinhos, dentro dessas leis de convívio, respeitando o limite definido entre a delimitação da AEIS (Área de Especial Interesse Social, demarcada pela Prefeitura dessa cidade com o objetivo de limitar o território ocupado pela favela) e as vias de acesso e circulação.

Concluimos, com base nas observações e análises, que esse direito de expansão assegurado pelos moradores da favela, inclui o direito de expansão sobre o espaço aéreo da comunidade, considerando o fato de não existir normas para as edificações construídas como, por exemplo, número máximo de pavimentos que cada construção poderá atingir. A ampliação vertical também provoca, como vimos nas análises, a alteração de uso de determinados espaços como no exemplo da residência que, ampliada, bloqueou a visão panorâmica que os moradores tinham da cidade, inviabilizando o uso de um espaço conhecido como mirante. Mas não é um episódio reivindicado pelos moradores por reconhecerem o direito de cada um de ocupar o espaço aéreo sobre sua residência.

Constatamos ainda a ocupação de outros espaços de uso comunitário (Brasileiro, 2000), que são o campo de futebol, localizado na Avenida Parque da Cidade, a nova Creche Comunitária e o espaço ao seu redor e o Centro Comunitário. O primeiro é um pequeno campo onde as crianças e jovens jogam futebol. Reconhecido como espaço de uso comunitário, o espaço livre nunca foi apropriado por qualquer morador em respeito aos demais que o usam. A Creche será recentemente inaugurada e já é comentada pelos moradores enquanto parte da comunidade, uma obra que todos esperavam e que precisam. O espaço disponível ao seu redor, foi preservado para a construção de um espaço de convívio, mas, por enquanto, é usado pelos moradores para estender roupas em um grande varal

ali armado. Por fim, o Centro Comunitário, com suas obras interrompidas, foi apropriado por alguns moradores para atividades ilícitas, como o uso de drogas.

Por fim, percebemos uma forma de apropriação, pelos moradores, de espaços externos aos limites da favela, provocando uma extensão dos mesmos. Trata-se, portanto, da apropriação de espaços públicos e não comunitários. Chamamos esse processo de apropriação comunitária, caracterizada pelo uso freqüente do espaço. Tal fato pôde ser observado no Parque da Cidade e na Estrada Santa Marinha. O primeiro, localizado acima da favela, é considerado pelos moradores verdadeiramente como quintal de suas casas. O espaço é público e é usado pelos habitantes locais especialmente nos fins de semana. Apesar de estar localizado externamente aos limites da favela, é citado como um espaço pertencente à mesma, em que tanto adultos quanto crianças têm possibilidade de lazer.

### **3. A questão dos domínios público e privado**

Nesses dois anos de investigações, seguidas de outros tantos anos de conhecimento da favela Vila Parque da Cidade, percebemos que para o visitante faz-se difícil a compreensão dos limites definidos pelos moradores entre os domínios público e privado, intrinsecamente relacionados na favela. Os limites são definidos por meio de mecanismos e estratégias que fazem parte do cotidiano dos habitantes locais e que buscamos compreender ao longo de nossas pesquisas.

Também concluímos que os espaços da favela, em geral, não são totalmente públicos ou privados, são mais públicos do que privados ou o inverso, dependendo do caso. Um dos principais elementos que concluímos fazer a distinção entre os domínios nas edificações é a porta, especialmente nas edificações residenciais. Ela semanticamente representa o limite opaco que impede não apenas a invasão do estranho em seu domínio privado, mas também a invasão pelo olhar, o que não é possível através do portão, um elemento permeável e, como vimos anteriormente, repleto de significados simbólicos meramente estéticos.

A fim de melhor analisarmos os processos de apropriação espacial, dividimos as edificações de uso misto encontradas na comunidade, em três grupos de características semelhantes. O primeiro foi caracterizado pelo uso concomitante do espaço para fins residenciais e de comércio ou serviços, o

segundo caracterizado por apresentar espaço reservado ao comércio ou serviço em pavimentos que não o de acesso e o último caracterizado por reservar espaço imediatamente no acesso à edificação para fins comerciais ou de serviço. Esse último ainda foi dividido em três subgrupos, um em que o comércio ou serviço está resguardado pelos limites físicos da edificação e o morador entra nesse espaço, um em que o comércio também está limitado pela estrutura física da edificação, mas o morador é impossibilitado de entrar no espaço comercial e um em que o comércio extrapola os limites físicos da edificação. Cada um dos grupos foi analisado quanto aos mecanismos e estratégias utilizadas pelos moradores para distinguir o limite entre os domínios público e privado.

No primeiro grupo classificado, concluímos que os domínios não são distinguidos, são mesclados no interior da edificação. A função 'residência' e 'trabalho' dividem o mesmo espaço. É o caso em que, no interior das residências, os moradores dão aulas particulares para as crianças, produzem e vendem doces ou sorvetes, fazem as unhas ou cabelos de seus clientes. O espaço passa a ter um caráter semi-privado. O morador, nesses casos, conforme pudemos perceber, em sua maioria, não utilizam placas em frente às suas residências e mantêm suas portas fechadas, permitindo a invasão sobre seu domínio semi-público aos que pretendem atender.

O segundo grupo classificado apresenta outras soluções para controlar os limites entre os domínios público e privado no interior das edificações. Caracterizados por permitir uma entrada do cliente na edificação para o acesso ao serviço ou comércio em outro pavimento que não o de acesso, essas edificações têm normalmente acessos independentes para os clientes, bloqueando o acesso às residências por meio de portas.

O terceiro caso, mais encontrado por nós na favela Vila Parque da Cidade, tem como característica comum a localização do comércio ou serviço no pavimento de acesso à edificação. Foram três os tipos de ocorrência encontrados. No primeiro, em que o cliente entra na loja, delimitada pela edificação, há uma esfera de domínio semi público no interior da construção, por ser mais público que privado e o domínio privado está reservado em espaço não penetrável. Constatamos que esse limite é definido também pela utilização de portas no interior da edificação, nem sempre portas rígidas, mas, às vezes passagens fechadas por cortinas que, nesses casos, funcionam como as portas.

Para os casos em que o comércio ou serviço está resguardado nos limites da edificação, e os clientes são atendidos por intermédio de balcões situados nesses limites, temos, conforme nossas conclusões, a formação de um espaço de domínio semi privado para trás dos balcões, por ser mais privado que público, partindo do fato de que não há uma invasão física na loja, mas uma invasão pela observação para o interior da mesma. Por esse motivo, o espaço de domínio puramente privado encontra-se não atrás do balcão, mas somente atrás dos elementos que impedem o alcance da visão dos demais habitantes. Normalmente, são paredes ao fundo da loja, com vãos fechados por portas rígidas ou cortinas, preservando a privacidade dos moradores.

Em última classificação, há os casos em que o comércio ou serviço extrapola os limites das edificações, ocupando parte dos espaços livres, usados como acesso e circulação pelos moradores. Nesses casos, há a formação novamente de três esferas de domínio. Um espaço de domínio privado escondido atrás de portas que dividem a residência e a loja, um espaço de domínio semi público abrangendo o espaço ocupado pela loja, por ser mais público que privado, por fim, um espaço de domínio também semi público nas vias de acesso e circulação, onde deveria ser apenas um espaço de domínio público, mas não o é devido à utilização particular do espaço para fins de geração de renda.

Uma das considerações que tecemos ao final das análises no que concerne à semântica da separação entre os domínios público e privado na favela e os mecanismos e estratégias utilizadas pelos moradores para permitir a leitura desses limites, é que, não se deve tratar todo o espaço da favela como um espaço de domínios puramente públicos ou privados, as formas de domínio são, em quase a totalidade dos espaços livres ou construídos, mais públicos que privados e vice-versa, dentro de uma lógica social do espaço vivido e experienciado pelos moradores, produto também das constantes negociações silenciosas que tratamos anteriormente.

#### **4. A espacialidade: sua compreensão e vivência**

Conforme vimos no primeiro capítulo, espacialidade pode ser compreendido como uma das características primárias na qualificação cultural do homem. Segundo Bollnow, em seu conjunto, o

termo se compreende como habitar. Dessa forma, deriva-se do espaço, essencialmente definido pela habitação humana, mas especialmente compreendido dentro de um processo de retroalimentação entre comportamento e experiência das pessoas e espaço físico. Em sua amplitude de definições, o espaço não foi visto aqui de forma metafísica ou cósmica, mas sim em suas dimensões sociais (comportamento e experiência) e dimensões físicas (o espaço físico).

Tuan (1980a e 1980b), deu-nos, ainda no segundo capítulo, suporte teórico para afirmar o espaço como estrutura física e social, que convida-nos à ação, deve ser experienciado junto ao tempo e por fim, transforma-se em Lugar conforme ganha definição e significado, ganha identidade.

A espacialidade da Favela Vila Parque da Cidade é composta por elementos que estudamos aqui e que são o resultado da interpretação individual através da percepção humana, a partir da sua vivência e experiência. São as diversas formas como o ser humano vê e compreende o espaço, apresentado em uma forma conseqüente ao seu processo de gradativa ocupação e apropriação da qual falamos anteriormente.

O que se têm é uma encosta de Mata Atlântica extinta pela proliferação de habitações, antes precárias, simples, hoje dotadas de, em sua maioria, três ou quatro pavimentos, tendo algumas chegado a cinco ou seis pavimentos. Uma paisagem formada por construções estreitas e esguias sobre uma encosta bastante íngreme, de escadarias infundáveis para o alcance das maiores alturas desse morro.

A ocupação da favela gera uma espacialidade dividida em espaços construídos que atingem quase setenta por cento da área total ocupada contra apenas pouco mais de trinta por cento de espaços livres.

Os espaços livres que observamos na favela são esses espaços localizados entre a casa e a via, em seu espaço fronteiro, dificultando a distinção entre ambos em seus significados. São duas categorias que não se opõem, se complementam. Notamos que há momentos em que a 'casa' vira 'rua' ou a 'rua' vira 'casa', em uma leitura que se faz dos usos e domínios impostos aos lugares e também morfologicamente. Concordamos com Magnoli (1983) quando define os espaços livres da

favela enquanto "todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso" (Magnoli apud Coelho et.al., 1983).

Conforme constatamos, na favela Vila Parque da Cidade, esses espaços livres são formados essencialmente por uma malha de vias de acesso e circulação, geradas pelo próprio percurso, em larguras que permitem acesso a veículos em apenas duzentos metros de sua totalidade. Tal fato provoca uma leitura espacial apenas segundo um ângulo de visão dos pedestres, sejam nativos ou visitantes, o que difere da cidade formal em que a paisagem urbana pode ser observada por pedestres e motoristas, em ângulos diferenciados entre si.

É um espaço não planejado, resultante da configuração espacial imposta pelos espaços construídos, em uma densidade provocada pela proliferação dos mesmos, configurando a estrutura e paisagem local. Essa é uma configuração característica das favelas, dinâmica e cíclica, em um construir árduo e infundável.

## 5. A experiência do Lugar em seu cotidiano

A configuração espacial que, para os visitantes, revela um desvendar de mistérios a cada nova perspectiva surgida dos becos e alamedas atravessadas, para os nativos, revela o caminhar em meio a estreitas vias amplamente conhecidas pela experiencição cotidiana do espaço. E ganha sentido a partir da formação dos Lugares.

Vimos que o espaço da favela se transforma em Lugar ao passo que ganha identidade, ou, pelas palavras de Tuan (1980b: 151), "o espaço transforma-se em Lugar à medida que adquire definição e significado".

É como o bairro estranho que ganha significado e transforma-se em um Lugar, no relato:

*"Um bairro extremamente confuso, uma rede de ruas, que anos a fio eu visitava, tornou-se para mim, de um só lance, abarcável numa visão de conjunto, quando um dia uma pessoa*

*amada se mudou para lá. Era como se em sua janela um projetor estivesse instalado e decomposesse a região em feixes de luz.” (Benjamin, 1995:35).*

Conforme vimos no segundo capítulo e confirmamos através de nossa pesquisa, quando falamos do ‘eu’ e sua experiência, conseqüentemente falamos do invólucro que o cerca, o espaço construído e, especialmente, quando abraçamos espaço construído e experiência, falamos em cultura, como acúmulo de experiência, vivida nos espaços.

Através dessa interação entre o ser e o meio, temos a transformação dos espaços, aqui observados, a criação desses Lugares socialmente produzidos. Lugares produzidos como na Vila Parque da Cidade, uma favela, e, como tal, de forma geral, um aglomerado de casas auto-construídas em invasões ilegais de terrenos públicos ou privados (Duarte, 2000), nesse caso já dotados de infraestrutura urbana.

Fischer (1994) fala sobre esse “vivido sócio espacial”, mostrando uma interdependência entre comportamento e espaço, afirmando que o espaço vivido se constrói a partir da prática de apropriação do espaço.

Todos os espaços vividos na favela são Lugares em potencial. São os Lugares do comércio, definidos pela experiência diária de negociações e vendas, são os Lugares do encontro de fins de semana, ou mesmo os Lugares das brincadeiras. O comércio ocupa seu espaço, a dona de casa define seu território e as crianças usufruem os espaços a elas disponível.

Enquanto houver cotidiano, haverá produção de espaços e transformação dos mesmos em Lugares. Haverá relações sociais e interpessoais. Na favela, perpetuarão as negociações, silenciosas e pacíficas em prol de um equilíbrio social. Haverá leis e normas de convívio; haverá uma distinção quase imperceptível entre os domínios público e privado dentro dessa ordem social e uma linha tênue definindo os limites entre os mesmos.

Quando fomos apresentados à Vila Parque da Cidade, chamou-nos a atenção sua espacialidade e o reconhecimento dos Lugares produzidos pelo cotidiano local. Compreendemos a formação desses

Lugares através dos mecanismos de transformação dos usos e apropriação dos espaços, no surgimento de um sentimento de pertencimento dos habitantes em relação à favela. Detectamos as formas de apropriação dos espaços, sendo eles livres ou construídos, procuramos decifrar os códigos das negociações entre os moradores quanto à expansão de suas edificações, quanto aos limites dados pelos domínios público e privado. No entanto, encerramos esse trabalho em um processo inverso de entendimento. Trouxemos em conclusões as formas de apropriação ocorridas na favela e as relações entre os domínios aqui descritos.

Compreendemos, a partir daí, a leitura que fazemos da espacialidade apresentada no local, estampada em sua paisagem. Identificamos então a formação dos Lugares, como produto final de todo esse processo de experiência e vivência cotidiana da favela, num processo cíclico, no qual não se pode detectar seu início ou fim. Um processo que prossegue em constantes repetições. Aqui, sua análise permite uma pausa. Mas que deve ser retomada por novas pesquisas, em prol de maiores esclarecimentos para questões que teimarão em surgir sobre esse assunto.

# bibliografia

## Bibliografia

- ABBAGNANO, Nidola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ABREU, Maurício. **Evolução Urbana no Rio de Janeiro** (1987). Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo/IPLANRIO, 1997.
- ARGAN, Giulio Carlo**. El Concepto del Espacio Arquitectónico. **Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1961**.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. Coleção Travessia do Século, São Paulo: Papyrus Editora, 1993/1994.
- \_\_\_\_\_. **O sentido dos Outros: Atualidade da Antropologia**. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.
- AYMONINO, Carlo**. O Significado das Cidades. **Tradução de Ana Rabaça, Lisboa: Editorial Presença, 1977**.
- \_\_\_\_\_. **A Câmara Clara**. Trad. Júlio Castañon Guimarães, 7ª impressão, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.
- AZEVEDO, Aluísio**. **O cortiço**. 33ª ed.- Rio de Janeiro: Ediouro, 1998. (Coleção Prestígio)
- BATAILLE, George. **A Experiência Interior**. Trad. Celso Libanio Coutinho, Magali Montagne e Antonio Ceschin; São Paulo: Ática, 1992.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. Tradução de Silvia Mazza, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.
- BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão Única**. Obras Escolhidas II. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BRASILEIRO, Alice de Barros Horizonte. **Alojamento de Estudantes da UFRJ: Quartos Iguais, Espaços Diferentes...** . Monografia apresentada à disciplina de 'Seminários 2', sob orientação da Prof. Drª. Cristiane Duarte, no curso de Doutorado em Teoria e Projeto da Arquitetura, Rio de Janeiro: UFRJ/PROARQ, 2003 [Monografia de Curso].
- \_\_\_\_\_. **Espaços de Uso Comunitário em Programas Habitacionais no Rio de Janeiro: entre o Discurso e a Prática**. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Cultura. Uma Revisão Bibliográfica**. Monografia apresentada à disciplina 'Seminários 1', sob orientação da Prof. Drª. Cristiane Duarte, no curso de Doutorado em Teoria e Projeto da Arquitetura, Rio de Janeiro: UFRJ/PROARQ, 2003 [Monografia de Curso].
- CALDAS, Waldenyr. **Cultura**. São Paulo: Global, 1986.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Trad. de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARR, S; FRANCIS, M.; RIVLIN, L.; STONE, A. **Public Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- CAVALCANTE, Sylvia. **A porta e suas múltiplas significações** - Universidade de Fortaleza - Estudos de Psicologia 2003,8(2),281-288
- CHOAY, Françoise**. O Urbanismo: Utopias e Realidades. **Coleção Estudos, São Paulo: Perspectiva, 1979**.

- COELHO, Glaucineide do Nascimento. **Espaço Vivido Favela –Brincadeiras Infantis nos Espaços Livres da Rocinha**. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, 2004.
- COELHO, Glauci; DUARTE, Cristiane Rose; VASCONCELLOS, Vera. **A Criança e o ESPAÇO VIVIDO FAVELA: a complexidade do espaço nas interações da infância**. artigo submetido ao IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Sessão Temática 3: Cidade, Cultura e Sociabilidade em perspectiva histórica . São Paulo, 2006
- DA CUNHA, Euclides**. Os Sertões. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2003.
- DA MATTA, Roberto**. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro, Zahar: 1983.
- \_\_\_\_\_. Torre de Babel: Ensaio, Crônicas, Críticas, Interpretações e Fantasias. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- \_\_\_\_\_. A casa e a Rua. Rio de Janeiro: Rocco, 5ª ed., 1997.
- DE CERTEAU, Michel**. L'Invention du Quotidien. Paris, Union Générale d'Éditions: 1981.
- DE PAULA, Kátia Cristina Lopes . **A Arquitetura Além da Visão” Uma reflexão sobre a experiência no ambiente construído a partir da percepção das pessoas cegas**. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, 2003.
- DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **Projeto do Lugar: Colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa/PROARQ, 2002.
- DOCZI, György. **O Poder dos Limites: Harmonias e Proporções na Natureza, Arte & Arquitetura**. Tradução de Maria Helena de Oliveira Tricca. São Paulo: Mercuryo, 1990.
- DUARTE, Cristiane Rose de S. **Intervention Publique et Dynamique Sociale dans la Production d'un Nouvel Espace de Pauvreté Urbaine: Vila Pinheiros, Rio de Janeiro**. [Tese de Doutorado]. Paris: Université de Paris I-Sorbonne, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Dinâmica do Processo Espacial De uma Habitação Em Favela**. Comunicação apresentada no Colóquio França-Brasil, Rio de Janeiro, outubro de 1993.
- DUARTE, Cristiane Rose, SILVA, Osvaldo Luiz, BRASILEIRO, Alice (Org.). **Favela, Um Bairro- Propostas para Intervenção Pública em Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, PRO Editores, 1996.
- DUARTE, Fábio**. **Crise das Matrizes Espaciais : Arquitetura, Cidades, Geopolítica, Tecnocultura**. São Paulo : Perspectivas/FAPESP, 2002.
- DURAND, Gilbert. **La Imagination Simbólica**. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.
- ELLEN, R. F. **Ethnographic Research: A Guide to General Conduct**. (ASA Research Methods in Social Anthropology), London: Academic Press Inc., 1984.
- ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- EDGERTON, Robert B.; LANGNESS, L. L. **Methods and Styles in the Study of Culture**. San Francisco: Chandler & Sharp Publishers Inc., 1974.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **Etnografia na Rua e Câmera na Mão**. Disponível em: <http://www.studium.iar.unicamp.br/oito/2.htm> .
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Cidades Ilegíveis: Percepção Ambiental e Cidadania**. In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia (orgs). **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**, 2ª edição, São Paulo: Studio Nobel, 1999.

- \_\_\_\_\_. **Os Significados Urbanos**. São Paulo: EDUSP, Fapesp, 2000.
- FISCHER, G.N.** Psicologia Social do Ambiente. Instituto Piaget – Sociedade Industrial Gráfica Ltda. Lisboa: 1994.
- FOUCAULT, Michel. *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- FUÃO, Fernando. **O sentido do Espaço. Em que sentido, em que sentido? - 1ª parte**. Disponível na internet via :  
<[http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq048/arq048\\_02.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq048/arq048_02.asp)>.  
Acesso: 16/05/2004.
- \_\_\_\_\_. **O Sentido do Espaço. Em que sentido, em que sentido?- 3ª parte**. Disponível na Internet via:  
[www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq050/arq050\\_02.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq050/arq050_02.asp).  
Consultado em 07/2004.
- FROSSARD, Isabelle. *Représentation Sociale de l'Espace Urbain*. In: \_\_\_\_\_. **Pour le Compte de l'Association Internationale de Micropsychologie**, Paris: édition Victor Schwach, 1998.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne, 5ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- GROAT, Linda & WANG, David. **Architectural Research Methods**. New York: John Wiley & Sons, 2002, pp.73-131.
- GÜNTHER, Hartnut. **Mobilidade e affordance como cerne dos Estudos Pessoa –Ambiente** - Universidade de Brasília  
- Estudos de Psicologia 2003,8(2) 273-280
- HALL, Edward. **A Dimensão Oculta**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- HALL, Stuart**. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, 5ª edição, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Tradução de Carlos Mendes Rosa, São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JAMES, Willian. **On a Certain Blindness in Human Beings**. In Talks to Teachers on Psychology and to Students on Some of Life's Ideals. New York: The Norton Library, 1958.
- JODELET, Denise. *A Cidade e a Memória*. Transcrito e traduzido por Walkirya Coppola e Cristiane Duarte, In: DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **Projeto do Lugar: Colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo**, Rio de Janeiro: Contracapa, 2002, pp. 31-42.
- KOHLSDORF, Maria Elaine**. *Breve Histórico do Espaço Urbano como Campo Disciplinar*. In: FARRET, Ricardo L. (org). *O Espaço da Cidade: Contribuição à Análise Urbana*, São Paulo: Projeto, 1985.
- LAKATOS & MARCONI. **"Ciência e Conhecimento Científico"**. In: *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1991, p.13-37.
- \_\_\_\_\_. **"Métodos Científicos"**. In: *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1991, pp. 34-86.
- LAMAS, José R. Garcia. **Morfologia Urbana e o Desenho da Cidade**. Lisboa, 2ª edição: Fund. Calouste Gulbekian, 1998.

- LAMBERT, William; LAMBERT, Wallace. **Psicologia Social**. Tradução de Álvaro Cabral, II edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- LAPLANTINE, François, **Aprender Antropologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.
- LARAIA, Roque de B. **Cultura, um conceito antropológico**. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Paris: Anthropos, 1968.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Rio de Janeiro: Ed. Martins Fontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A Boa Forma da Cidade (1970)**. Tradução de Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho, Lisboa: Edições 70, 1999.
- MANCEIRA, Paula. **Paisagem Construída e Identidade Local. Estudo da Arquitetura Histórica do Centro de Porto Seguro- BA**. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, 2003.
- MARCONI, M. A. & PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1987.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MEYER, Regina. **Passados e Presentes em Jane Jacobs**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha020.asp>.
- MOLES, Abraham et ROHMER, Elisabeth. *Les modes d'Appropriation de l'Espace*. In: \_\_\_\_\_. **Psychologie de l'Espace**. 2º édition, Paris: Ed. Casterman, 1978 (cap. 3).
- \_\_\_\_\_. *Arquitectura y Crítica*. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.
- MONTANER, Josep Maria. Espaço e antiespaço, lugar e não-lugar na arquitetura moderna in *A Modernidade Superada- Arquitetura, Arte e Pensamento Do Século XX*. Editora Gustavo Gili Port, 2002.
- MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- NETO, J. Teixeira Coelho. **A Construção do Sentido na Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- NITSCHKE, Günter. **“Ma” - El Sentido Japones del ‘Lugar’**. In: *Cuadesnos Summa-Nueva Visión*. Ano 2, nº26/27. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, junho de 1969.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existence, Space & Architecture**. London: Studio Vista London, 1971.
- \_\_\_\_\_. **“The Phenomenon of Space”**. In: NESBITT, Kate (org). *Theorizing a New Agenda for Architecture - an Anthology of Architectural Theory - 1965-1995*. New York: Princeton Architectural Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Genius Loci: Vers une Phénoménologie de l'Architecture**. Paris: Oslo, 1976, pp. 6-49 [cap. I].
- OLIVEIRA, Livia. **Percepção e Representação do Espaço Geográfico**. In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia (orgs). *Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira*, 2ª edição, São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- PETERSON, Steven K. **Space and Anti-space**. In: *The Harvard Architecture Review*, n.1, London: MIT Press, 1980, pp. 5-52.
- PINHEIRO, Ethel. **A Cidade no Fragmento. Lugar e Poiesis no Largo da Carioca**. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, 2004.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: \_\_\_\_\_. **Estudos Históricos**. Vol. III, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica do Cpdoc/FGV, número publicado com o apoio financeiro da FAPERJ, Rio de Janeiro: 1989, pp. 3-15 [n. 3].
- RAPOPORT, Amos. **Human Aspects of Urban Form**. Oxford: Pergamon, 1977.

- \_\_\_\_\_. **Pour une Anthropologie de la Maison**. Paris: Dunod, 1972.
- RIBEIRO, João Saboya, **Evolução Urbana**. Rio de Janeiro: V. II, Ed. Tavares, 1993.
- ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade** (1961). Tradução de Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de Cartas**, Rio de Janeiro: 1998.
- SANTOS, C.; VOGEL, Arno (orgs.). **Quando a Rua vira Casa: A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro**. 3ª edição, São Paulo: Projeto, 1985.
- SANTOS, José L. S. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Território, Globalização, Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. 4ª edição, São Paulo: Nobel, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1999.
- SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos**. Bogotá, Col. Convenio Andres Bello - São Paulo, Perspectiva: 2001.
- SILVEIRA, Carmem e VAZ, Lílian F. **Território**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, nº 7, jul/dez, 1999.
- SOARES, Francirose Furlani. **A Favela e a Floresta: um estudo das relações entre o homem e o meio- O Caso Mata Machado**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PROURB/FAU/UFRJ, 1999.
- SOMMER, Robert. **Espaço Pessoal**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- SOMMER, B. & SOMMER, R. **Multimethod Approach**. In: *A Practical Guide to Behavioral Research*. New York: Oxford University Press, 4ª ed. , 1997, p.1-11.
- SPRADLEY, James P. **Participant Observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980.
- SVENSSON, Frank. **Arquitetura: Criação e Necessidade**. Brasília/DF: EDUNB, 1992.
- TEIXEIRA, Carlos M. **A fotografia e a Periferia**. Madrid: Revista CA, nº 83, 1999. Disponível em:  [<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/bases/texto019.asp>](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/bases/texto019.asp) .
- TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Editora Difel, 1980a.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência**. São Paulo: Editora Difel, 1980b.
- VARELLA, Drauzio, BERTAZZO, Ivaldo, JACKES, Paola Berenstein. **Maré, Vida na Favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- VELHO, Gilberto (Org.). **Antropologia Urbana- Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- VELHO, G. & CASTRO, E.B.V. O Conceito de Cultura e o Estudo de Sociedades Complexas. In: **Espaço – Cadernos de Cultura USU**. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, v.2, 1979, pp 13-25.
- WHITEHEAD, Alfred North. **Simbolismo: Seu Significado e Efeito**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar**. São Paulo: Contexto, 2002.

# questionário

## ANEXO 1: Questionário para Realização de Entrevistas na Favela Vila Parque da Cidade

### Perguntas:

Nome do Entrevistado:

Endereço:

Sobre o morador e sua origem:

1. Idade:
2. Sexo:
3. Há quanto tempo o senhor (a) reside na Comunidade? Reside com familiares?
4. De onde vieram? Por que e como vieram morar na Comunidade?

Sobre o espaço da comunidade:

1. O que você gosta na Vila Parque?
2. E o que você não gosta?
3. O que falta na comunidade?
4. Quais as coisas que você faz nas ruas da favela além de usá-la como caminho para chegar ou sair de casa?

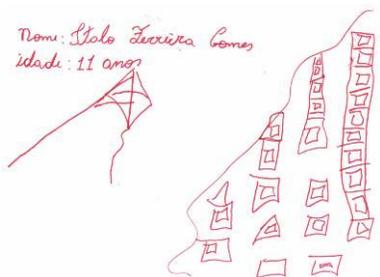
Sobre as edificações:

1. A sua casa sempre foi assim desde que você chegou na Vila Parque? Se não, como ela era e o que você mudou?
2. Por que as mudanças?
3. Você pode mostrar pra mim até onde vai sua casa e onde começa a rua?

Complementação:

1. Se você quiser aumentar sua casa, até onde você pode?
2. Até onde você pode fazer uma varanda, por exemplo?
3. Você se incomoda com a sujeira na porta da sua casa? Até onde você limpa?

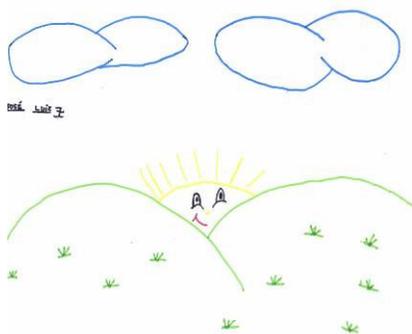




Italo – 11 anos  
Desenho: “Barracos” com uma pipa no cel.



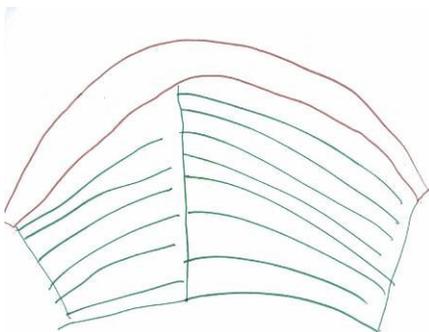
Weisman – 12 anos  
Desenho: Estrada Santa Marinha com carros, um prédio que fica fora da comunidade, um



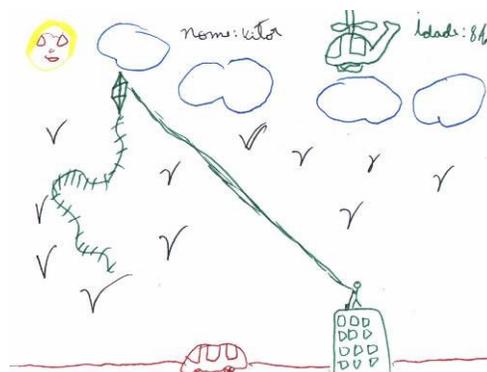
José Luiz – 7 anos  
Desenho: O Parque (da Cidade).



Thiago – 10 anos  
Desenho: Museu do Parque da Cidade.



Não identificado- criança  
Desenho: O Parque da Cidade  
(as curvas indicam a subida da



Vitor – 8 anos  
Desenho: Menino soltando pipa da laje do “barraco”.

# diário de campo

## ANEXO 3: Diário de Campo

Esse que segue é um breve exemplo do período em que estivemos observando a Favela Parque da Cidade, em apenas seis das quarenta e duas fichas descritivas do diário de campo.

### Rio, 8 de setembro de 2004.

São 14:20 h. Acabo de chegar à comunidade e procurar por um espaço para iniciar a tarefa de registro do meu diário de campo. Enfim, aqui estou, na Avenida Tenente Francisco Mega, na altura da mercearia do Sr. Nicolau, nº200, próximo à entrada principal da comunidade. O funcionário da mercearia arranhou um espaço, em meio às frutas e legumes expostas aqui, para que eu possa realizar minhas anotações. Ocupo, então, degraus na porta de uma residência. O movimento é grande e o Presidente da comunidade acaba de passar por aqui, andando de um lado para o outro junto a um funcionário da CEDAE. Deve estar resolvendo algum problema. O funcionário da mercearia me conta que sempre falta água na comunidade.

Um caminhão da PEPSI acaba de ser estacionado no limite carroçável da via, exatamente atrás de uma combe que, me parece, é usada para o transporte das mercadorias exibidas aqui na mercearia, no meio da Avenida.

Pessoas devolvem os cascos de cerveja em engradados de uma marca de cervejas. Eles descem com seus engradados de pontos mais altos da comunidade, não sei ao certo de onde. Segundo o funcionário da venda, todos os moradores que tem alguma venda na comunidade fazem suas encomendas por bebidas semanalmente, e a empresa entrega em um só dia para todos.

Aqui ao lado, além do burburinho habitual das pessoas que passam, vem um som de música muito alto.

Alguns meninos descem com uniformes da escola municipal. Outros sobem. E os homens do caminhão não param de descer engradados cheios de cascos vazios e trocando por cheios.

Uma moça nova desce com um bebezinho no colo, aparentando seus primeiros meses de vida. Muitas crianças passam por aqui. Não param de subir crianças e jovens vestidos com uniforme da escola Municipal. Passa por aqui uma moça com compras e pessoas com cachorros. São muitos cachorros na comunidade. Passam senhoras, meninos brincando, homens e alguns casais.

Uma senhora sobe a comunidade e para na minha frente: ela precisava entrar em sua casa, exatamente onde eu estava sentada. Mas ela não fica incomodada com a situação. Entra com duas crianças e mais uma moça junto.

Um rapaz fica rondando e observando meu trabalho. Ele está por aqui há bastante tempo. Ele tem um cabelo bem curto, quase raspado, louro artificial, descolorido, veste camiseta, bermuda e chinelos.

Um outro rapaz passa por aqui de bicicleta. É o primeiro que eu vejo passar por aqui de bicicleta. E mais meninos e meninas passam por aqui, vestidos em uniformes da Escola Municipal.

Um cachorro ronda nosso 'território' enquanto o funcionário da mercearia apenas olha e sorri. Novamente, mais e mais jovens passam indo e vindo vestidos com uniformes das Escolas Municipais..

São 14:50 e o movimento já diminuiu bastante. Apesar de eu ser novidade nesse espaço, as pessoas que passam mal olham para mim. O aroma aqui é muito bom. Tem cheiro de milho e verduras fresquinhas.

Noto que as pessoas que sobem a comunidade percebem mais a minha presença, devido à posição em que eu estou instalada. Os que descem, pouco me vêem. A música fica mais baixa e o ambiente torna-se mais calmo.

Algumas pessoas param no bar que divide espaço com a mercearia. Meninos param também para conversar com quem está na mercearia e no balcão do bar.

O Senhor Nicolau, dono da mercearia, foi cortar o cabelo, provavelmente em um salão da própria comunidade. Ele veio descendo a comunidade e todos brincam com ele.

Passam mulheres grávidas e mais crianças e bebês com suas mães.

Um pouco mais de tempo passado e um novo som vem interromper a tranquilidade do local. É uma música de forró, tocada em volume altíssimo, com pessoas cantando junto e batendo palmas. É uma estação de rádio que toca incessantemente. Ao mesmo tempo, agora um CD é colocado para tocar no bar que divide espaço com a mercearia, na nossa frente. É um som de pagode que disputa o espaço sonoro com o forró da residência. Rapazes batucam o pagode no balcão do bar, aumentando a agitação.

Mais um menino de bicicleta passa por aqui.

Novamente retorna aqui o menino que há pouco rondava em torno da área. Seu amigo está descalço e sem camisa, com dois cordões enormes pendurados no pescoço. Ele é bastante magro e um pouco mal encarado.

Uma imagem incomum. Dois guardas tomam um café do lado de fora de outra mercearia localizada aqui ao lado.

Já passa das 15:30 e o movimento diminuiu bastante. Segundo o funcionário da mercearia o movimento aumentará no fim da tarde. Pessoas param para comprar verduras e homens passam com roupas esportivas. Um deles veste o uniforme de uma academia de ginástica.

Pessoas brincam no caça níqueis sobre o balcão do bar. Mais alguns homens juntam-se a ele e a música é interrompida, prevalece o silêncio.

### **Rio, 15 de setembro de 2004**

São 12:35 h. Como todos os dias que venho aqui, estou sentada nos mesmos degraus em meio às frutas e legumes da mercearia do Sr. Nicolau. Uma moça de cerca trinta anos compra verduras enquanto uma senhora conversa com o dono da mercearia. Rapazes brincam no caça níqueis enquanto outros reclamam de algo que não posso ouvir. Dois deles fumam. Vestem bermuda e camiseta e param bem próximo de mim. Eles me observam.

Muitas pessoas passam por aqui o tempo todo. O horário é bem movimentado.

Os rapazes resolveram me questionar o que eu faço parada aqui fazendo anotações. Eu explico à eles o motivo de minhas visitas, e das minhas anotações. Eles prestam atenção e me questionam sobre a minha origem. Digo que vim da Ilha do Governador e eles exclamam: “nossa, lá é muito perigoso!!!” Para eles, a comunidade é muito pacífica, nunca viram tumulto por ali.

O movimento na via é grande mas não há pessoas fazendo compras agora na mercearia. O funcionário me conta que o momento de maior venda é mesmo à noite, horário em que as pessoas estão indo para suas casas. Ele está tão tranquilo agora que assiste à uma televisão instalada dentro da mercearia, voltada para o lado de fora. Posso ouvir o som dela.

Os rapazes curiosos, que ficaram a me observar, desceram a comunidade e não voltaram mais. Apesar da tranquilidade da comunidade, o funcionário da venda me explica que esses meninos ficam de olho em pessoas estranhas na comunidade.

A combe está novamente parada aqui nos limites carroçáveis da via, junto à mercadoria da mercearia. Fico sabendo que é do Sr. Nicolau.

A outra mercearia situada mais abaixo da comunidade também tem certa movimentação. Lá as frutas e legumes para a venda são em menor número, mas consigo ver daqui a venda de comida para animais, cerveja, macarrão, cigarros, sorvete, refrigerante, e muitas outras coisas dispostas para dentro da loja. Uma moça saiu de lá com compras e parou aqui para comprar verduras. Claramente as compras realizadas em um dos lugares foram complementadas na outra venda.

As pessoas que passam me observam mais hoje e algumas me cumprimentam. Pessoas passam com muitas compras por aqui.

O som hoje está tranquilo. Consigo ouvir o som da televisão da mercearia, ligada no jornal regional. Há ainda o som das pessoas conversando ou caminhando por aqui. É tão tranquilo o ambiente que posso escutar o barulho das pessoas conversando dentro da casa onde estou encostada.

Passam sempre algumas crianças e jovens vestindo uniformes das Escolas Municipais e, às vezes, jovens mais arrumados.

Uma moça passa por aqui carregando sacolas de peso, enquanto um rapaz fica à frente do bar com ares de bêbado.

Ao mesmo tempo, uma menina sobe e desce procurando um poodle branco. Ela o perdeu. A todo o tempo vemos cachorros transitando nas vias da favela. São quase duas horas da tarde e o movimento caiu um pouco.

### **Rio, 13 de outubro de 2004.**

São 12:45 h. Hoje eu vim trazendo um menino Holandês, o Dolf Nijsen, estudante de arquitetura, visitando o Brasil com o interesse em conhecer um ouço sobre as pesquisas desenvolvidas no Proarq, especialmente sobre população carente. A temperatura está alta e nós estamos com muito calor. Novamente estamos no fruteiro e o movimento está novamente intenso.

Mesmo assim, a tranquilidade da favela está na ambiência daqui. Dá para ouvir o barulho de pássaros. O cheiro por aqui também está bom... cheiro de rabanete fresquinho...

Nossa, quatro meninos passam por aqui com cachorros enormes. Tem sempre muito cachorro passando por aqui. Mas nunca escuto latidos. A TV da mercearia está ligada no Jornal Regional. O funcionário daqui me conta sobre o voto do pessoal da favela para as últimas eleições. Ele me conta que a população da comunidade votou mesmo no prefeito que foi eleito, o César Maia, mas haviam candidatos a vereador da própria comunidade que não ganharam.

O sol é muito intenso e muitas pessoas estão com suas roupas penduradas do lado de fora das casas. Sobem e descem algumas pessoas ao mesmo tempo, uma senhora para pra comprar verduras.

A combe está estacionada como o de comum, aqui próximo de nós, no limite carroçável da via e não consigo ver o que acontece para além dela.

Meninos conversam aqui na frente, falam sobre a morte do patrão deles, um “chefão”. Não demorou muito para que eu entendesse... eles falavam sobre a morte do Gan Gan, um traficante que ‘toma conta’ de várias favelas aqui no Rio, na Baixada Fluminense, e foi morto pela polícia numa emboscada. Ele vendia também drogas para a Rocinha, outra favela aqui do lado e, portanto, era chefe do tráfico que garantia as drogas que chegam aqui na Vila Parque.

Na sombra uma mãe fica na porta de casa sentada com um neném no colo.

Agora posso ouvir latidos. A dona da casa onde estamos sentados (nos degraus de sua porta) abriu sua porta para concertar a campainha. Antes ela mexeu na caixa do correio, depois saiu pela porta ao lado com a filha. Ela foi bem simpática. Nós levantamos, ela pediu que continuássemos sentados pois não havia problema. Sequer perguntou o que fazíamos aqui.

Continuam passando diversas pessoas por aqui. Um rapaz conversa com o Sr. Nicolau, dono do bar e muitas pessoas passam por aqui. Reparei que as pessoas passam pelas verduras sem notá-las. Já estão acostumados com os produtos que estão aqui para a

venda como se fosse parte da rua por onde passam. É como se elas não estivessem aqui. Talvez se elas não ficarem mais aqui, expostas, as pessoas notarão, sentirão a falta.

Agora muito barulho de apito. Não sei de onde vem. Pode ser de alguma das casas. Tem muitas crianças aqui na favela.

Não consigo ler muito bem o número das casas. São poucas com número por aqui. O Dolf notou e ficou assustado com a 'esbelteza' dos pilares para construções de até cinco pavimentos. Agora vamos embora, continuamos semana que vem.

### **Rio, 27 de outubro de 2004.**

O funcionário da mercearia estava onde eu sento para escrever meu diário de campo durante minhas visitas. Ele estava cortando a folhagem da beterraba (aliás, esses legumes que ele trás para cá são tão frescos e cheirosos, tem uma aparência muito boa- isso é apenas uma opinião pessoal).

Assim que cheguei, sem perceber, falei que ele estava no meu 'lugar' e a resposta dele foi: "eu sabia que você ia reclamar comigo! Um minuto que eu já estou saindo!!". Legal! Eu já tenho um 'lugar' aqui na favela. O próprio funcionário da venda reconhece aquele lugar como o lugar que é ocupado por mim, regularmente, para as minhas anotações!!! Ele me contou que fica aqui desde muito cedo às 20:00h (não exatamente, sempre passa...). Ele conta que o movimento à noite é sempre muito bom pois é quando o pessoal chega do trabalho. Ele diz que vende bem também nos sábados, domingos, feriados, mesmo quando está chovendo. Isso nós já vimos, pois já estivemos aqui durante chuvas, e nem com isso os legumes não saem daqui, do meio da Avenida.

Hoje o tempo está quente, mas aqui é sempre fresco. No bar eu escuto, como quase sempre, uma música vinda do rádio. Hoje não toca nenhum CD. O aparelho está sintonizado em alguma rádio. O som está baixinho e prevalece a calmaria.

Além do vendedor e do Sr. Nicolau, estou 'acompanhada' aqui hoje por um trio de pessoas que conversam na minha frente. Um senhor de óculos e boné do flamengo, uma senhora com um jornal na mão e outra senhora falando sobre uma moça que foi morta no Vidigal. Eles a conhecem. Novamente aquela moça que eu vi outro dia com um neném na soleira da porta de casa está lá. A brisa é muito boa para o neném. Enquanto isso, acaba de passar por aqui um homem com um pit Bull caramelo. É mesmo muito cachorro por aqui. Sempre que estou aqui parada são muitos cachorros que passam com seus donos ou sozinhos.

As senhoras e o senhor que estavam conversando sobre a moça que faleceu continuam no bar. Eles fumam e bebem uma cerveja e falam bastante.

O funcionário ficou conversando comigo. Ele me conta que a comunidade é muito boa por que eles são bastante organizados. A comunidade está mesmo muito tranqüila. O sol foi embora e não tem hoje, nesse horário (são mais de 13:30h.) muita gente na rua.

Hoje também não vi aqueles meninos que ficam de olho em quem não é da comunidade, como nós.

Observo as casas e vejo muitas telhas de amianto. Não há quase telhas de barro. Por aqui, próximo à venda, não vejo nenhuma casa assim. No alto do balcão da venda, onde o Sr. Nicolau serve bebidas, um cartaz com os preços das bebidas. Entre eles, apenas a Coca-Cola como refrigerante. Os demais são quatro diferentes marcas de cervejas, quatro ou cinco diferentes qualidades de conhaque, Traçado, Cinbano e Catuaba. Todos variam em preços que vão de R\$ 0,50 a R\$ 2,50.

Algumas pessoas param aqui e brincam no caça-níqueis enquanto bebem uma cerveja ou uma cachaça.

### **Rio, 17 de novembro de 2004.**

Já são 13:30 e estou chegando muito tarde hoje aqui. O movimento na venda está devagar. Deve ser por que eu cheguei no horário mais tarde que o habitual. A temperatura está bastante alta, mas não há sol. Poucas roupas estão penduradas para fora. Um menino, novo mesmo, toma cerveja no bar e outro fica sentado aqui, próximo de mim, sem fazer nada.

O momento é de tranqüilidade e poucos passam por aqui. Devido à hora, vou aproveitar o tempo para fazer um levantamento fotográfico daqui.

### **Rio, 24 de novembro de 2004.**

São 12:00. Estou com uma fome de cão e pela comunidade há bastante cheiro de comida sendo preparada pelos moradores. Apesar do sol quente, o clima está ameno. O clima sempre fica assim aqui na favela quando estamos na sombra. A proximidade do Parque da Cidade faz com que o clima esteja sempre fresco. Para proteger as frutas e legumes, o vendedor estende seu toldo sobre a mercadoria e ainda emenda a cobertura com um guarda-sol muito grande. Na venda toca um CD de um cantor nacional enquanto uma senhora escolhe a mercadoria. Mas esse é um horário em que o vendedor (conforme ele mesmo já tinha dito) vende pouco por aqui, principalmente se comparado ao que ele vende depois das 18:00 h. E é de se acreditar, pois o Sr. Nicolau chega sempre (pelo menos sempre que estamos aqui) com verduras, legumes e frutas frescas na Combe dele.

O milho que ainda estava pegando sol foi protegido com um papelão enquanto uma moça pára no balcão do bar junto a alguns homens que já se encontravam ali. Ela fuma e fica de conversa com as pessoas. Agora eu percebo que veio uma criança pequena com ela. Ele aparenta três anos. Eu não tinha o visto por que ela não estava segurando ele.

Como o de costume, homens brincam no caça-níqueis.

Encerro meus relatos nesses poucos dias como um exemplo de tudo o que se passou nesses dois anos, após tempos de incansáveis registros, tão constantes e repetidos quanto o cotidiano da Favela Vila Parque da Cidade...